

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

ENAILE FLAUZINA CARVALHO

POLÍTICA E ECONOMIA MERCANTIL
NAS TERRAS DO ESPÍRITO SANTO
(1790 a 1821)

Vitória – ES

2008

ENAILE FLAUZINA CARVALHO

**POLÍTICA E ECONOMIA MERCANTIL
NAS TERRAS DO ESPÍRITO SANTO
(1790 a 1821)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos.

Vitória – ES

2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C331p Carvalho, Enaile Flauzina, 1977-
Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo
(1790 a 1821) / Enaile Flauzina Carvalho. – 2008.
160 f. : il.

Orientador: Adriana Pereira Campos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Mercantilismo. 2. Brasil – História – Período colonial., 1500-1822. 3. Espírito Santo (Estado) – História econômica. I. Campos, Adriana Pereira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

ENAILE FLAUZINA CARVALHO

**POLÍTICA E ECONOMIA MERCANTIL
NAS TERRAS DO ESPÍRITO SANTO
(1790 a 1821)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

APROVADA POR:

Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos (Orientadora)

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof. Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Geraldo Antônio Soares

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof.^a Dr.^a Nara Saletto da Costa

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Vitória, 25 de agosto de 2008.

O curso da História é caprichoso e arisco, dependendo de quem a observa, do pensar de quem a examina e dos vezos de quem narra, fruto das humanas limitações de que ninguém escapa.

João Ubaldo Ribeiro

(O Feitiço da Ilha do Pavão)

AGRADECIMENTOS

Mesmo inserida em uma família de professores formados e neste momento quero lembrar de minha avó paterna, Zélia de Freitas Carvalho, meu objetivo sempre foi ir além das salas de aulas do Ensino Médio.

A pesquisa historiográfica começou a fazer parte da minha vida durante o curso de graduação em História, ao conhecer melhor a Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos e receber dela orientações nesta área do conhecimento. Em agosto de 2003, tive aprovado meu primeiro subprojeto de pesquisa intitulado: Relações e interesses: articulações dentro da sociedade capixaba de 1750-1850 –, então, passei a estudar a História do Espírito Santo, como bolsista PIBIC/ CNPq, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Adriana. Dando continuidade à mesma pesquisa em 2004 com o subprojeto: Comércio varejista em Vitória 1790-1820 –, concluído no período de agosto/2004 a julho/2005. Tive, assim, acesso às fontes primárias relacionadas ao Espírito Santo colonial.

Floresceu, desde então, a paixão pela pesquisa historiográfica e minha meta passou a ser prosseguir meus trabalhos iniciados durante a graduação. Diante deste objetivo, no segundo semestre de 2005, já havia passado no Processo Seletivo do Programa de Pós-Graduação, nível de Mestrado em História 2006/1, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Em março de 2006 ingressei no Mestrado sob a sábia orientação da Prof.^a Dr.^a Adriana, a qual sou muito grata pelo aprimoramento das minhas competências. Desenvolvi o projeto: Fortunas Capixabas: as redes de relações sociais e políticas em Vitória (1790 a 1822), como bolsista do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (Facitec), no qual, originou a presente Dissertação: Política e Economia Mercantil nas Terras do Espírito Santo (1790 a 1821). Portanto, deixo aqui meus agradecimentos à Facitec pelo auxílio financeiro indispensável para me dedicar, exclusivamente, a esta pesquisa.

Cabe agora, expressar minha grande gratidão pela orientadora deste trabalho que tanto me ensinou durante os anos de Iniciação Científica e do Mestrado, em termos de pesquisa e produção historiográfica, bem como, o meu apreço pessoal por sua amizade. A Prof.^a Dr.^a Adriana, não somente, despendeu seu tempo concedendo-me orientações e conselhos importantíssimos para minha

formação de historiadora, como também, foi um ombro amigo em momentos de angústias e incertezas. Portanto, deixo aqui, de forma toda especial, o meu mais sincero agradecimento pela sua compreensão, tolerância e total confiança. Elementos com os quais pude sempre contar, no que resultou numa grande e recíproca amizade, durante todo este tempo e para além dele.

De forma coletiva, agradeço a todos os Docentes do Programa de Mestrado em História Social das Relações Políticas da UFES, em especial, àqueles com quem tive um contato maior enquanto aluna do Programa: Prof. Dr. Gilvan Ventura, Prof. Dr. Valter Pires, Prof. Dr. Michael Soubbotnik, Prof.^a Dr.^a Nara Saletto e Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos. Agradecimento extensivo a todos os professores do Curso de Graduação em História da mesma Universidade, responsáveis por minha formação acadêmica.

Entre meus amigos, posso citar aqueles que foram de fundamental importância durante os últimos dois anos: Eleonôra, Juliana, Rodrigo, Paulo Vinícius, Arícia, Ueber, Tiago, Fabíola, Maria de Fátima, Maria Goretti e Sandra. Sem a presença dos amigos o trabalho teria sido mais árduo, por isso, meu agradecimento a vocês que continuarão fazendo parte da minha vida.

Em especial, deixo a minha gratidão à Banca Examinadora, pelo tempo despendido na leitura e na avaliação de minha Dissertação. Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio, sou grata pelas informações e dicas concedidas no Seminário de Dissertação, em que foram revistas pontos do projeto inicial, bem como, a pronta disponibilidade para compor a Banca Examinadora. Aos professores Dr. Geraldo Antônio Soares e Dr.^a. Nara Saletto, agradeço pelas observações na Qualificação do meu trabalho e, também pela presença na Banca Examinadora.

Com igual importância na finalização desta Dissertação, deixo aqui meu reconhecimento a Rosângela do Carmo Carvalho de Souza* e a Otávio Luiz de

* Formada em Letras – Licenciatura Plena em Português e Inglês –, pela Universidade Vale do Rio Verde (Unincor), Campus de Betim/MG.

Carvalho **, respectivamente, minha irmã e meu pai, pela correção ortográfica e gramatical que ambos realizaram; como também, minhas primas, Angélica Cecília de Carvalho e Flávia Salézia de Carvalho, que gentilmente, auxiliaram na tradução do resumo para a língua inglesa; sendo de minha inteira responsabilidade o texto final.

Enfim, agradeço a meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, pela compreensão na minha ausência em festividades familiares, e o apoio, mesmo que à distância.

Sem a ajuda de todas as pessoas acima mencionadas, a presente Dissertação perder-se-ia nos atropelos de sua autora, certamente.

** Pós-Graduado em Direito Penal e Processual Penal, pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Campus de Governador Valadares/MG. Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Campus de Governador Valadares/MG.

RESUMO

A presente Dissertação – *Política e Economia Mercantil nas Terras do Espírito Santo (1790 a 1821)* –, tem por finalidade apresentar um estudo sobre o quadro econômico da Capitania capixaba ao término do Período Colonial. Confrontando informações obtidas em fontes oficiais, dados quantitativos de inventários *post mortem* e testamentos efetivos na cidade de Vitória/ES entre 1790 a 1821. A pesquisa proporcionou um conhecimento da vida de pessoas que ascenderam socialmente mesmo com a falta de incentivos da Coroa Portuguesa para o incremento e diversificação da produção da Capitania do Espírito Santo. Através de cargos públicos ou afinidades firmadas em casamentos e apadrinhamentos, estabelecidos entre os endinheirados e os políticos mais expressivos; a elite econômica, de maneira direta ou indiretamente, acabou firmando um papel decisivo nas decisões políticas. Em termos gerais, a análise dos documentos cartoriais demonstrou haver, no período referenciado, uma dependência pela mão-de-obra escrava; consumo de produtos externos como: vinho do Reino, especiarias, tecidos, louças, entre outros; além da existência da produção interna de víveres como: açúcar, arroz, feijão, milho, banana, mandioca, algodão em espécie e panos de algodão, extração de madeira de lei e um considerável rebanho bovino. A produção interna conseguia abastecer o comércio local e participar do comércio dentro da colônia, principalmente pelos portos do Rio de Janeiro e Pernambuco. O que permite identificar a Capitania do Espírito Santo como inserida no sistema e contexto colonial no que diz respeito ao abastecimento interno do Brasil daquele momento.

Palavras-chave: Período Colonial, Praça Mercantil, Espírito Santo.

ABSTRACT

This present Dissertation – *Politics and Economics mercantile in the land of Espírito Santo (1790 to 1821)* – has the purpose to present a study about the framework of the captainship of Espírito Santo at the end of the Colonial Period. Confronting information obtained in official sources, quantitative data of the inventories post mortem and Will on the city of Vitória/ES between 1790 and 1821. The survey provided information of people's life that rose socially even without of incentives from the Portuguese Kingdom for the increase and diversification of production in captainship of Espírito Santo. Throughout public service or arranged marriage and patronize, established between the wealthy people and the well known politicians; the economic elite, directly or indirectly, eventually got an important role in political decisions. Overall, the analysis of the official documents has shown, in the time mentioned, the dependency on slavery labor; consumption of external product such as: wine, spices, fabrics, pottery, among others; intern production of: sugar, rice, beans, corn, banana, cassava, cotton and cotton cloth, prime lamber and a considerable herd cattle. The intern production could supply the local demand as well as participate in the trade within colony, mainly throughout the ports of Rio de Janeiro and Pernambuco. This allow one identifies the captainship of the Espírito Santo as inserted in the system and colonial context regard with the internal supplies in Brazil at that time.

Keywords: Colonial Period, Mercantile Square, Espírito Santo

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tábua dos Gêneros Importados no ano de 1827	59
Mapa dos Gêneros Exportados nos anos de 1826 e 1827	60
Principal Fonte de Rendas versus Presença de Bens Rurais e/ou Urbanos	72
Faixa de Montes-Mores em Mil Réis	74
Faixa de Montes-Mores versus Presença de Bens Rurais e/ou Urbanos	77
Fretes da Lancha Nossa Senhora da Conceição	91
Entradas de navios no Porto do Rio de Janeiro originários do Espírito Santo...	92
Bens Inventariados (1790 a 1821).....	96
Divisão dos Bens em Rurais e Urbanos	98
Fonte de Renda – Engenhos	113
A Diversificação de Lavouras.....	121
GRÁFICO 1	122
Faixa de Monte-Mor – Lavradores e Criadores de Gado.....	123
Medidas Estatísticas – Número de Escravos nos Inventários.....	129
Número de Escravos nos Inventários (1790 a 1821)	130
Faixa de Valores em Réis dos Escravos	132
Destino dos Escravos na Divisão Patrimonial	134
Escravos com Profissão.....	138
Divisão dos Escravos por Faixa Etária e Origem.....	139
GRÁFICO 2	140
GRÁFICO 3	142
Presença da Família Escrava nas Fortunas	143
Miscigenação da Escravaria.....	144
GRÁFICO 4	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. ESPÍRITO SANTO: UMA DAS HISTÓRIAS DO BRASIL COLONIAL	26
1.1 – NO TEMPO DOS DONATÁRIOS	26
1.2 – MEU DONO A COROA: O ESPÍRITO SANTO COMO CAPITANIA RÉGIA	35
1.3 – O ADVENTO DO SÉCULO XIX NO ESPÍRITO SANTO.....	40
1.4 – MEMÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA ECONOMIA	49
2. REDES MERCANTIS DO ESPÍRITO SANTO (1790 a 1821)	63
2.1 – NOVOS TEMPOS PARA A CAPITANIA CAPIXABA.....	63
2.2 – TODOS NEGOCIAM, TODOS VIVEM E TODOS SE SUSTENTAM	69
2.3 – NEGOCIANTES NA PRAÇA MERCANTIL DA VILA DA VITÓRIA	79
2.4 – SECOS E MOLHADOS: O COMÉRCIO NA VILA	95
3. DOS ENGENHOS À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	105
3.1 – PRESTÍGIO E FORTUNA NAS MÃOS DE POUCOS.....	105
3.2 – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: LONGE E PERTO DO CENTRO	119
3.3 – DE ESCRAVO A SINHÔ	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS	153
FONTES PRIMÁRIAS.....	153
OBRAS RARAS	154
LIVROS	155
CAPÍTULOS DE LIVROS.....	158
ARTIGOS DE REVISTAS	159

INTRODUÇÃO

As iniciativas historiográficas referentes ao estudo da História do Brasil vêm, nas últimas décadas, se especializando e questionando cada vez mais, o modelo explicativo fixo e homogêneo para todo o Brasil. Um bom exemplo refere-se ao Período Colonial, em que os pesquisadores acabavam por privilegiar o estudo do sistema social de produção com base na *plantation*: escravidão, grande propriedade e agroexportação.¹ Tal sistema pode ser, com ressalvas, empregado para explicar apenas o caso do Nordeste brasileiro no período em que o açúcar vigorou como principal produto, numa sociedade, aliada a uma estrutura latifundiária, na qual se estabeleceu o patriarcalismo. Sistema esse que vigorou entre os séculos XVI e XVIII, em regiões litorâneas do Nordeste, portanto, delimitado não só no tempo, mas, também no espaço.

Segundo Sheila de Castro Faria², durante muito tempo “[...] a historiografia brasileira privilegiou o estudo da *plantation*, apresentando-a como padrão da produção brasileira até o final do século XIX.” Para Sheila Faria, a historiografia tradicional, dedicada à História do Brasil Colônia, criou modelos explicativos com a pretensão de delimitar o “sistema colonial” estabelecido pelo capital mercantil metropolitano, garantidor da agroexportação do açúcar, em uma sociedade formada por senhores e escravos, como única possibilidade de análise do Período Colonial brasileiro. Esta visão historiográfica, tão criticada atualmente, acreditava que, indivíduos fora da lógica da produção açucareira do Nordeste estavam apartados da sociedade ou pertenciam a uma exceção que não influenciava na manutenção de tal sistema. Portanto, diante da referida abordagem, indivíduos responsáveis pela produção de alimentos destinados ao mercado interno não estavam inseridos ao sistema colonial.³

¹ “[...] dificilmente a história colonial pode ser vista como um largo período homogêneo, sem rupturas e marcado apenas pelo trinômio: escravidão, grande propriedade e agroexportação.” FRAGOSO, João. Prefácio ____IN: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império: Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 11/12.

² FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 22.

³ *Ibidem*, p. 22/23.

Em resposta à necessidade de pesquisas focalizando os mecanismos internos de produção econômica, social, política e suas diversificações encontradas nas várias regiões do Brasil e em diferentes tempos de sua história, a partir da década de 1980 um novo método de pesquisa lança novas perspectivas de análise das fontes primárias. A micro-história italiana, desenvolvida na década anterior na Europa, forneceu aos historiadores uma nova forma de abordar as fontes primárias. Para João Fragoso⁴, a chegada da micro-história fez com que, historiadores enxergassem as relações sociais por trás dos números, sem menosprezar as séries estatísticas:

Com isto, as relações sociais passaram a ser inquiridas sob seus diversos ângulos. As práticas culturais, parentais, econômicas, políticas etc., tornaram-se inseparáveis. Compunham as experiências e as estratégias de pessoas e grupos sociais. Por meio destes fenômenos, podia-se perceber a lógica da sociedade estudada, não mais petrificada, porém em movimento.⁵

Esta necessidade latente de pesquisas voltadas para o estudo do local, aliada ao novo método de análise das fontes primárias; consolidou uma crescente produção historiográfica, dedicada ao preenchimento de lacunas e ao questionamento do emprego de um único modelo capaz de explicar a história de todo o território do Brasil Colonial. Desde então, diversas dissertações e teses vêm sendo elaboradas com a preocupação de investigar o Período Colonial, nos seus distintos aspectos e estruturas regionais, evitando generalizações excessivas, sem desqualificar o procedimento investigativo. À medida que os estudos regionais possam complementar e/ou ajudar no entendimento de outros espaços com experiências em comum, a investigação histórica, em escala reduzida, ganha espaço nos meios acadêmicos.

Em conformidade com Fragoso⁶, o fato das diferentes regiões coloniais compartilharem estruturas sociais e políticas, como a escravidão e o

⁴ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: Temas e experiências em história econômica. Rio de Janeiro: Revista de História *Topoi*, dezembro de 2002. pp. 41/70.

⁵ *Ibidem*, p. 62.

⁶ *Ibidem*, p. 64.

colonialismo português, permite que investigações historiográficas localizadas auxiliem na compreensão do mosaico colonial brasileiro.

Tornaram-se referências as investigações de Manolo Florentino e João Fragoso⁷ a respeito dos mecanismos de transformação e reestruturação da sociedade do Rio de Janeiro, ao longo dos séculos XVI ao XIX. Os citados historiadores, em conjunto ou separadamente, enfocam em suas pesquisas as articulações sociais estabelecidas na sociedade carioca, garantidoras da ascensão de uma capitania que, entre os séculos XVI e XVIII, passava por uma situação conflitante, semelhante à maioria das demais capitanias. As obras, dos referidos historiadores, enfatizam a autonomia alcançada pela economia fluminense no período seguinte.

Com uma produção de açúcar de qualidade inferior ao dos grandes centros produtores do Nordeste, numa sociedade hierarquizada e sustentada por laços de sociabilidade, garantidores da manutenção do poder da elite empobrecida e a sobrevivência dos grupos subalternos, mesmo assim, estratégias internas fizeram do Rio de Janeiro, no Oitocentos, a sede de Governo do Reino Português e o principal complexo mercantil de exportação e importação de produtos no último século do Período Colonial.⁸

A ocupação do Rio de Janeiro, conforme o historiador João Fragoso⁹, foi consolidada graças às redes de relações que firmavam alianças entre elites regionais, 'nobreza da terra' e outros grupos sociais, estabelecendo assim, uma interferência política na economia, além de definir redes de alianças político-parentais sustentadoras da hierarquia estamental e da hegemonia da 'nobreza da terra', no poder. Tratava-se de uma sociedade hierarquizada pela política,

⁷ Os historiadores citados fazem parte do quadro de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuem pesquisas voltadas para o Rio de Janeiro até o século XIX, tendo a preocupação de tratar a economia interna fluminense como resultado da associação de fatores políticos e sociais. Entre seus estudos: FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*. Rio de Janeiro: 3ª edição, Sette Letras, 1998.

⁸ Apud FRAGOSO, 2002. pp. 41/70; FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: A economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII – algumas notas de pesquisa. Rio de Janeiro: *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 8, n.15, 2003. pp. 11/35.

⁹ Ibidem, 2003. pp. 11/35.

que aproveitava de sua posição privilegiada na defesa do Atlântico Sul como mecanismo de negociação perante a Coroa Portuguesa, conquistando, desta maneira, privilégios e benefícios econômicos.

Ainda, segundo Fragoso¹⁰, a elite fluminense ampliou seu poder no Centro-Sul da América, mesmo não possuindo uma economia açucareira competitiva. A cultura econômica das principais famílias possuía uma lógica que “[...] subordinava o cabedal à qualidade política e social.” Nesta sociedade hierarquizada, a exclusão social não significava o afastamento da elite dos demais grupos subalternos, pelo contrário, a manutenção do poder do grupo superior dependia de alianças com os demais grupos.

Antes de tudo, aquelas estratégias deviam traduzir-se em redes sociais que garantissem à nobreza o exercício do mando. Em outras palavras, a sociedade tinha de “consentir” em tal hegemonia. A contínua reinvenção da hierarquia estamental pressupunha da nobreza atitudes como práticas parentais entre suas famílias; constituição de redes de alianças com frações das elites regionais da América lusa e com autoridades metropolitanas — inclusive com as de Lisboa; casamentos com negociantes etc. Entretanto, talvez mais vitais fossem os dons e os contradons com os chamados grupos subalternos. Por exemplo, a nobreza — em ofícios régios — concedia serventias e postos militares a integrantes daqueles grupos; estabelecia com eles relações de parentesco fictício e os “auxiliava” diante da justiça etc. As melhores famílias da terra compravam engenhos desfabricados para garantir a sua ascendência nas populações dos arredores das capelas das “fábricas”.¹¹

O Rio de Janeiro, no início do Setecentos, consolidou o processo de transformação da sociedade colonial a partir de aspectos estruturais estabelecidos anteriormente, tal como, a maior importância da política sobre a economia, as relações cotidianas e a permanência da hierarquia social estamental de base escrava.

A chegada do século XVIII transferiu o eixo econômico da capitania carioca, que antes se baseava na agricultura, deslocando-o para atividades mercantis, que passou a exercer um papel vital no abastecimento de alimentos, de

¹⁰ Ibidem, pp. 11/12.

¹¹ Apud FRAGOSO, 2002. p. 47.

mercadorias européias e de escravos para as diferentes regiões coloniais. A cidade se transformaria, no século seguinte, no principal entreposto comercial do Império Português.¹²

Outro historiador, Antônio Carlos Jucá de Sampaio¹³, acompanhando a visão mencionada, faz uma abordagem sobre as estratégias políticas, econômicas e sociais desenvolvidas no Rio de Janeiro, entre 1650 e 1750. Estratégias que acabaram por desembocar na preferência pela atividade mercantil em detrimento da produção agrícola, consolidando assim, a elite mercantil como elite colonial. Jucá de Sampaio evidencia a complexidade das relações entre economia colonial e conjunturas internacionais, elementos propiciadores de uma dinâmica singular na formação da sociedade carioca.

Já, Sérgio Odilon Nadalin¹⁴ propôs um estudo sobre a História do Brasil, enfatizando as migrações e o povoamento. Partindo também do estudo de caso, Nadalin expõe ser a análise local mais segura, devido os distintos aspectos regionais do regime colonial. Tendo como foco a base populacional: relação entre a população, estruturas sociais, instituições, economia e cultura peculiar colonial, além da geografia; o estudioso fez uma reflexão sobre a história do Brasil colonial, por meio da análise dos habitantes do Paraná no século XVIII.

De modo que o texto pretende evidenciar um esforço em escapar de uma perspectiva historiográfica que tende, pelo fato de se centrar no Nordeste, na Bahia, no Rio, ou em São Paulo, a enfatizar o litoral. Portanto, o eixo da narrativa deverá estar centrado nos habitantes dos campos paranaenses, no quadro cronológico de um século XVIII “estendido”. Mas – o leitor deve ficar bem alertado – o propósito não é, de forma alguma, fazer “história regional”. O alcance deve ser buscado mais adiante, lá, na “fronteira”. Lá, no “início” do território colonial. Lá –

¹² A tese defendida por Manolo Florentino refere-se ao abastecimento de africanos no sudeste brasileiro, que passou a ser feito entre o porto de Angola e o do Rio de Janeiro no Oitocentos, demonstrando a ascensão da capitania fluminense no século XIX. FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

¹³ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império: Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

¹⁴ NADALIN, Sérgio Odilon. *A população no passado colonial brasileiro: Mobilidade versus estabilidade*. Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 4, n. 7, Jul-Dez. 2003. pp. 222/275.

finalmente – na intenção deste artigo, qual seja, a de refletir sobre o tema dos regimes demográficos no passado colonial brasileiro.¹⁵

Nadalin¹⁶ conclui, em seu artigo, que o Sul do Brasil acompanhava, na metade do século XVIII, o contexto político e militar do resto da colônia. A região tinha como características a sobrevivência de um clima de guerra que seguia a economia pecuária, e, uma grande instabilidade populacional; proveniente de fatores relacionados à cultura mestiça predominante e, à migração em busca de metais preciosos nas Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Ou seja, mesmo quando a pesquisa histórica parte do estudo de caso, características gerais são contempladas pelas fontes, até porque, há o compartilhamento de estruturas político-sociais, mesmo em regiões específicas do território brasileiro.

As regionalizações das pesquisas históricas, essenciais para a compreensão das singularidades locais, vêm acontecendo em todo o país, em maior ou menor grau, dependendo da região. Como constatado, os pesquisadores cariocas encontram-se em um estágio superior nessa empreitada, sendo possível a consulta de diversos trabalhos, com abordagens distintas sobre a mesma temática. Por exemplo: são comuns pesquisas referentes às transformações vivenciadas no Rio de Janeiro durante o Período Colonial, estabelecendo não só o conhecimento acerca desta sociedade, mas também, denunciando a impossibilidade de se empregar um único modelo de ‘História Colonial’ como forma a explicar o contexto de regiões tão distintas.

Em contrapartida, no caso do Espírito Santo, a falta de pesquisas sobre a história da região, na maioria dos períodos, acaba por propiciar a adoção de modelos historiográficos generalizantes ou simplesmente, definir um período como sem importância. Um bom exemplo disso é o caso do recorte temporal compreendido entre o fim do século XVIII e início do XIX, tratado com menor

¹⁵ Ibidem, p. 227.

¹⁶ Ibidem, p. 222/275.

interesse pela historiografia capixaba que estabelece as pesquisas, privilegiando o advento da cafeicultura no Espírito Santo a partir de 1850.

Minha Dissertação – *Política e Economia Mercantil nas Terras do Espírito Santo (1790 a 1821)* – tem por objetivo principal evidenciar as redes de relações políticas e sociais capixabas nos fins do Período Colonial. Assim, a abordagem do presente estudo, prima em discutir os arranjos produtivos e mercantis, que garantiram a manutenção e a subsistência da sociedade espírito-santense do século XIX.

Sob esta ótica, espero estabelecer novos parâmetros de conhecimento sobre a sociedade capixaba do período referenciado, justamente por acreditar que o estudo da história econômica esclarece questões no âmbito social e político de uma sociedade, devido à correlação entre os setores estruturais que definem os contornos sócio-políticos de uma época.

Portanto, o presente trabalho, pretende discutir a rede de convivências que proporcionava aos indivíduos: livres e escravos, pobres e ricos, mulheres e homens, sua verdadeira posição na sociedade capixaba colonial. Como se tratava de uma sociedade que emergia de uma situação econômica inconstante e, em vários momentos, desvantajosa, primou-se, nesta Dissertação, por conhecer as estratégias de inserção dos diversos segmentos sociais na dinâmica conjuntura da Capitania. Trata-se, portanto, de um estudo voltado à reflexão sobre os diversos empreendimentos pessoais que, entrelaçados, estabeleceram uma rede de relações sociais na constituição de outros horizontes para a região.¹⁷

A hipótese levantada aqui se refere ao papel da Vila da Vitória que, apesar de, geograficamente, tratar-se de uma ilha, não se manteve alheia às populações circunvizinhas, funcionando como entreposto comercial e principal núcleo urbano, onde se reuniam o poder jurídico e o poder político da Capitania do

¹⁷ “Da mesma forma, essas novas abordagens ajudam a entender melhor as estratégias sociais de uma família ao longo de sua vida e, em particular, suas opções entre consumo e a ‘poupança’ ou, ainda, seus gastos diferenciados (ou não) na formação de filhos e filhas. Enfim, tais pesquisas auxiliam, também, na análise da passagem de patrimônios de uma geração para outra.” FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social do Brasil. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos – Número 29, 2002. p. 04.

Espírito Santo. Outro elemento preponderante para a compreensão da dinâmica mercantil, foi à constatação da Vila da Vitória como ambiente freqüentado por diferentes matizes de consumidores, moradores ou não da Vila, já que neste perímetro urbano funcionava o principal entreposto comercial e varejista da Capitania. Tal dinâmica pode ser apreendida nos inventários depositados na 1ª Vara de Órfãos de Vitória, referente aos moradores dos locais, hoje denominados: Serra, Vila Velha, Cariacica, e mesmo, de lugarejos mais afastados como Guarapari. Portanto, fica evidenciado o quão significativo foi o papel de Vitória para as regiões vizinhas.

Após pesquisas e análises desenvolvidas no grupo liderado pela Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos, orientadora desta Dissertação, observei a existência, no Espírito Santo do Oitocentos, de uma coerência social própria decorrente de sua situação geográfica, política e econômica ímpar, elevando a Capitania, não só a uma situação de subsistência autônoma perante outras capitanias e o Estado no que concerne ao abastecimento, mas também, como parte integrante do sistema colonial, na medida em que, a produção direcionava-se para o abastecimento de outras regiões coloniais. Pode-se afirmar que o conhecimento a respeito das dinâmicas, produtiva e política, da Vila de Vitória, esclarecem acontecimentos locais, como também, informam acerca dos processos globais da colônia.

O recorte temporal da pesquisa considera que as últimas décadas do Período Colonial foram marcadas por inconstâncias nacionais e internacionais, em nível político e administrativo, que refletiram na sociedade capixaba.

Objetiva-se, com a conclusão deste trabalho historiográfico, delinear a forma pela qual a sociedade capixaba enfrentou os novos imperativos de desenvolvimento planejados pela Coroa Portuguesa e interrompidos com a Independência do Brasil, bem como tais acontecimentos refletiram-se nas relações sociais estabelecidas em solo capixaba. Para tanto, foram indispensáveis, a leitura e a transcrição de uma ampla documentação oficial referente à administração da Capitania em todo o Período Colonial brasileiro.

A elucidação das contradições, fundamentada pelos processos políticos abrangentes e locais do momento, últimas décadas do Período Colonial,

envolve a compreensão da construção histórica dos arranjos produtivos e políticos da sociedade capixaba do início do Período Colonial.

O conhecimento sobre o cotidiano capixaba oitocentista, também esclarece os diversos elementos que formam a matriz de práticas comerciais e políticas consolidadas em tradições e mentalidades ainda pouco estudadas e refletidas.

Em conformidade com Fragoso¹⁸, há poucos trabalhos no Brasil e no Espírito Santo, em particular, preocupados com temas concernentes ao pequeno comércio, à mobilidade social dos pardos e forros, aos mecanismos de exclusão social, às elites e suas estratégias de acumulação. A recuperação desse passado, ainda desconhecido, que representou todo um esforço de uma sociedade em sobrepujar um quadro de graves limitações ainda nas primeiras décadas do Oitocentos, lançará certamente, novas idéias sobre o presente, também, submerso em perplexidades e preocupações.

O enfoque sobre as primeiras décadas do século XIX configura-se de vital importância para subverter uma tradição historiográfica preocupada, quase sempre, em encontrar prosperidade apenas nos grandes eventos econômicos como a cultura cafeeira ou os grandes projetos industriais.¹⁹

Nesta Dissertação utilizei fontes primárias de cunho cartorial e documentos oficiais como: Memórias, Cartas, Petições, etc. As fontes cartoriais formam um corpo documental constituído por inventários *post-mortem* e, quando existentes, seus respectivos testamentos, depositados na 1ª Vara de Órfãos de Vitória e efetivados no período de 1790 a 1821.

No primeiro momento, o corpo documental cartorial foi fotografado objetivando preservar as fontes para a realização de trabalhos futuros, pois, os locais de guarda destes documentos possuem limitações com relação às suas condições de conservação, encontrando-se a documentação em adiantado estado de

¹⁸ Ibidem, p. 05.

¹⁹ A historiografia tradicional insiste em reproduzir a tese de só ter havido desenvolvimento econômico no Espírito Santo em meados do século XIX, com o advento do café. ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição: O Espírito Santo de 1850/1888*. Rio de Janeiro, 1984. BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Esforços industriais na economia do café: Ocaso do Espírito Santo-1889/1930*. Vitória, 1982. OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. Vitória, 1975.

deterioração. A digitalização dos inventários foi determinante para o trabalho de investigação, pois, pelo fato dos processos serem manuscritos, cuja leitura mostra-se lenta e de difícil decodificação.

O procedimento seguinte constitui a leitura dos documentos fotografados e a catalogação das informações quantitativas²⁰ em banco de dados e, as qualitativas em quadros analíticos. Lançando mão da estatística, foi possível construir indicadores adaptados aos fatos recolhidos, para tanto, dados foram agrupados em categorias, que poderão propiciar a generalização da análise para explicar outros contextos.²¹

As informações passíveis de quantificação, quando agrupadas em categorias e séries, com características em comum, para depois, serem arquivadas em bancos de dados estatísticos do tipo SPSS, permitem a geração de tabelas e gráficos estatísticos, possibilitando a interpretação de contextos celebrados pela freqüência que determinas categorias analíticas aparecem nas fontes.²² No caso de dados aleatórios, a dificuldade em atribuir probabilidades a cada valor, não impede a análise estatística, quando adequados a intervalos de valores: de faixas etárias, de montes-mores, de valores de bens, etc.

Paralelamente, com a coleta de fontes cartoriais, as fontes oficiais foram lidas e analisadas para sua utilização na Dissertação. O corpo documental oficial contempla as informações produzidas pela administração colonial estabelecida pela Coroa Portuguesa em solo capixaba e, conservada pelo Arquivo Histórico Ultramarino, além daqueles documentos impressos em mídia digital e disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O passo final da 'investigação' consiste na adequação das informações recolhidas nas fontes empíricas e nos modelos de análise propostos para o período, de modo a confrontar a realidade encontrada com a descrita pela

²⁰ A pretensão é a utilização do método quantitativo no estudo de formas de comportamento e atitudes humanas, além do econômico, elaborando análises estatísticas. BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 54.

²¹ *Ibidem*, p. 171/172.

²² LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

historiografia. Assim, procedeu-se um levantamento das principais obras sobre o derradeiro Período Colonial no Brasil e no Espírito Santo, por meio de consulta a livros, artigos, teses e relatórios de pesquisas.

O levantamento das fontes, previsto nesta pesquisa, dedicou-se em localizar os detalhes, quantificando e qualificando os dados obtidos, permitindo assim, a reconstrução das redes de sociabilidade contidas no contexto capixaba do período em questão, revelando o cotidiano social dos habitantes da Vila da Vitória e regiões circunvizinhas.

Empregando a definição de Norbert Elias²³ para sociedade, acredito que os indivíduos que compõem determinada sociedade não são unidades estanques, mas perspectivas diferentes de uma mesma estrutura. Fato é que, os indivíduos formam uma sociedade numa constante transformação, até porque, existem “indivíduos” e “sociedades”, portanto, os estudos de documentos particulares como inventários e testamentos, apresentam pistas acerca do objeto da presente Dissertação quando as informações obtidas em determinada documentação possibilitam o paralelo entre si e com outras fontes.

O cruzamento dos dados obtidos com as fontes cartoriais, e, as análises de documentos oficiais, serão apresentadas ao longo do texto e, quando possível, confrontados com a historiografia dedicada à história do Espírito Santo e de outras capitanias. Pretendo, assim, explicar alguns aspectos básicos da história econômica capixaba do século XIX: a) a relação entre a ocupação de cargos públicos com o processo de acumulação das riquezas pela elite econômica; b) as formas de produção e consumo predominantes; c) os padrões sociais das hierarquias da Vila da Vitória; d) a posição social dos donos de negócios agrícolas e mercantis dentro da Capitania e fora dela, delineando as redes estabelecidas pela atividade mercantil; e) a inserção da Capitania do Espírito

²³ Elias define sociedade como sendo uma reunião de pessoas, que isoladamente, quer e faz certas coisas, no entanto, suas estruturas e suas grandes transformações históricas impedem que prevaleçam as intenções particulares, sendo, portanto, uma rede de funções que as pessoas desempenham em relação às outras. ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Santo como partícipe do sistema colonial, no que tange ao abastecimento interno do Brasil.

Para a obtenção de respostas às questões levantadas, o trabalho foi dividido em três capítulos.

Tendo como base Memórias e outros documentos oficiais produzidos por políticos, a partir do século XVI até a terceira década do século XIX, no primeiro capítulo da Dissertação – *Espírito Santo: uma das Histórias do Brasil Colonial* – apresento os elementos de identificação da Capitania e sua trajetória histórica desde a doação para Vasco Fernandes Coutinho até a ascensão de Ignacio Accioli de Vasconcellos, como primeiro Presidente da Província do Espírito Santo. Como se trata de fontes escritas por políticos, trabalhei de forma a identificar até que ponto tais documentos representam a realidade ou o discurso político vigente no momento que foram escritos. A principal preocupação foi a identificação do relator de cada fonte trabalhada, no sentido de posicioná-lo dentro de seu contexto, verificando quais são suas preocupações e motivações ao relatar a situação do Espírito Santo. Trato também, neste capítulo, quais eram os objetivos da Coroa Portuguesa com relação à Capitania e o balanço feito pelos documentos concernentes aos propósitos e às realizações de tais objetivos.

No segundo capítulo – *Redes mercantis do Espírito Santo (1790 a 1821)* – evidencio as redes de relações firmadas entre a elite econômica e a elite política capixaba, que garantiam a manutenção e a continuidade do poder nas mãos de poucos privilegiados. Nele, confronto as análises feitas no capítulo anterior com as informações presentes nos inventários, verificando a maneira encontrada por particulares para ascender socialmente, frente à falta de incentivos, do Estado português, para incrementar e diversificar a produção. Através de cargos públicos ou afinidades, a elite econômica, direta ou indiretamente, acabava por ter papel importante nas decisões políticas. As redes de sociabilidade firmadas com casamentos e apadrinhamentos, estabelecidas entre os endinheirados e os políticos mais expressivos, permitia a elite econômica ascender, também, como elite política.

É neste capítulo que, dedico-me ao estudo do quadro mercantil capixaba, enfatizando as formas de produção, consumo e comercialização dos produtos, ou seja, uma análise sobre as formas de acumulação e manutenção das redes mercantis firmadas no âmbito da Vila da Vitória. Através de gráficos e tabelas, faço uma análise estatística das fortunas inventariadas no período proposto.

Ainda, no segundo capítulo, dando prosseguimento ao estudo do mercado capixaba, relaciono as ligações existentes entre o Espírito Santo e as demais capitanias, evidenciando a trama de importação e exportação de produtos. A produção agrícola acabou por suprir as necessidades de abastecimento interno, ao mesmo tempo em que, fornecia gêneros de subsistência às outras regiões da colônia. Em termos de importação, percebe-se que era composta por produtos mais requintados como: queijos, vinhos, seda, trigo, pão, louças; entre outros de maior necessidade: o charque, a cal, o sal e os escravos.

No terceiro capítulo – *Dos Engenhos à Produção de Alimentos* – propôs-se um estudo do mundo rural capixaba com ênfase aos grupos sociais dedicados ao labor da terra. Dos fazendeiros e donos de engenhos a roceiros, sitiantes e escravos, o referido capítulo aborda diferentes setores voltados ao mundo rural, na intenção de identificar a participação desses estamentos na dinâmica socioeconômica capixaba do período em questão.

Pretendo aqui, estabelecer um novo panorama para a história capixaba do final do Período Colonial, vislumbrado numa realidade diferente daquela presente na historiografia tradicional, sem contaminações de um discurso que insiste em atribuir o estigma de “terra abandonada” para o Espírito Santo do referido período; partindo do pressuposto da existência de uma sociedade ativa do ponto de vista econômico e social, que superava as dificuldades através das redes de sociabilidade. Além disso, o Espírito Santo chega ao século XIX, inserido na lógica política, social e econômica da época, confirmado pelo consumo de gêneros importados e pela produção que, mesmo diversificada e desenvolvida em pequena escala, era sim, voltada para comercialização.

1. ESPÍRITO SANTO: UMA DAS HISTÓRIAS DO BRASIL COLONIAL

1.1 – NO TEMPO DOS DONATÁRIOS

[...] faço doação e mercê de juro e de herdade para todo sempre como dito he (é) e quero e me apras (apraz) que o dito Vasco Fernandez e todos os seus herdeiros e sucessores que a dita terra herdarem e sucederem se possão (possam) chamar e chamem capitães e governadores dela (Capitania do Espírito Santo).²⁴

Para os historiadores capixabas, acostumados a uma abordagem de sua história colonial como pouco expressiva dentre as demais capitanias do Brasil, chama atenção a descrição do autor da primeira História do Brasil, o português Pêro de Magalhães Gândavo²⁵, em 1575. Gândavo²⁶ afirmava ser esta região “[...] a mais fértil capitania e melhor provida de todos os mantimentos da terra que qualquer outra que haja na costa”.

No entanto, a colonização da terra capixaba não se revelou muito tranqüila. Mesmo no início da ocupação, a partir de 1500, o colonizador confrontou-se com indígenas insubmissos e resolutos em expulsar os invasores de toda a colônia. Os portugueses²⁷, de sua parte, apresentavam-se dispostos a enfrentar a resistência e iniciavam como podiam atividades produtivas, dentre as quais se destacavam o cultivo da terra, a criação de víveres e a pesca.²⁸

²⁴ Trecho do Traslado da Carta de Doação da Capitania do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho. Évora: 1º de junho de 1534. Do Desembargo do Paço – Cód. 44 – XIV – 6, fls. 61 a 77 v. Arquivo da Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal. Grifo nosso.

²⁵ GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

²⁶ *Ibidem*, p. 68.

²⁷ “Do trabalho de implantação colonial, realizado por Vasco Fernandes Coutinho, que para aqui trouxe todos seus haveres, temos a primeira informação sobre o progresso da terra, em setembro de 1545, quando o encarregado de arrecadar os dízimos reais, Ambrósio de Meira, reportou que o dízimo do açúcar, até janeiro de 1546, deveria atingir a quantia de 300 arrobas e que o imposto sobre a pesca fora arrendado por 43.500 réis, pelo prazo de um ano, ou seja, entre junho de 1545 e junho de 1546”. LEAL, João Eurípedes Franklin. *Economia Colonial Capixaba*. Vitória: Revista *Cuca Cultural Capixaba*, 1977. p. 01.

²⁸ “No Espírito Santo havia só um engenho em 1560. Produzia muito mais algodão e pau-brasil.” Essa afirmação de Mario Aristides Freire confirma a diversificação da produção capixaba nos primeiros tempos de colonização, fato que se manteria durante todo o Período Colonial, o que deixou o Espírito Santo fora do sistema colonial mercantilista agroexportador e do seletivo grupo das capitanias que recebiam incrementos na produção do açúcar. FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. Vitória: Editora Flor e Cultura, 2006. p. 84.

Há elementos, todavia, que apontam para certo desenvolvimento econômico em terras capixabas no início da colonização, que pode ser comprovado pelo estabelecimento, registrado em 1550, do comércio direto entre a Capitania do Espírito Santo, Portugal e Angola, além da implantação da Alfândega na Capitania.²⁹

Fato relevante ocorrido no mesmo período foi a chegada dos primeiros padres da Companhia de Jesus no ano seguinte à abertura da Alfândega. Dois jesuítas acabaram por se estabelecer na Capitania, o padre Afonso Brás e um irmão de nome José de Paiva, principiando o trabalho de doutrinação do indígena, além de se comprometerem com os serviços sacerdotais e educacionais da população, carente de padres e professores.

A presença dos jesuítas no Espírito Santo foi determinante na doutrinação dos povos gentios³⁰, amenizando conflitos e definindo afinidades com tribos específicas, permitindo assim, a criação de laços de solidariedade entre colonos portugueses e algumas nações indígenas.

Outra atribuição importante conferida aos padres consistia na regência da educação dos portugueses, além de promoverem construções de igrejas, colégios e conventos, abertura de estradas e auxiliarem na manutenção de povoados. Diante da conjuntura, a manutenção dos religiosos ficava ao encargo dos cofres públicos da Capitania como forma de garantir o mínimo de instrução à população.

Um traço marcante na História do Espírito Santo consiste na presença de religiosos exercendo papéis fundamentais na política e com considerável participação econômica; sendo a ordem jesuíta a primeira a instalar-se, e intervir muito além do campo religioso dentro da sociedade, permanecendo até

²⁹ Apud LEAL, 1977. p. 01.

³⁰ O primeiro aldeamento fundado no Espírito Santo, foi de Nossa Senhora da Conceição (Serra) que em 1560 já se encontrava em adiantado estado de organização; a aldeia de São João surgiu a partir de 1562; em 1578 e 1588 foram fundados os aldeamentos de Reritiba (Anchieta) e do Reis Magos (Nova Almeida) que eram os mais significativos do ponto de vista de catequização e econômico. SALETTO, N. *Donatários, índios e jesuítas: O início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

1759, quando foram expulsos mediante Alvará Real expedido em Lisboa a 19 de janeiro do referido ano.³¹

Quanto à economia, ao término do século XVI, a Capitania do Espírito Santo já contava com uma produção bem diversificada, dando destaque para o algodão, o tabaco e a incipiente criação de gado bovino; diversificação essa que acompanhara a produção capixaba durante o Período Colonial.

Por volta de 1603, os dízimos arrecadados no Espírito Santo eram de 353\$120 (trezentos e cinqüenta e três mil, cento e vinte réis), excetuando-se o estanco do pau-brasil. Mesmo com o reduzido valor, a arrecadação no Espírito Santo ultrapassava a de outras capitanias na mesma época, a exemplo a de Sergipe, de Ilhéus e de Porto Seguro; considera-se também que, a receita total das cobranças de impostos pela Coroa no Brasil não ultrapassava o valor de 42:000\$000 (quarenta e dois contos de réis).³² Dos dados infere-se que, as perspectivas da empresa colonizadora não correspondiam, de forma homogênea, em todo o território da colônia portuguesa na América, denota-se, no entanto, uma preocupação com a arrecadação maior do que aquela referente da colonização do território, empreendimento atribuído muitas vezes, a iniciativas particulares.

Contudo, mesmo com os esforços dos herdeiros de Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário, a partir da segunda década do século XVII, o incremento econômico da Capitania entra em crise.

As explicações a respeito do colapso do Espírito Santo, a partir de 1620, restam ainda obscuras, dentre as quais se destacam os freqüentes ataques de indígenas e o descaso da Metrópole, durante a União Ibérica³³, para com o processo geral de colonização do Brasil.

³¹ DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia do espírito-santense, 1879. pp. 165/166.

³² Apud FREIRE, 2006. pp. 99/103.

³³ Principalmente, durante o período compreendido entre 1580 a 1640, em que Portugal ficou sob domínio Espanhol, período esse denominado União Ibérica. Filipe II, rei da Espanha, por ser neto de D. Manuel o Venturoso pelo lado materno (filho de Carlos V, Imperador do Sacro Império Romano, e de Isabel de Portugal, filha de D. Manuel), assumiu o trono português em 1580. O Império Espanhol passou então a incluir Portugal e as possessões portuguesas,

Do confronto dos portugueses com os indígenas, verificou-se o desestímulo ao comércio devido à falta de produtos, como açúcar por causa dos assaltos aos engenhos, agravando a situação ao ponto de paralisar o comércio, como demonstra a carta do Padre Brás Lourenço a seus superiores.³⁴ Diante da situação inconstante estabelecida naquela época, agravada pela política implantada durante a União Ibérica, foi prejudicada a comercialização do principal produto brasileiro em todo o território colonial português na América, o açúcar.

Em 1581, a Holanda declarou sua independência em relação à Espanha, o que motivou Felipe II a fechar os portos portugueses e espanhóis aos navios holandeses. Tal medida prejudicou a economia holandesa, até então, responsável pelo refino, transporte e distribuição do açúcar brasileiro na Europa. Para sanar o prejuízo, comerciantes holandeses criaram a Companhia das Índias Ocidentais na tentativa de conquistar os mercados produtores do Nordeste brasileiro, principalmente a Bahia e Pernambuco. A Capitania do Espírito Santo tornara-se, igualmente, alvo das investidas batavas.³⁵

O Padre Antônio Vieira³⁶ foi o principal relator das invasões holandesas ocorridas no período da União Ibérica. Em sua *Ânua da Missão da Capitania do*

incluindo nessas o Brasil, até a revolução que restaurou o trono português em 1640. VIEIRA, Antônio, 1608-1697. *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

³⁴ No texto de Leal a data da referida carta consta como sendo de 1652. Apud LEAL, 1977. p. 02.

³⁵ Da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, sobre esse período, com relação ao Espírito Santo, verifica-se que à época da dominação espanhola, a administração da Capitania limitava-se a arrecadação e recolhimento dos tributos destinados à Coroa. Como demonstra a carta do Capitão-mor do Espírito Santo, Manoel Maciel Aranha em 1615, ao rei Felipe III, a informar dos serviços prestados no cargo de Provedor da Fazenda, o qual assumira por nomeação do Vice-rei e Governador Geral do Brasil, Luis de Sousa, conde do Prado. Na correspondência, Aranha informa ao rei sobre a matéria da fazenda e compilação da Capitania, bem como, expõe a necessidade de tornar a baía mais segura com a construção de um Farol com alguns soldados e um sargento-mor. A referida carta demonstra que a principal autoridade nomeada pela Coroa na Capitania capixaba, sob o cargo de Capitão-mor, acumulava como principal atribuição a Provedoria da Fazenda, garantindo assim, o repasse dos dízimos (impostos) estipulados pela administração lusitana. Arquivo Histórico Ultramarino - CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 01, doc. 02, cx. 07, doc. 51.

³⁶ VIEIRA, Padre Antônio. *Ânua da missão da capitania do Espírito Santo do ano de 1621 e 1625, mandada à Roma pelo padre Antônio Vieira* – Oferecido de Lisboa pelo sócio correspondente, o senhor Varnhagen. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1843, 3ª ed. 5. pp. 362/364.

Espírito Santo do Ano de 1621 e 1625, mandada a Roma, o jesuíta narra a tentativa frustrada de invasão holandesa na Capitania espírito-santense, ressaltando, o papel dos padres da Companhia de Jesus na condução do povo contra os invasores.

Entretanto, ao contrário do esperado, continuavam a desembarcar na Vila da Vitória, sem muito controle alfandegário, entre três e quatro navios de tecidos provenientes da Europa, para o abastecimento da Capitania capixaba nas duas primeiras décadas do século XVII, o que denota uma regularidade do comércio, contrapondo-se aos desígnios da administração régia durante a União Ibérica.³⁷

Em termos administrativos, a situação veio reverter-se somente a partir de 1625 quando a Espanha toma a atitude de restabelecer o controle da colônia portuguesa sob seu domínio. A esquadra espanhola volta à cidade de Salvador, confiscando as propriedades holandesas (navios, ouro, etc.) e expulsando os invasores, apenas com o suficiente para retornarem à Holanda. Em 1640 findou-se a União Ibérica, sendo restabelecido o trono português, com D. João IV.

Mesmo com as dificuldades que impediam a estabilidade econômica, como os constantes ataques indígenas e a falta de incentivo do Estado Espanhol, foi estabelecido no Espírito Santo, em 1621, o comércio de importação de escravos africanos com o pagamento realizado através de açúcar e outros gêneros da terra. Consta ser o referido privilégio, de exportação de africanos

³⁷ A respeito da atuação da Alfândega, em 1617 o rei ordenara, por Carta Lei, que o Capitão-mor Gaspar Alves de Siqueira, conduzisse “[...] a devassa dos descaminhos da alfândega e constatando dos procedimentos dos culpados [...]”. No ano seguinte, 1618, foram inquiridas testemunhas como Antonio Velho, Jorge d’Almeida Lobo, Gernaldo (Geraldo) da Fonseca, entre outros, que em seus depoimentos foram unânimes em dizer que a dita Alfândega, efetivamente, fora implantada pelo Capitão-mor Gaspar Alves no ano anterior, haja vista admitirem a chegada de três a quatro navios de Portugal transportando fazendas (tecidos) que eram vendidos a varejo com um lucro de até 200% ou mais, graças a conivência dos oficiais da Alfândega que despachavam junto aos mercadores sem recolher os dízimos e concedendo os requeridos contratos em troca de benesses, isso até vinte anos antes da estruturação da Alfândega pelo dito Capitão-mor. Arquivo Histórico Ultramarino - CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 01, doc. 04, 05.

em troca de açúcar e outros gêneros, dado especificamente à Capitania capixaba, cujo donatário, nesta época, era Francisco de Aguiar Coutinho.³⁸

Ainda assim, as dificuldades eram muitas. De acordo com Salvador,³⁹ “[...] as embarcações se dirigiam a São Vicente para os carregamentos. O suprimento de víveres era efetuado pela Bahia”.

A alternativa à época, consistiu na exploração madeireira, mas que, devido à subalternidade dos cariocas e capixabas nesse negócio, optou-se pela via mais lucrativa do contrabando. Dessas atividades desenvolveu-se a escravidão indígena como a base da mão-de-obra.

Salvador⁴⁰ assevera que, face à lucratividade do comércio de escravos indígenas, a busca de minérios convertia-se em escusa para o aprisionamento do nativo no interior: “[...] os escravos são indispensáveis ao progresso do Brasil, mais que o salitre do São Francisco, a pesca das baleias, o ouro de São Vicente ou as esmeraldas do Rio Doce (Espírito Santo)”.⁴¹

No que se refere o Espírito Santo, inúmeras entradas ao interior da Capitania buscaram a tão sonhada serra das esmeraldas, utopia que persistiu até a entrada do século XIX, sempre com dispêndio de gentes, provisões e mantimentos não só do Real Erário português, como também, de particulares.⁴²

No ano de 1627, morre o donatário Francisco de Aguiar Coutinho, último membro da família de Vasco Fernandes Coutinho a assumir o comando da Capitania efetivamente, com algumas iniciativas para desenvolvê-la, obtendo algum progresso. A pequena recuperação, empenhada por aquele donatário,

³⁸ Apud DAEMON, 1879. p. 107; FREIRE, 2006. p. 110.

³⁹ SALVADOR, José Gonçalves. *A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)* – a presença de cristãos novos. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES/Departamento Estadual de Cultura, 1994. p. 62/63.

⁴⁰ Ibidem, p. 65.

⁴¹ Ibidem, p. 66. Grifo nosso.

⁴² Há várias referências no Arquivo Histórico Ultramarino, sobre expedições realizadas para descobrir a localização da serra das esmeraldas que se supunha existir nos limites da Capitania. Essa utopia, iniciada por Marcos de Azevedo, teve como adeptos seus filhos Antonio de Azevedo Coutinho e Domingos de Azevedo Coutinho e, mais tarde, vários aventureiros seguiram-se em expedições financiadas pelo Estado lusitano e/ou particulares, com o mesmo objetivo de encontrar o eldorado capixaba. Arquivo Histórico Ultramarino - CTA: AHU – Espírito Santo, de 1585 a 1821.

lançou o Espírito Santo ao nono lugar em receita na Colônia, à frente de Ilhéus, Porto Seguro, São Vicente, Sergipe e Itamaracá.⁴³

Mesmo com melhores condições econômicas o sucessor da donataria, Ambrosio de Aguiar Coutinho, herdando-a em 1643, não assumira sua função em seu legado, preferindo continuar a desempenhar seu cargo de governador nos Açores.

Diante do descaso dos sucessores, a Capitania entraria, novamente, em grave crise econômica devido à ausência de donatários preocupados em avocar, diretamente, a administração da região.

A Capitania passou a ser governada por capitães-mores nomeados pela Coroa Portuguesa, considerando a indicação feita por membros da família Coutinho, até ser vendida pela quantia de 40.000 cruzados (cerca de 16:000\$000 – dezesseis contos de réis), em 1674, para Francisco Gil de Araújo, rico proprietário na Bahia.⁴⁴

Em carta enviada ao rei D. Pedro II, de Portugal, em 06 de julho de 1675, Francisco Gil de Araújo informava, ao soberano, a situação em que estava a Capitania que adquirira:

[...] desde já me acho obrigado a dar conta do estado em que está a capitania, e he (é) o mais miserável que pode imaginar, tudo causado por alguns capitães que a governaram e ainda agora o que lá está sabendo que me estou aparelhando para ir tomar posse da capitania e tratar do aumento dela com dispêndio considerável de minha fazenda, intento fazer jornada ao descobrimento das esmeraldas em ordem de Vossa Alteza [...] Quando Vossa Alteza veio afirmado que lhe faça ornada ou (eu) a mandarei fazer as minhas custas porque o interesse que só pretendo é o Real serviço de Vossa Alteza [...].⁴⁵

Administrando diretamente sua nova aquisição, este donatário não só passou a incentivar a agricultura, construções de fortalezas e igrejas, mas também, a

⁴³ Apud LEAL, 1977. p. 02.

⁴⁴ Apud DAEMON, 1879. pp. 120/121.

⁴⁵ Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 01, doc. 71. Grifo nosso.

vinda de novos colonos; além de quitar dívidas, anteriormente contraídas, promovendo, assim, um novo ressurgimento econômico de seu investimento.⁴⁶

Com a morte de Francisco Gil de Araújo, por sucessão, seu filho Manoel Garcia Pimentel, assumiu o direito e a posse sobre o Espírito Santo no ano de 1687. Como Manoel Garcia era rico proprietário em Sergipe do Conde, seu interesse pela herança era secundário, nem mesmo chegando, o donatário, a visitar sua Capitania. Na administração de sua herança, Pimentel indicou para nomeação ao cargo de governador e Capitão-mor, João Velasco Molina.

Nova crise econômica se iniciou com a morte de Francisco Gil de Araújo e a falta de interesse de seu sucessor. O empobrecimento da Capitania chegou ao limite em 1701, quando o então Capitão-mor Francisco Ribeiro proíbe a exportação de alimentos, exigindo que a venda fosse feita de forma direta, na Vila da Vitória, entre agricultores e a população local.⁴⁷

Um fato que poderia significar considerável avanço para o Espírito Santo foi a descoberta da primeira pepita de ouro no Brasil, ter ocorrido, justamente em solo capixaba. Em 1693, Antonio Rodrigues Arzão chegou à Vila da Vitória com três oitavas de ouro extraídas no sertão da Capitania, do qual foram feitas duas medalhas, uma ficando com o Capitão-mor Molina e outra com o descobridor. Entretanto, o ocorrido foi o contrário.

Em 1710, o Governador-geral do Brasil, D. Lourenço de Almada, sob resolução do rei de Portugal D. João V, ordenou ao então Capitão-mor do Espírito Santo, Francisco de Albuquerque Teles, que se parassem as explorações e

⁴⁶ Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 01, docs. 76, 78, 79 e 80.

⁴⁷ Sobre a proibição de venda da produção agrícola, consultar LEAL, 1977. p. 03. Quanto às motivações para a dita proibição, Antônio Carlos Jucá de Sampaio assevera que, em 1702 o governador da capitania carioca alertara sobre uma crise de abastecimento. Esse historiador sugere duas hipóteses: o escoamento de indivíduos especializados no trabalho agrário em direção à região das Gerais, em pleno desenvolvimento minerador; e/ou, o aumento populacional no ambiente urbano do Rio de Janeiro. Contudo, acredita Sampaio que as consequências da dita crise não devem ser tratadas com exagero. Apud SAMPAIO, 2003. p. 80/82. Com relação ao Espírito Santo, a falta de dados sobre a população não impede uma associação com o ocorrido na capitania vizinha, já que o deslocamento de gentes e mercados para a região mineradora afetou a maior parte da colônia.

descobertas de minas de ouro na Capitania, proibindo, também, a continuidade nas aberturas de estradas para Minas Gerais.

Falecendo em 1711 o donatário Manoel Garcia Pimentel, sem herdeiros legítimos, fez com que D. João V, visando a permanência de sua defesa natural para as minas de ouro, através de Carta Régia de 19 de maio de 1711, apodera-se da donataria capixaba, nomeando como Capitão-mor Manoel Correa de Lemos.

A resolução real, contudo, foi contestada e em 1718, reconheceu-se o direito à herança da Capitania, pela Relação da Bahia, ao primo e cunhado de Manoel Garcia Pimentel, Cosme Rolim de Moura, que após ser empossado como donatário, imediatamente promoveu sua venda à Coroa de Portugal pelo mesmo valor pago por Francisco Gil de Araújo em 1674.

A compra da Capitania do Espírito Santo fazia parte de uma articulação da Coroa Portuguesa para transformar as Capitánias Hereditárias em Capitánias Reais, vislumbrando, dessa maneira, uma centralização e autonomia do poder nas mãos do monarca português.

O ponto de partida para o projeto de maior controle da colônia, deu-se na segunda metade do Setecentos quando passou a se desenvolver investigações em torno da História Natural no Reino e nas colônias, com ações coordenadas pelo governo lusitano, através da mobilização de naturalistas portugueses ou nascidos nas colônias da América, da Ásia ou da África, a fim de estudar as possibilidades de desenvolvimento dos setores agrícolas e minerador, que receberam a denominação de Viagens Filosóficas.

A gerência do Estado nas pesquisas era estimulada pela crise econômica portuguesa e a necessidade de se explorar novas alternativas, economicamente viáveis nas colônias, o que acarretava em centralizar a administração das capitánias, conforme desígnios da Coroa lusitana, sem interferência dos antigos donatários.

1.2 – MEU DONO A COROA: O ESPÍRITO SANTO COMO CAPITANIA RÉGIA

[...] a 6 de Abril deste ano, em que foi passada a escritura de compra feita por D. João V, pela quantia de 40.000 cruzados (cerca de 16:000\$000 – dezesseis contos de réis), passando-se a mesma em Lisboa, à rua da Atalaia, nas casas do Desembargador José Vaz de Carvalho, que era Procurador da Fazenda Real e do Desembargo do Paço, em virtude da Ordem do Conselho Ultramarino datada de 18 de Junho de 1715, e de outra Consulta de 12 de Fevereiro do ano de 1716, sendo Tabelião que lavrou a dita escritura Manoel dos Passos de Carvalho. Assim acabou-se em Cosme Rolim de Moura o direito particular à capitania do Espírito Santo, que ficou pertencendo ao Estado, mas tendo existido em poder dos donatários por espaço de 193 anos.⁴⁸

Uma das questões mais tradicionais na historiografia capixaba é a explicação da decadência da Capitania como produto da interdição da interiorização para a proteção dos caminhos do ouro das Minas Gerais. Entretanto, somente nas primeiras décadas do século XVIII, a reestruturação das fortalezas, com o objetivo de transformar a Capitania em defesa militar, era o grande desafio da administração.

Como Capitania Régia, o Espírito Santo inicia a segunda década do século XVIII, com sua administração subordinada ao Governo da Bahia e seu foro judicial sujeito ao Ouvidor do Rio de Janeiro. A situação foi modificada entre 1732 e 1741, com a criação da Ouvidoria independente a do Rio de Janeiro, estabelecida na comarca da Vila da Vitória. Em termos administrativos, continuava a submissão ao governo da Bahia, que se limitava a tomar medidas apenas no sentido de proteção e impedimento ao acesso às minas descobertas nas Gerais.⁴⁹

Apesar das intenções de manter o isolamento do Espírito Santo em relação a Minas Gerais, algumas ligações já haviam sido estabelecidas em meados do século XVIII.

⁴⁸ Apud DAEMON, 1879. p. 149. Grifo nosso.

⁴⁹ A título de exemplo, em 1722 o Vice-Rei e Governador Geral do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, Conde de Sabugosa; enviara carta ao Rei D. João V a informar das despesas para a fortificação da Capitania do Espírito Santo, governada por Antonio de Oliveira Mandail. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 12, doc. 46.

Daemon⁵⁰ registra, para 1751, a existência de diversas estradas de acesso passando pelo Rio Pardo e pelo Sertão de Benevente, antigo aldeamento denominado Reritiba, onde residiu o padre jesuíta José de Anchieta, hoje a cidade de Anchieta. Assim como em Reritiba, noutra região vizinha denominada Ribeirão do Meio, existia um grande arraial, cuja principal atividade consistia na mineração, embora, os conflitos com indígenas representassem um grande desafio à atividade.

O historiador Franklin Leal⁵¹ sugere que a situação começou a se modificar na década de 1770, quando o comércio de cabotagem ressurgiu, passando a Capitania a exportar madeira, açúcar e panos de algodão, produtos desembarcados nos portos do Rio de Janeiro e da Bahia.

Com o declínio da produção aurífera, ainda no século XVIII, houve expressado interesse da coroa lusitana em dar novo impulso ao desenvolvimento da Capitania do Espírito Santo. Trata-se de um renovado empenho por parte da Coroa Portuguesa, na pessoa do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em aproveitar o curso dos grandes rios:

Para vivificar estas culturas, para lhes dar toda a extensão que elas podem ter, é que se deve por toda a atenção na navegação e abertura dos rios, que do centro do Brasil vêm à costa e praia do mar. É a navegação dos rios Paraíba do Sul, Doce, São Francisco, Tocantins, Tapajós, Madeira, Branco e Negro que se deve voltar toda a atenção [...]. Estas navegações abrirão o campo para mais extensas culturas, para trabalhar novos terrenos, aumentarão, além do que o poderiam fazer quaisquer manufaturas, a riqueza e prosperidade do país.⁵²

D. Rodrigo (1745-1812), o primeiro Conde de Linhares, de origem aristocrática e com formação ilustrada, era afilhado do Marquês de Pombal, compartilhando com ele a defesa da monarquia absolutista. Consoante à ilustração, defendia o

⁵⁰ Apud DAEMON, 1879. p. 161.

⁵¹ Apud LEAL, 1977. p. 04.

⁵² Texto de D. Rodrigo de Souza Coutinho, primeiro Conde de Linhares, escrito em 1798, mesma época em que foi nomeado como governador do Espírito Santo Antonio Pires da Silva Pontes. IN: SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *O território do Espírito Santo no final da era colonial*. __IN: BITTENCOURT, Gabriel. *Espírito Santo: um painel de nossa história*. Vitória: Edit, 2002. p. 173.

uso da razão na política. Seu principal projeto, como ministro, era a construção de um amplo Império Ultramar, Luso-Brasileiro integrado, na tentativa de redescobrir a colônia para preservar e fundar um novo Império Português, diante da ameaça da emancipação.

Seja como Secretário do Conselho Ultramarino, ou como Ministro de Estado, na visão do Conte de Linhares, o conhecimento era posto como instrumento de poder. Nesse sentido, o Estado português passou a absorver diversos intelectuais luso-brasileiros em postos chave da administração colonial.

Segundo os historiadores Lúcia Maria Bastos P. Neves⁵³ e Oswaldo Munteal Filho⁵⁴, D. Rodrigo tinha a preocupação de homogeneizar com o *status* de ser português a todos os nascidos dentro do Império Colonial, para tanto não fazia distinção entre os intelectuais provenientes da metrópole e aqueles originários das colônias. Procurava com isso, organizar uma discussão permanente entre pessoas ilustradas sobre a necessidade de renovar as instituições políticas, sociais e econômicas do mundo luso-brasileiro. Esses indivíduos partilhavam de uma mesma ilustração à portuguesa, que acabava por funcionar como um conjunto de mecanismos de controle que os regiam, propiciando assim, uma harmonia pacificadora do reino luso estendido através da razão.

A primeira nomeação desse tipo no Espírito Santo, realizou-se em 27 de agosto de 1781, quando D. Maria I nomeou o Tenente de Infantaria, Ignacio João Monjardino⁵⁵, para o posto de Capitão-mor da Capitania.⁵⁶ Com formação

⁵³ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Intelectuais Brasileiros nos Oitocentos: A constituição de uma "família" sob a proteção do poder imperial (1821-1838)*. __IN: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como Vocação: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999. pp. 09/32.

⁵⁴ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Política e Natureza no Reformismo Ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho*. __IN: PRADO (org.), 1999. pp. 81/110.

⁵⁵ Os sobrenomes Monjardino, Mongiardino e Monjardim referem-se as flexões encontradas nas fontes, que designam a mesma família. No texto, da Dissertação, foi considerada a nomenclatura existente.

⁵⁶ "Sou servida fazer mercê ao tenente de Infantaria, Ignacio João Monjardino de nomear Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, que servirá por tempo de três anos e os mais que eu for servida, enquanto lhe não nomear sucessor. O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido e lhe mande passar os despachos necessários [...]". Decreto da Rainha D. Maria I, em 27 de agosto de 1781. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 05, doc. 03.

em engenharia, filho de imigrantes italianos em Portugal, Monjardino representava uma classe fidalga emergente, que buscava nos conhecimentos técnicos a desejada ascensão social. A grande oportunidade sobreveio quando, D. Maria I ofereceu-lhe um posto nas terras além-mar, mesmo que pouco desenvolvidas, surgia uma oportunidade de testar a capacidade administrativa daquele homem ilustrado.

De posse do novo posto, Monjardino passou a incentivar a cultura do linho e do cânhamo em terras capixabas. Nas últimas décadas do século XVIII, as ligações marítimas, principalmente com o Rio de Janeiro e a Bahia, propiciaram a retomada das exportações dos produtos já tradicionais da região, além do algodão, para Lisboa.

No ano de 1790, Monjardino prestou informações ao rei de Portugal, não só com notícias de praxe requeridas pela Academia Real de Lisboa como clima, relevo, fauna e flora; mas também com apontamentos de exportações e importações das vilas:

Vila de Vitória: exportava algodão, açúcar, milho e arroz, num total de 45:648\$489 réis, enquanto que importava sal, Vinho, azeite, linhos e sedas no valor de 18:113\$920 réis. Nova Almeida: exportava apenas taboado (tabuado), sendo os outros produtos consumidos no próprio local. Vila do Espírito Santo: seu movimento comercial está incluído no da Vila de Vitória, mas foi apresentado como muito pobre e seus habitantes pouco ligados ao trabalho. Guarapari: sua exportação estava na base de 30 caixas de açúcar por ano. Benevente: exportava taboados (tabuados), além de produzir, como Guarapari, o essencial para a vida da comunidade, que não era exportado.⁵⁷

Com a extinção dos governos dos capitães-mores, através do Decreto do então Príncipe Regente D.João, fora concedida a nomeação do Capitão de Fragata, Antonio Pires da Silva Pontes [Pais] Leme [e Camargo] para o posto de governador “[...] para melhor regimento da Capitania do Espírito Santo, e para se tirarem dela vantagens que até agora se não tem procurado aproveitar”.⁵⁸ O dito Decreto fora confirmado mediante Carta Régia, expedida por D. Rodrigo,

⁵⁷ Apud LEAL, 1977. p. 05. Grifo nosso.

⁵⁸ Decreto do Príncipe Regente, D. João, em 11 de novembro de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 05, doc. 46.

em 12 de maio de 1798, em agosto do mesmo ano, Silva Pontes foi nomeado como governador da Capitania capixaba e, no ano seguinte, recebera a patente de Coronel Comandante do Regimento de Milícias da mesma Capitania.⁵⁹

Silva Pontes assumiu o cargo dois anos após sua nomeação, inaugurando um esforço da metrópole em superar sua crise por meio da exploração da velha colônia, que longe de demonstrar o desgaste ou crise do sistema colonial, afigurava-se como alternativa concreta aos lusitanos de superação de seus percalços econômicos.

Tal constatação deriva de historiografia recente que discorda da clássica tese do fim do sistema colonial em decorrência de uma crise, que, segundo Jorge M. Pedreira⁶⁰, a explicação da falência do Império Português nas Américas deve ser procurada nas circunstâncias históricas específicas, nos contextos nacionais e internacionais, nas quais ocorreu. Nem mesmo havia, de acordo com Jorge M. Pedreira, sequer sinal de “crise” no sistema, ao contrário, seus mecanismos encontravam-se em pleno funcionamento. Os elementos de evidência consistem no grande crescimento econômico e na prosperidade comprovada pelo comércio marítimo sob o antigo sistema colonial. Explicar-se-ia, portanto, o vivo interesse da metrópole por essa porção colonial relegada a planos secundários durante séculos e que lhe conferia novo impulso, pelo menos do ponto de vista da administração.

Diante dessa análise, a tática de manter o interior do Espírito Santo isolado, não mais responderia às necessidades da Coroa lusitana ao término do século XVIII. Vale ainda ressaltar que, o interesse em manter o Espírito Santo como barreira natural para impedir o contrabando de ouro das Minas Gerais, ocorreu apenas durante o Setecentos, não impedindo, porém, o trânsito de pessoas e

⁵⁹ Silva Pontes desempenhou a função de governador até o ano de 1804, quando fora substituído, porém, continuou com a patente de Coronel do Regimento de Milícias até sua morte em 1805, provavelmente ocorrida no Rio de Janeiro. Apud FREIRE, 2006. p. 216. A dita Patente fora requerida por seu sucessor no ano de 1806, alegando estar vaga devido ao falecimento de Silva Pontes. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 08, doc. 06.

⁶⁰ IN: MALERBA, Jurandir. *The Independences of Brazil: theoretical reflections on historiographical perspectives*. Franca: História, v. 24, nº. 1, 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 26 de junho de 2007. Pré-publicação.

mercadorias entre as duas capitanias, seja via Rio Doce, seja pelos caminhos terrestres.

Segundo Mário Aristides Freire⁶¹, concernentes às proibições do trânsito entre o Espírito Santo e Minas Gerais, as mais significativas medidas foram 07 (sete), datadas de 1725 a 1758. Ou seja, durante 33 (trinta e três) anos, através de leis, tentava-se manter a Capitania do Espírito Santo como barreira natural contra os descaminhos do ouro das Minas Gerais, não significando, entretanto, o isolamento daquela região, ou mesmo, de toda a extensão da Capitania capixaba, ao passo que, sua faixa litorânea se manteve habitada durante todo o Período Colonial.

1.3 – O ADVENTO DO SÉCULO XIX NO ESPÍRITO SANTO

Nota-se que no final do século XVIII e início do XIX, novas perspectivas ressurgem no sentido de tornar a Capitania espírito-santense mais produtiva e lucrativa para a Coroa.

Visando o desenvolvimento econômico, no princípio do Oitocentos, Silva Pontes, o então governador, requereu a abertura da navegação e do comércio através do Rio Doce⁶², para tanto, fundou quartéis e promoveu obras no sentido de viabilizar a mineração.

Nascido em Mariana, intelectual ilustrado, com estreita amizade com o Conde de Linhares⁶³ e Doutor em matemática, Silva Pontes foi o primeiro governador nomeado, tomando posse em 1800, com sua administração subordinada ao Governo da Bahia.

⁶¹ Apud FREIRE, 2006. p. 169.

⁶² Em Ofício ao Secretario de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo, o governador Silva Pontes os proveitos a serem obtidos com a comunicação da Minas Gerais via navegação do Rio Doce. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 06, doc. 21 A.

⁶³ Um fato comprobatório da amizade de Silva Pontes com D. Rodrigo foi o último ter batizado o filho de Silva Pontes, de nome Rodrigo, nascido na Bahia, em 1800. Basílio Carvalho Daemon afirma à vinda a capital do Espírito Santo em 1800, do então ministro do Estado Português acompanhado de sua esposa Dona Maria Balbina de Souza Coutinho, com a finalidade de batizar o filho de Silva Pontes, fato não confirmado, até porque o procedimento do batismo pode ter se efetivado através de procuração. Apud DAEMON, 1879. p. 206.

Segundo informações fornecidas pelo próprio governador ao Vice-rei, as exportações de algodão, açúcar e milho, provenientes do Espírito Santo para a Bahia e o Rio de Janeiro, continuavam a ocorrer em princípios do século XIX, mas, requeria-se, de imediato, um incremento na produção e comercialização dos gêneros da terra:

A Gente desta Província, se acha toda acomodada, lavrando algodão, e algum assucar (açúcar), e milhos, com a venda dos quaes (quais) gêneros, que exportão (exportam) para a Bahia, e Rio de Janeiro, suprem as necessidades do Vestuário Europeu, sendo-lhe suficiente a farinha de mandioca da Província, e o peixe da sua Costa para se manterem [...].⁶⁴

Com a designação real para melhor se aproveitar as terras capixabas, o primeiro governador nomeado, abre o século XIX com uma administração que primava pelo desenvolvimento econômico.

Parece justificável, portanto, compreender que, a entrada desse século representava novos horizontes para a Capitania do Espírito Santo.

O historiador Estilaque Ferreira dos Santos⁶⁵ acrescenta que durante seu comando, o governador Silva Pontes ambicionou reavivar a navegação direta com Portugal, aproveitando o estabelecimento da ligação com Minas Gerais para com isso, se estabelecer “[...] a centralização das exportações da região no Porto de Vitória e era um projeto fundamentado essencialmente no desenvolvimento de Vitória e de sua região”.⁶⁶

Continua o historiador:

Com Silva Pontes, portanto, pela primeira vez, a administração centralizada em Vitória formulava um claro projeto de desenvolvimento regional, centrado em Vitória, mas com os

⁶⁴ Trecho da pré-memória do Governador do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, em 25 de agosto de 1802. Cx. 03 – ES, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Grifo nosso.

⁶⁵ SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX: a gênese do pensamento político capixaba*. Dimensões – Revista de História da Ufes, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n^o. 17, 2005. pp. 47/68.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 48.

olhos postos no desenvolvimento integral do território da antiga “Capitania”.⁶⁷

Fato esse confirmado por informações prestadas pelo próprio, em 1800. Em Ofício, Silva Pontes comunicava a necessidade de dar ciência aos comerciantes das Minas Gerais sob as comodidades em estabelecerem seus negócios via o Porto de Vitória.

Segundo o governador, a Vila da Vitória possuía a capacidade de receber entre doze e treze navios de alto bordo por ano e a utilização de seu Porto diminuiria a distância percorrida pelos mercadores mineiros até o Rio de Janeiro, além da possibilidade de se estabelecer a navegação direta com a Europa.⁶⁸ No mesmo ano partiu o Bergantim Vitória, carregado de madeira de lei, amostras botânicas e restos das colheitas do ano de 1800. Com destino ao Porto de Lisboa, o intuito da viagem, do citado Bergantim, era de se comprovar o bom estado do Porto de Vitória e sua lucratividade à Coroa, com a manutenção do comércio direto entre o Espírito Santo e a Metrópole.⁶⁹

Em 1803, fora nomeado pelo Príncipe Regente D. João, o Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria do Cais, Antonio Xavier Rezendo para o posto de governador da Capitania capixaba. Rezendo não tomou posse do cargo a que fora designado por Decreto de 14 de novembro de 1803, no ano seguinte, a nomeação para governador, sobreveio na pessoa de Manoel de Vieira da Silva de Albuquerque Tovar.

Em 1804 tomou posse o segundo governador do Espírito Santo, Manoel de Vieira da Silva de Albuquerque Tovar, ainda subalterno ao da Bahia.

Visto como homem violento e sempre em confronto com o povo, foi durante a sua administração, criada a Junta Real da Fazenda, desvinculada da Bahia em

⁶⁷ Ibidem, p. 49

⁶⁸ Ofício do Governador Silva Pontes, a D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 11 de novembro de 1800. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 06, doc. 24 A, 33, 22, 28 A.

⁶⁹ Ofício do Governador Silva Pontes, a D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 11 de novembro de 1800. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 06, doc. 39 A.

1809, e, no ano seguinte, findou a dependência administrativa e militar do Espírito Santo com relação à capitania baiana.

Em termos econômicos, Tovar, no mesmo ano de sua posse, pediu a isenção de impostos para os gêneros que se importavam ou exportavam da Capitania para a Metrópole.⁷⁰ Promoveu também a cultura do anil e do café; além de evidenciar a capacidade exportadora de produtos como açúcar, algodão, farinha de mandioca, milho, arroz e aguardente; constando também, nesse período, a saída de navios com madeiras para a construção naval, com destino a Portugal e ao Rio de Janeiro.⁷¹

Em Ofício de 1805, enviado ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, Visconde de Anadia, o então governador do Espírito Santo informou a existência de carga a ser transportada por muitos navios com destino a Corte:

[...] igualmente participo a V. Exa. que deste Porto parte em direitura para Corte o Brigue – Lobos Unidos – com cargas de algodão, farinha, milho, arroz, a qual em muito poucos dias fez carregar havendo carga para mais de dez ou doze navios que aqui podem carregar de açúcar e águas ardentes (aguardentes).⁷²

No ano de 1812, a 12 de junho, foi nomeado para o governo da Capitania Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira, tomando posse de seu cargo, em princípios de outubro do mesmo ano. A administração de Rubim constituindo-se no primeiro governo iniciado independente ao da Bahia. Ainda com relação ao antigo governador, Daemon escreve que:

Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, descendente de uma antiga e nobre família portuguesa, retirou-se para Portugal, tendo aqui deixado dois filhos naturais que muito estimava e de que existe descendência. Fora um tanto execrado este Governador por suas arbitrariedades e vinganças, mas força é confessar que fez o possível para desenvolver e aumentar a

⁷⁰ Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 07, doc. 41.

⁷¹ Apud LEAL, 1977. pp. 05/06.

⁷² Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 07, doc. 43. Grifo nosso.

capitania, indo ele próprio às localidades e por si mesmo averiguando da verdade.⁷³

Alguns dias após sua posse, Rubim recebeu no Cais da Vila da Vitória, D. Jose Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro, que estava de passagem pela Capitania e nesta visita, como em outra, ocorrida em 1819, fez apontamentos pastorais concernentes, principalmente, à religiosidade.⁷⁴

O Bispo D. Jose concluiu que a Capitania, em 1812, encontrava-se em estado de penúria, apesar da existência de homens bem estabelecidos como o Coronel Bernardino Falcão de Gouveia Vieira Machado, que o hospedou durante sua estadia no Espírito Santo, além do mercador e Capitão Inácio de tal, entre outros homens ilustres.⁷⁵

Em seu retorno à Capitania em 1819, o bispo informou ao rei as iniciativas positivas tomadas durante o governo de Francisco Alberto Rubim, como: o reparo da capela do Colégio fundada pelos jesuítas; a conclusão da Igreja Matriz e de uma Capela no sítio da nova Aldeia de Viana, povoado fundado por Rubim em 1813, cuja população compunha-se de colonos Açorianos. Argumenta ainda que:

Esta Freguesia é das mais notáveis do Bispado, e há de andar por perto de doze mil almas; o povo geralmente é pobre, mas dócil, e civilizado; a Vila é das mais antigas do Brasil, e agradavelmente situada em anfiteatro no declive de um monte, e fronteira a uma funda Baía, que vai fazer barra segura, e excelente na distância de uma légua debaixo da Fortaleza de Piratininga. O seu Comércio, e navegação não podem deixar de crescer muito quando se puderem transportar os produtos das Minas Gerais pela nova estrada que se anda abrindo para Vila Rica que fica no mesmo paralelo de 20 graus e 20 minutos. [...] Finalmente para dizer tudo quanto sinto da notável Vila da Victoria, permita-me Vossa Majestade que lhe diga que entre grandes Cidades do Rio de Janeiro, e da Bahia, que distam 350 léguas não há um lugar mais apto do que esta Vila para o assento de uma nova Cathedral, quando se criarem os novos Bispados, de que tanto necessita nesta extensão do

⁷³ Apud DAEMON, 1879. p. 215.

⁷⁴ Trecho dos apontamentos das visitas pastorais de D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro, correspondente à sua passagem por Vitória durante as visitas que fez ao Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819.

⁷⁵ Ibidem. pp. 01/04.

Brasil, que todos os dias vai crescendo em povo e em necessidade de socorros espirituais.⁷⁶

Antes mesmo das informações prestadas pelo sacerdote, no ano de 1816, o príncipe D. João VI, em Ofício, parabenizava o governador Rubim pela atitude e atenção na administração da Capitania. Por conta da dedicação desprendida na administração do terceiro governador do Espírito Santo, que, se dedicou à abertura de estradas para Minas Gerais, ao desenvolvimento da lavoura, ao incentivo à mineração e aos estudos feitos para a ampliação da navegação dos rios da Capitania; o regente de Portugal acabou por homenagear a administração da Capitania capixaba. D. João VI, por fim, salienta a necessidade do prosseguimento daquelas atividades voltadas para o incremento da produção, no sentido de fazer a Capitania progredir.⁷⁷

Mesmo com os esforços desprendidos por Alberto Rubim em promover o desenvolvimento comercial espírito-santense via ligação com Minas Gerais, à construção da dita estrada acabou por ser concluída apenas no ano de 1820, após grandes investimentos e, com resultados aquém do esperado.

Como os comerciantes mineiros não encontravam na Capitania capixaba mercado consumidor para seus produtos como gado e outras mercadorias, acabaram por abandonar aquela rota comercial, tão alardeada anteriormente, por ambos mineiros e capixabas, deixando de ser elemento fundamental para o progresso.⁷⁸

Uma das explicações para o fracasso do comércio empreendido pelos mineiros, possivelmente, recai na existência de uma produção de gêneros de subsistência advindos da agricultura e da pecuária no Espírito Santo que, além de conseguir abastecer a população capixaba, possuía um excedente a ser comercializado com as outras Províncias. A produção interna gerava uma

⁷⁶ Ibidem. p. 08.

⁷⁷ Em 1815, fora organizado o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, modificando a denominação das antigas capitanias para províncias, no entanto, o Espírito Santo continuou a ser citado nas fontes como Capitania, mesmo nas primeiras décadas do Império Brasileiro. Nessa Dissertação optou-se em trabalhar com a referência encontrada na maior parte da documentação, ou seja, manter a denominação de Capitania para o Espírito Santo até 1822, final do Período Colonial, limite temporal posto em análise.

⁷⁸ Apud, ESTILÁQUE, 2005. pp. 51/52.

concorrência com os produtos das Minas Gerais, que acabavam por ser comercializados com desvantagens perante os capixabas. Outra explicação refere-se à ineficiência do comércio direto com a Europa, para as exportações dos gêneros excedentes produzidos por mineiros e capixabas; como haviam ambicionado Rubim e seus antecessores, quando no governo da Capitania.

Apesar das iniciativas sem resultados, durante seu governo, como foi o caso de seu empreendimento em se produzir seda e a via comercial de acesso com Minas e, mesmo longe de ser uma unanimidade perante a população, Rubim foi retratado por Daemon, em seu livro sobre a *Província do Espírito Santo*, como: “[...] o que mais trabalhou para desenvolvê-la”.⁷⁹

Durante o governo de Rubim (1812-1819), diversas obras foram empreendidas como: a construção da Casa da Misericórdia, casas, igrejas; os aterros da Conceição, do Pelame e do Porto dos Padres, essas no sentido de urbanização da Vila da Vitória; promoveu também obras voltadas à defesa como a reconstrução do Forte de São João e da Fortaleza de São Francisco Xavier, bem como, conservou a disciplina dos corpos militares existentes e criou novas corporações de patentes. O governador Francisco Alberto Rubim também propiciou o estabelecimento de imigrantes na Capitania, promovendo, para tanto, a colonização e a abertura de estradas.

O último governador nomeado para o Espírito Santo, antes da Proclamação da Independência do Brasil, foi Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos, tendo o mesmo, tomado posse em março de 1820, dois meses após ser criada a Alfândega provisória do Espírito Santo, destinada à importação de gêneros nacionais e estrangeiros.

No mesmo Decreto de criação da Alfândega na capital, fez-se um registro, com a mesma finalidade, de regularizar o comércio via foz do Rio Doce, para assim, atender à Sociedade Agrícola, Comercial e de Navegação daquele rio, que teve seu estatuto aprovado, no ano anterior, juntamente com as concessões de oito

⁷⁹ Apud DAEMON. p. 247.

sesmarias feitas pelo governo capixaba para povoar o interior à margem do Rio Doce.

Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos, em alguns aspectos, deu prosseguimento à política de seu antecessor, preocupado em descobrir e explorar novas fontes de riquezas, além de promover a colonização do interior capixaba. Informou este governador, em 1820, ao Príncipe Regente, D. Pedro, sobre as riquezas da Capitania e da necessidade de se colonizar as margens das estradas para Minas Gerais, que seguiam o curso de rios e córregos. Concedida a permissão de se colonizar o percurso até Minas Gerais, e, no mesmo ano, foi mandado catequizar e aldear os índios Puris que procurassem a civilização, além de serem dadas licenças para a mineração do ouro nos córregos próximos aos Quartéis de Souza e Chaves.⁸⁰

No entanto, Baltazar de Souza, não possuía o mesmo controle que Rubim sobre as instituições militares e a população. O governador acabou por enfrentar um levante revolucionário da Tropa de Linha da comarca, sem grandes conseqüências, mas que, segundo Daemon, foi provocado por questões nacionalistas; além de enfrentar a insubordinação da Tropa Militar, no ano seguinte, por esta não mais aceitar o juramento à Constituição Portuguesa. A população também se rebelou contra as ordens do governo, que acabou por pedir ajuda ao Governo Geral para solucionar o problema.⁸¹ Indícios que a sociedade capixaba estava ciente dos movimentos emancipacionistas, deflagrados pouco antes da Independência do Brasil, e que, tanto os Corpos Militares, como a população civil, promoveram demonstrações de contestação ao regime colonial português, renegando a administração do governador nomeado pela Coroa.

Em 29 de setembro de 1821, finda a política de nomeação dos governadores com a criação das Juntas Provisórias, ficando as províncias, a partir daí, sujeitas ao Governador Geral do Brasil. Com a eleição de um governo

⁸⁰ Ibidem, p. 250

⁸¹ Ibidem, pp. 252/253.

provisório, Baltazar de Souza deixou seu cargo no Espírito Santo em março de 1822.

Durante a gestão da Junta Provisória, no dia 21 de junho de 1822, chegou um Ofício enviado por José Bonifácio de Andrade e Silva requerendo o apoio dos espírito-santenses para com as pretensões de se fazer a Independência, mantendo D. Pedro no controle do Estado Brasileiro. Em 22 de julho, a Junta Provisória respondeu positivamente ao Ofício de José Bonifácio, estando as autoridades capixabas em conformidade com a separação do Reino e a conseqüente Independência do Brasil.⁸²

Após a Independência do Brasil, em 1823, começaram a serem eleitos, pelas Juntas, os primeiros Presidentes de Províncias, sendo eleito para o Espírito Santo, o bacharel e antigo Ouvidor, Ignacio Accioli de Vasconcellos, que tomou posse de seu cargo no ano seguinte.

Ignacio Accioli de Vasconcellos nasceu no final do século XVIII na vila das Alagoas (atual Marechal Deodoro) na época pertencente a capitania de Pernambuco. Formou-se bacharel em direito canônico pela Universidade de Coimbra, onde participou como soldado voluntário na 2ª Companhia de Fuzileiros do Corpo Acadêmico. [...] Juiz de fora nas ilhas Grande e Parati de 1812 a 1816, é o primeiro ocupante deste mesmo cargo na cidade de Cabo Frio e Vila de São João de Macaé a partir de 1817. [...] Em seguida ocupou os cargos de Ouvidor da Comarca da Capitania do Espírito Santo e, após a independência o de Presidente da Província capixaba (de 24 de fevereiro de 1824 a 21 de outubro de 1829).⁸³

O Bacharel Ignacio Accioli permaneceu no cargo de Presidente da Província até 1829, quando assumiu, pela segunda vez, a administração do Espírito Santo, o vice-presidente e Capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo⁸⁴, rico proprietário, pertencente à elite econômica capixaba e com sólidas alianças em âmbito político.

⁸² Ibidem, p. 259.

⁸³ ACHIAMÉ, Fernando. *Prefácio*. __IN: VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. pp. 10/11.

⁸⁴ Francisco Pinto Homem (ou Omem) de Azevedo, anos mais tarde viria a ser genro de Ignacio Accioli ao contrair, em segunda núpcias, matrimônio com a filha de Accioli, o primeiro já com adiantada idade. A trajetória de Pinto Homem de Azevedo será mais bem abordada adiante.

As informações pertinentes à administração de Accioli de Vasconcellos, foram fornecidas pelo próprio em Memória Estatística, escrita no ano de 1828, que abordarei no próximo tópico.

Tomando como exemplo, a nível local, a trajetória aqui apresentada, percebe-se que a administração, a partir de 1800, dedicava-se com mais veemência do que as antecessoras, dos capitães-mores, no que se refere aos assuntos concernentes ao processo de desenvolvimento do Espírito Santo, figurando a questão econômica, no meio político, como essencial para o cumprimento dos desígnios da administração portuguesa.

Confirma-se, portanto, ser a principal preocupação dos governadores nomeados para a Capitania capixaba, nas duas primeiras décadas do século XIX, colocar em prática as determinações da Coroa Portuguesa, ou seja, viabilizar o 'redescobrimto' do Brasil, propiciando assim, novas formas de exploração do território colonial português. Sendo assim, o redescobrimto de novas fontes de riquezas para viabilizar a manutenção da monarquia, que passou a ter como sede administrativa o Rio de Janeiro, a partir de 1808. Torna-se, portanto, justificável que a colônia portuguesa na América, tenha passado a ser administrada conforme seu *status* de sede administrativa. Assim, os negociantes e os produtores brasileiros, passaram a conquistar privilégios que antes eram destinados aos portugueses de nascimento.

1.4 – MEMÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA ECONOMIA

A utilização de documentos como cartas, ofícios, relatórios e, incluindo entre esses, as Memórias Estatísticas, acabaram por fornecer, além de informações pertinentes, uma dúvida com relação à finalidade de sua confecção, ou seja, os documentos de cunho administrativos exprimem a visão de seu agente. A grande questão consiste na correlação existente entre o autor do documento e a sua ocupação em cargos públicos, bem como, a sua origem.

Acredito que a crítica desse tipo de fonte, apesar de valiosa, deve ser confrontada, sempre que possível, com outras fontes do mesmo período e com informações relevantes a propósito do narrador, identificando-o em seu contexto histórico.

As Memórias, relatórios obrigatórios confeccionados pelos próprios governadores das capitanias, e, em seguida, pelos presidentes de províncias e enviados ao Governo Geral do Brasil, informavam dados estatísticos, relevantes à administração do Estado. Nestes relatórios, encontram-se os números concernentes à população, produção, geografia, economia, como também, fornecem noções históricas e, referentes à política e à sociedade do contexto de cada administrador nomeado.

Proponho a avaliação de alguns documentos oficiais escritos nas primeiras décadas do Oitocentos, com o objetivo de cientificar ao Governo Geral acerca da situação política, econômica e social da Capitania do Espírito Santo.

Na Descrição da Capitania do Espírito Santo do século XIX, Simão de Vasconcelos⁸⁵ faz uma contextualização histórica do Espírito Santo e, em seguida, descreve espécimes vegetais apreciadas pela medicina da época. Seu discurso valoriza e qualifica as riquezas naturais da Capitania capixaba, evidenciando a preocupação do Estado Português de se redescobrir novas fontes de riquezas, na colônia, a partir do Oitocentos, conforme o projeto de D. Rodrigo de “re-colonização” do Brasil.⁸⁶

Mediante instruções régias, em Ofício de 1806, o governador Tovar, informava ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, Visconde de Anadia, sobre o envio de amostras de sementes de algodão e os

⁸⁵ VASCONCELOS, Simão. *Descrição da Capitania do Espírito Santo*. Transcrição de Maria Clara de Medeiros Santos Neves. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 16, documento 9, n.º 1-2.

⁸⁶ O colapso da política econômica mercantilista fez com que a ciência passasse a ser vista como fonte de remodelar o sistema colonial em âmbito político através da especialização e profissionalização da burocracia no Reino e na colônia; e também, no âmbito cultural, buscando a união do conhecimento com o empirismo, principalmente via Academia Real de Ciências de Lisboa. A Corte Portuguesa, numa nova conjuntura política (Viradeira) que visava a reconstrução do Império Lusitano integrado, passou a conduzir uma política colonial incorporando experiências de exploradores nas colônias e investigações realizadas em Lisboa e Coimbra, viabilizando o estudo e exploração de novos recursos naturais, antes expostos como exóticos. Singularidades passaram a serem tratadas pela Academia como forma de reverter às demandas econômicas do Estado lusitano. Nesse contexto a América Portuguesa continuava sendo vista como um objeto de Portugal e do Mundo Natural das Colônias, sendo a retomada do (re)conhecimento da flora, fauna e dos minerais a garantir o seu controle. Apud MUNTEAL FILHO. __IN: PRADO (org.), 1999. pp. 85/86.

meios aplicados, por sua administração, para o desenvolvimento da agricultura, como segue:

Tenho a honra de por na presença de V. Exa. três amostras de algodão [...]. Tenho procurado todos os meios de promover e adiantar a agricultura tanto a plantação de café, anil e coxonilha (cochonilha), como a factura (fatura) de alguns engenhos de descascar arroz, o que felizmente tenho conseguido pois, exportando-se todo o arroz em casca desta capitania para o Rio de Janeiro para se lhe dar a mão de obra, já se tem embarcado do primeiro de janeiro do presente ano até ao dia de hoje 10.125 arrobas.⁸⁷

Todavia, o Ofício de Francisco Manoel da Cunha⁸⁸, escrivão da Junta da Real Fazenda⁸⁹, dirigido ao Conde de Linhares, a respeito da Capitania do Espírito Santo no ano de 1811, evidencia claramente o pessimismo do narrador em relação à gerência do governador Tovar no Espírito Santo. Cunha lamenta a situação do comércio feito pelo Rio Doce, curso d'água em região considerada por ele, como inóspita, devido à falta de povoados e plantações nas margens.

O escrivão culpa a má administração do governador da Capitania naquela época, Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar, alegando que esse, prejudicava pessoas ilustres da sociedade capixaba, degredando-as para os fortes construídos às margens do Rio Doce. Seu relato deseja chamar a atenção do Conde de Linhares para a forma despótica como o governador Tovar vinha destruindo as conquistas efetivadas por seu antecessor no governo do Espírito Santo, para tanto, narra à situação econômica como desastrosa e em ligeiro recuo.

⁸⁷ Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 8, doc. 13. Grifo nosso.

⁸⁸ CUNHA, Francisco Manoel da. Ofício dirigido ao Conde de Linhares sobre a Capitania, hoje Província do Espírito Santo – 1811. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1849.

⁸⁹ Em setembro de 1811 foi nomeado outro Escrivão para Junta Real da Fazenda do Espírito Santo – Antonio Joaquim Nogueira da Gama – que foi empossado em março do ano seguinte. O motivo para a substituição do escrivão fora devido ao fato de ter o governador Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar recolhido “[...] o signatário da Memória em grave falta na Junta da Fazenda”. Apud FREIRE, 2006. p. 217.

Nas informações que Cunha⁹⁰ prestou ao Conselheiro de Estado, Antônio de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca, escrita também em 1811, mas posterior ao Ofício enviado ao Conde de Linhares, confirma-se o lamento do narrador com o fim da alfândega e da navegação direta, feita entre a Capitania com a Europa e a África. Fica expressa a sua preocupação com relação à navegabilidade dos rios do Espírito Santo, que não permitiam o escoamento da produção por via fluvial, sendo, uma alternativa para o problema, a abertura de estradas mais seguras contra os ataques indígenas e/ou a formação de povoados na região.

Ao tratar da Vila da Vitória, Cunha, mais uma vez, chama a atenção para a pobreza das construções, para o pequeno comércio de açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão e para a navegação em pequenas embarcações ao longo da costa brasileira, entre o Rio de Janeiro e a Bahia.

Esta Vila denominada da Victoria, está situada em uma espécie de ilha: o braço-de-mar, que forma o seu ancoradouro, segue o oeste por mais de léguas e meia e, dirigindo-se para o norte e leste, torna a engolfar-se no mesmo mar: a largura desta ilha, de norte a sul, será pouco menos de duas léguas, e de leste a oeste a sua extensão não é regular. Nove igrejas e dois conventos de religiosos aparecem no meio desta vila, que se estende sobre uma colina à maneira de um anfiteatro: as casas não são belas; ali não há divertimentos, porque a pobreza da terra assim o permite. O comércio, que consiste em pequenas quantidades de açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão, não é bastante para animar os seus habitantes, e as suas pequenas embarcações só navegam ao longo das costas limítrofes do Rio de Janeiro e Bahia, e raras vezes se atrevem a viajar para Pernambuco ou Rio Grande do Sul. A maior parte das mulheres, só seu exercício diário é fiarem o algodão, percebendo deste trabalho unicamente três ou quatro vinténs: a agricultura está como esquecida; não há um só negociante capaz de animar ali os diversos gêneros do comércio, ou seja em artigos europeus, asiáticos ou africanos, donde nasce a desgraça e comiseração daquele país, de tal sorte que, mesmo arruinando-se qualquer prédio, jamais o reedificam.⁹¹

⁹⁰ CUNHA, Francisco Manoel da. Informação sobre a Capitania ao Ministro de Estado Antônio de Araújo e Azevedo – 1811. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1842.

⁹¹ Ibidem. pp. 2/3.

O que se tem notícia da hostilidade entre Tovar e Cunha, é que chegaram às vias de fatos, em 02 de março de 1811, mesmo ano dos relatos de Cunha desaprovando a administração do governador; o governador fez declaração solene, de reconhecimento público e provado, de crime praticado por diversas pessoas empregadas na Junta da Real Fazenda, sendo um dos acusados, o próprio Escrivão.

Segundo a declaração de Tovar, os cofres públicos estavam sendo desfalcados. Francisco Manoel da Cunha acabou fugindo juntamente com Jose Francisco de Melo e mais 03 (três) escravos, deixando preso, por acusação de auxiliar a fuga deles, o Capitão de Milícias Inácio Luis de Castro.⁹²

Na Memória de Tomás Antônio de Vila Nova Portugal⁹³, ministro à época de D. João VI, estão relatados os limites geográficos das vilas e arrabaldes do Espírito Santo de 1816, além de prestar informações sobre a quantidade de engenhos e engenhocas, de igrejas e da população de cada povoado espírito-santense daquela época.

Através de seus dados estatísticos, fica evidenciado que, havia transações econômicas e um saldo demográfico positivo, contrariando as informações de Francisco Manoel da Cunha, por ser pouco provável ocorrer tantas mudanças significativas, num curto período de cinco anos, espaço que compreende a confecção do texto de Cunha ao de Vila Nova Portugal.

Conforme relatório de 1816, a Capitania possuía em seu território, o Distrito do Rio Doce, cuja barra admitia a navegação de sumacas e barcos de 20 (vinte) léguas, além de incluir, em suas margens, o Porto de Souza, alguns quartéis e fazendas com engenho.

Tomás Antônio também relaciona as vilas existentes na Capitania: Vila Nova de Almeida, a capital Vila da Vitória, Vila do Espírito Santo, Vila de Guarapari, Vila de Nova Benevente, Vila de Itapemirim, Campos dos Goitacases, São João da Barra e São Salvador dos Campos.

⁹² Apud DAEMON, 1879. pp. 213/214.

⁹³ PORTUGAL, Tomás Antônio de Vila Nova. *Capitania do Espírito Santo* – Julho de 1816. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: lata 21, documento 22.

Em conformidade com o dito Ministro, o Príncipe Maximiliano Wied Neuwied, acompanhado por dois naturalistas, fez estudos referentes à história natural, paleontologia, geografia e sobre os costumes dos povos existentes ao longo do Rio Doce.

Chegando à Vitória, Maximiliano admirou-se com o que observou; conventos e capelas, comércio marítimo, produção agrícola, mercadorias exportadas pela costa, fortificações, entre outras coisas e, por fim, relatou ser a Vila da Vitória:

[...] lugar limpo e bonito com bons edifícios construídos no velho estilo português, com balcões e rótulas de madeira, ruas calçadas, uma câmara municipal razoavelmente grande, e o convento dos jesuítas ocupado pelo governador, que tem, à sua disposição, uma companhia de tropa regular.⁹⁴

No ano de 1818, chega Augusto de Saint-Hilare à Vila da Vitória. O naturalista compartilha com Maximiliano a admiração diante da conservação das casas, da existência de conventos e igrejas, além de fazer um relato sobre a agricultura, o comércio e os costumes da população.⁹⁵

A Memória Estatística da Província do Espírito Santo para o ano de 1817, do então governador Francisco Alberto Rubim⁹⁶, apresenta dados quantificáveis sobre a população e a produção, informando também sobre os administradores anteriores e suas políticas.

Em um fragmento desta mesma Memória, Rubim dedicou à Vila da Vitória, situando-a geograficamente, descreveu ainda, suas qualidades como centro urbano bem localizado, mencionando ainda, possibilidades de exploração em minas de ouro, ferro, enxofre e salitre, localizadas em regiões próximas à comarca.

Sua principal villa (vila) é a da Victoria; cabeça da comarca, tem seu assento em uma ilha montuosa (montanhosa) quase duas léguas da barra; dentro forma uma baía estreita, mas

⁹⁴ WIED NEUWIED, Maximiliano. Citado por: SANTOS NEVES, Luís Guilherme. *Prefácio*.__IN: BIARD, Auguste François. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Vitória: Cultural-ES, 2000. p. 2.

⁹⁵ SAINT-HILARE, Augusto de. Citado por: SANTOS NEVES. __IN: BIRD. 2000. p. 2.

⁹⁶ RUBIM, Francisco Alberto. *Memórias para servir à história: até ao ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

capaz de navios grandes; na entrada há 8, 7, 6 braças; mais dentro 5; e acima da villa, junto à ilha do Príncipe, onde está a casa da pólvora, 30 e 40 braças. Seus ares são benignos; o terreno fértil produz todos os generos (gêneros) próprios do reino e da Europa, além de outros o trigo, e o trigo mourisco é de excelente qualidade, provado por repetidas experiências de 1813 em diante; 10 rios principais banham seu terreno; os campos alegres; as matas, ricas de toda a qualidade de madeiras de lei; nelas se encontram as delícias dos bálsamos Copahibas, Almecegas, e Sassafraszes que perpetuamente recendem: o ouro das minas de Santa-Anna, vulgarmente chamadas do Castello, é de superior quilate: há vestígios em diferentes lugares de minas de ferro; e na serra denominada do Mestre-Álvaro, termo da villa da Victoria, minas de salitre e enxofre: assim como vulgarmente se diz que dos Caxoeiros do rio Jecú (Jucú) para o sertão se encontrão pedras preciosas.⁹⁷

Através desse relato, tem-se que nas últimas décadas do Período Colonial, a Capitania capixaba esteve sob a administração de capitães-mores sujeitos a Portugal; seguidos por governadores submissos ao governador da Bahia e, finalmente, com governadores mais autônomos. No breve fragmento seguinte, o governador Rubim afirma que:

A população desta capitania se considera exceder muito que dão em mapa os comandantes dos diferentes distritos, principalmente na parte relativa à escravatura, e a experiência tem mostrado que os senhores não denunciam o número exato dos escravos que possuem; talvez que com a continuação de novas relações se possa vir no exato conhecimento do total da população.⁹⁸

Em outro trecho, o mesmo governador mencionava a produção de seda de qualidade superior a da Pérsia e com variedade de cores. Talvez, por vislumbrar aí, uma opção economicamente vantajosa, para Capitania capixaba, sendo remetidas ao Governo Geral amostras extraídas do casulo bombix, meada de seda, varas de tecido e renda de seda; em decorrência de sete anos de estudos realizados por Antonio José de Vieira da Vitória servindo-se de amostras e informações prestadas pelo governador Rubim. No entanto, Vieira da Vitória teve seu trabalho perdido por não ser considerado importante para a indústria têxtil, já bem competitiva na Europa.

⁹⁷ Ibidem, pp. 3/4. Grifo nosso.

⁹⁸ Ibidem, p. 30.

Em sua Memória Estatística da Província do Espírito Santo, escrita no ano de 1828, Ignacio Accioli de Vasconcellos, primeiro presidente da Província, enviou ao Governo Geral do Brasil, um relato destacando a fertilidade das terras às margens de rios e lagos, dizendo que: “[...] com bem pouco trabalho se podiam tornar estes terrenos excelentes para as lavouras e criação, o que se não faz ou por indolência, ou pela abundância de terras”⁹⁹.

No entanto, o presidente destacou ser miserável o estado dos habitantes da Província, apesar das inúmeras possibilidades de exploração das terras desocupadas, com o emprego de indústrias de mineração e madeira e, do melhor aproveitamento dos rios através da pesca e da navegação.

Sobre os recursos naturais ainda não pesquisados, Accioli parece compartilhar com o antigo governador Rubim, a necessidade de que o Espírito Santo possuía em viabilizar novas fontes de riquezas, tornando-se assim, auto-suficiente diante do Governo Geral e atendendo às expectativas originadas no século anterior.

Accioli revela, em um trecho que, retirando os poucos territórios ocupados: “[...] quase tudo o mais são matas virgens, e riquíssimas em madeiras de toda qualidade e de outros mil produtos incógnitos até esta época, e só habitada por feras e selvagens”.¹⁰⁰

No mesmo relatório, o presidente confirma ser a agricultura a principal atividade produtiva dos capixabas, continuando a prevalecer, no final da segunda década do Oitocentos, a lavoura da cana-de-açúcar, mandioca, algodão, milho, arroz, feijão e, tendo início o cultivo do café, tudo ainda feito de forma rudimentar, com a utilização de ferramentas simples no trabalho da lavoura e, carros de boi e canoas no transporte das mercadorias. Accioli assevera que os gêneros produzidos excedem as necessidades da população, propiciando a exportação dos mesmos para outras partes do Brasil.¹⁰¹

⁹⁹ Apud VASCONCELLOS, 1978. p. 25.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 26.

¹⁰¹ Ibidem, pp. 30/32.

Outra atividade produtiva retratada, nesta Memória, como subalterna à agricultura, porém, que se ressaltou, foi a criação de gado de diferentes espécies: bovino, eqüino, muar, caprino, suíno e aves.

A parte da atividade pecuária dedicada à criação de gado, era empregada no transporte de mercadorias, no trabalho dos engenhos e na comercialização dentro da própria Capitania; enquanto, os outros animais, serviam apenas para sanar o consumo local.

A propósito da população, Accioli de Vasconcellos, informa ser superior ao número informado nos censos de 1824 e 1827¹⁰², 35.353 e 35.879 habitantes respectivamente. O presidente alegou que, os dados fornecidos nos censos, não compactuavam com a realidade observada na Capitania, principalmente com relação ao número dos cativos, devido ao receio dos senhores de escravos, em fornecerem informações corretas ao Poder Público.

Em termos de fonte de renda, a Memória confirma que, grande parte da população era composta por proprietários de bens rurais e urbanos. Relata também, outra característica dos capixabas, ao término do Período Colonial, a concentração de rendas nos ambientes agrícolas e comerciais, acumulando a designação de agricultores e/ou lavradores, com a de negociantes. Bem como, o dito relato, permite a identificação de alguns profissionais liberais estabelecidos na Vila da Vitória, como: cirurgiões, boticários, professores e negociantes, além dos funcionários públicos.

No tocante às manufaturas, Ignacio Accioli destacou a presença de 68 (sessenta e oito) entre fábricas de açúcar e destilarias de cana, alguns cortiços e fabricantes de cal. Da mesma forma que Rubim, o presidente lamentava a segunda suspensão da produção da seda em 1821, que segundo ele “[...] utilíssima, pela bondade da seda e pela facilidade com se criam em qualquer arbusto, com preferência a mamona de que se sustentam (o casulo), e é indígena, espontânea e abundante”.¹⁰³

¹⁰² Ibidem, p. 38.

¹⁰³ Ibidem, p. 46.

O comércio¹⁰⁴, ativo nesta época, era composto de importações de gêneros que faltavam à Capitania e exportações dos víveres abundantes no Espírito Santo. Importavam-se produtos como: farinha de trigo, carne seca, bacalhau, azeite, vinho, vinagre, aguardente, sal, queijos, pão, doces, louça, fazendas secas, escravos, entre outros, com o pagamento feito em dinheiro ou por escambo, chegando, no ano de 1827, ao valor de 183:510\$750 (cento e oitenta e três contos, quinhentos e dez mil e setecentos e cinquenta réis).

Entre os produtos exportados nos anos de 1826 e 1827 constam: farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, colchas, redes e café, ainda incipiente, no valor total de 195:500\$000 (cento e noventa e cinco contos e quinhentos mil réis). Nota-se, pela Tabela 1, que as “Fazendas Secas”, compostas principalmente por tecidos, correspondem ao gênero importado de maior valor.

Para o ano de 1827, chegou ao Espírito Santo 88:000\$000 (oitenta e oito contos de réis), em “Fazendas Secas”, valor que representou, aproximadamente, a 48% das importações, fato que, confirma a manutenção de um mercado consumidor para os tecidos e outros gêneros identificáveis como “Fazendas Secas”.

Como já constatado, em períodos anteriores, o Espírito Santo recebia entre três a quatro navios de tecidos, em que seus negociantes abastavam a população em troca de lucros em torno de 200%, isso em princípios do século XVII.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Ibidem, pp. 48/51.

¹⁰⁵ Ver nota 40.

TABELA 1**Tábua dos Gêneros Importados no ano de 1827**

GÊNEROS	UNIDADES	PREÇO MÉDIO	IMPORTAÇÃO
Farinha de trigo	325 Barricas	13\$000	4:225\$000
Carne seca	1.200 arroubas	3\$600	4:320\$000
Bacalhau	150 Barricas	12\$000	1:800\$000
Azeite Doce	8 Pipas	160\$000	1:280\$000
Vinho	150 Pipas	100\$000	15:000\$000
Vinagre	24 Pipas	50\$000	1:200\$000
Aguardente do Reino	25 Pipas	140\$000	3:500\$000
Sal	9.000 Alqueires	\$500	4:500\$000
Queijos	1.450 Unidades	\$460	667\$000
Roscas	380 Barricas	6\$400	2:432\$000
Manteiga	70 Barricas	24\$000	1:680\$000
Sabão	37.000 libras	\$140	4:340\$000
Meios de sola	275 Unidades	1\$970	541\$750
Tabaco em pó	425 libras	\$300	1:275\$000
Fumo Baependí	700 arroubas	5\$000	3:500\$000
Velas de cera	175 arroubas	19\$000	2:400\$000
Toicinho e lombo	150 arroubas	2\$500	375\$000
Escravos	100 Unidades	250\$000	25:000\$000
Azeite de peixe	30 pipas	130\$000	3:900\$000
Maçame			300\$000
Marmelada			325\$000
Velas de sebo			700\$000
Talhas e tijolos			500\$000
Paos e presuntos			350\$000
Louça grossa			2:600\$000
Fazendas secas			88:000\$000
Ferragens e ferramentas para lavradores e artes			8:000\$000
Drogas para as Boticas			800\$000
SOMA			183:510\$750

Fonte: Memória Estatística da Província do Espírito Santo de 1828 – Apud VASCONCELLOS, 1978. p. 48.

TABELA 2**Mapa dos Gêneros Exportados nos anos de 1826 e 1827**

GÊNEROS	EM 1826	EM 1827	PREÇO MÉDIO	EXPORTAÇÃO 1826*	EXPORTAÇÃO 1827	SOMA TOTAL*
Farinha	186.000 Alqueires	171.000 Alqueires	\$700	130:200\$000	119:700\$000	249:900\$000
Açúcar	31.685 @	26.295 @	1\$200	38:022\$000	31:554\$000	69:576\$000
Fio de Algodão	2.400 @	2.800 @	5\$120	12:288\$000	14:336\$000	26:624\$000
Traçados	70.000 varas	60.000 varas	\$120	8:400\$000	7:200\$000	15:600\$000
Cachaça	200 pipas	166 pipas	32\$000	6:400\$000	5:312\$000	11:712\$000
Arroz	5.500 Alqueires	5.400 Alqueires	1\$200	6:600\$000	6:480\$000	13:080\$000
Milho	9.000 Alqueires	8.000 Alqueires	\$480	4:320\$000	3:840\$000	8:160\$000
Feijão	1.400 Alqueires	1.200 Alqueires	1\$200	1:680\$000	1:440\$000	3:120\$000
Colchas e redes	1.000 Unidades	1.000 Unidades	1\$600	1:600\$000	1:600\$000	3:200\$000
Capueiras	50 dúzias	80 dúzias	16\$000	800\$000	1:280\$000	2:080\$000
Cal	100 Moios	100 Moios	10\$000	1:000\$000	1:000\$000	2:000\$000
Poaia	50 @	50 @	30\$000	1:500\$000	1:500\$000	3:000\$000
Café	150 @	150 @	1\$720	258\$000	258\$000	516\$000
SOMA				213:068\$000	195:500\$000	408:568\$000

Fonte: Memória Estatística da Província do Espírito Santo de 1828 – Apud VASCONCELLOS, 1978. p. 50. *Cálculos feitos a partir das informações presentes na tabela original.

Na Tabela 2, verifica-se que a diversificação da produção continuaria a predominar nas terras capixabas no período subsequente à Independência do Brasil. Assevera Accioli de Vasconcellos ser o comércio ativo à época, com as exportações, como indicado na Tabela 2, pautadas, em primeiro lugar na farinha proveniente da Vila de São Matheus, chegando o produto a corresponder cerca de 60% das exportações nos anos de 1826 e 1827.¹⁰⁶

Pela comparação dos valores, percebe-se um comércio ativo, com pequeno desequilíbrio entre importações e exportações, favorável à Capitania (Tabelas 1 e 2). Fato constatado através da comparação entre as importações e exportações verificadas no ano de 1827, 183:510\$750 (cento e oitenta e três contos, quinhentos e dez mil, setecentos e cinquenta réis) e 195:500\$000

¹⁰⁶ Apud VASCONCELLOS, 1978. p. 25.

(cento e noventa e cinco contos, quinhentos mil réis), respectivamente. Tal desequilíbrio, favorável, da balança comercial pode ser explicado em decorrência das exportações serem compostas de mantimentos de subsistência; enquanto as importações forneciam, basicamente, produtos mais requintados e considerados supérfluos, excetuando-se os escravos, gênero de primeira necessidade para o trabalho. Porém, quando comparados os valores alcançados pelas exportações efetuadas entre 1826 e 1827, verifica-se que do primeiro ano para o segundo houve uma pequena diminuição do montante alcançado pelas exportações em decorrência de uma pequena diminuição da venda dos principais produtos: farinha, açúcar, traçados, milho, arroz, feijão.

Todas as Memórias, em maior ou menor grau, acabam por retratar a visão política desenvolvimentista e preocupada em criar alternativas econômicas frente à conjuntura do Estado português. Tanto Vila Nova Portugal, quanto Alberto Rubim e Accioli de Vasconcellos demonstraram existir no Espírito Santo do século XIX, perspectivas favoráveis em termos de produção e comércio. O pessimismo de Manoel da Cunha, fruto de suas desavenças com o governador Tovar, não o impediu, porém, de admitir que, tudo dependia de uma administração voltada para melhorias na então Capitania, a exemplo do governo de Silva Pontes.

Os cargos de gerência nas capitanias eram concedidos mediante Ordem Régia, no caso do Espírito Santo, o estreitamento da ligação entre o Estado Imperial Português e a elite política vinda de fora consolidou, em diversos momentos, a entrada de novos investimentos para a Capitania, até porque, a administração do Espírito Santo, passou a ser desempenhada por ilustrados que compartilhavam a mentalidade desenvolvimentista ilustrada e os desígnios do poder geral da colônia.

Com relação à elite econômica acabava por se estabelecer, através de cargos e alianças, como elite política. Desta maneira se firmaram alguns sobrenomes como pertencentes a famílias ilustres capixabas: Monjardino, Ribeiro Pinto, Tovar, Batalha, Pinto Homem de Azevedo, entre outras, cujos membros figuraram, por longa data, em cargos políticos.

No que concerne à economia, os documentos investigados comprovaram a autonomia do Espírito Santo com relação à subsistência, além de, permitir sua classificação de Capitania voltada para produção e exportação de gêneros alimentícios e entreposto comercial, posicionando-a como fornecedora de gêneros alimentícios, madeira de lei, tecidos e algodão em espécie para outras regiões do Brasil. Fato este demonstrado tanto por Rubim, quanto por Accioli de Vasconcellos, em suas Memórias Estatísticas. Segundo esses memorialistas, o Espírito Santo fornecia para outras capitanias gêneros como farinha, açúcar, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão, etc.

Mesmo os discursos políticos não reconhecendo a existência de uma produção relevante e capaz de propiciar o desenvolvimento do Espírito Santo, os mesmos contemplaram, contudo, ser a produção superior à necessidade local, o que promovia exportações para outras capitanias, além da produção servir como mecanismo de acumulação e consumo de gêneros importados. Assim, a mesma embarcação responsável em escoar a produção excedente capixaba, acabava por suprir o Espírito Santo de artigos provenientes de outras localidades da colônia ou do estrangeiro.

A exportação de víveres e o abastecimento de gêneros importados foram fatores preponderantes para a manutenção positiva da economia, questão essa referenciada nas Memórias dos governantes nomeados. Acredito que, da mesma forma que ocorre na historiografia, a questão da decadência acaba por ser abordada mediante a inoperância do sistema colonial no Espírito Santo, sistema esse em que a produção total era voltada para a exportação e, ao utilizarem o discurso de decadência, os políticos demonstram compartilharem de uma visão portuguesa de lucratividade para a Coroa, através de exportações de açúcar, não considerando a produção voltada ao abastecimento interno da colônia, como importante na manutenção do mesmo sistema.

2. REDES MERCANTIS DO ESPÍRITO SANTO (1790 a 1821)

2.1 – NOVOS TEMPOS PARA A CAPITANIA CAPIXABA

Dizem agora, que os tempos se mudaram e que tudo está a favor da obra Magnífica e Real da comunicação com as Minas, por um canal franco ido (indo) por ser de valor tão cabal, que não há expressão a [pintá-lo].¹⁰⁷

O processo de mudanças na administração colonial, com início ao término do Setecentos, acabou por ocasionar significativas alterações no contexto socioeconômico da Capitania do Espírito Santo do século seguinte.

Conforme exposto no capítulo anterior, em 1800 o primeiro governador a assumir a administração do Espírito Santo, Silva Pontes, vislumbrara reavivar o comércio direto entre a Capitania capixaba e a Metrópole. Esse governador pretendia, não somente, o escoamento dos gêneros da terra capixaba, mas também, a saída dos produtos mineiros através do Porto da Vila de Vitória em direção ao Reino.

Alegava Silva Pontes que muitos seriam os benefícios para El-Rei, devido à navegabilidade dos rios, principalmente o Rio Doce, e, a menor distância entre as duas capitanias facilitaria o transporte de produtos exportáveis, haja vista que, a exportação dos gêneros de Minas Gerais serem feitas via Porto do Rio de Janeiro, onerando o valor do transporte e o tempo da viagem.

Mesmo com o fim das proibições do tráfego pelo interior do Espírito Santo, fato que representava contenção do tempo para os pretensos mercadores oriundos das Gerais, muitos foram os empecilhos que acarretaram os baixos resultados para a investida do governador Silva Pontes, como a concorrência entre o produto mineiro e o capixaba.

Mesmo assim, medidas foram tomadas no sentido de viabilizar as relações comerciais entre as duas capitanias. Como a doação de terras pelo trajeto às margens do Rio Doce, promovendo assim, sua ocupação, o que propiciaria o

¹⁰⁷ Ofício do Governador da Capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Bernardo Jose da Silveira e Lorena. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 06, doc. 19.

trânsito em uma região considerado inóspita, devido à mata fechada que contribuía para os freqüentes ataques de povos gentios.

Outras iniciativas surgiram no sentido de verificar novas fontes de riquezas perante a administração lusitana no advento do Oitocentos. Neste sentido, amostras de madeiras e sementes foram enviadas a partir de 1800, tanto por Silva Pontes quanto por seus sucessores, no intuito de fazer a Coroa conhecer melhor a terra e identificar as riquezas passíveis de exploração e envio para o Reino.

A título de exemplo, em 1805, o então governador Manoel de Albuquerque Tovar enviara pelo Bergantim “Lobos Unidos” remessa com amostras de todas as madeiras identificadas na Capitania. No ano seguinte, saía do Porto de Vitória a galera “Prontidão” carregada de madeiras com a Marca Real:

Relação das madeiras que se embarcarão (embarcaram) na Galera Prontidão, para SAR e príncipe Regente Nosso Senhor – Victoria, 25 de setembro de 1806:

12 Toras de Jacarandá
 5 Cruceiros de Golratoya
 5 ditos de Jacarandá
 6 ditos de Araribá
 6 ditos de Massuranduba
 6 ditos de Araribá
 2 ditos de Araqui
 2 ditos de Grabuaçú
 2 ditos de Massaranduba
 8 Tábuas de Tupinhoá
 4 Tranxões de Cumará-çú
 6 ditos de lapinhaçú-canela
 6 ditos de Vinhático
 5 ditos de Tapinhoá
 6 ditos de Cerejeira
 6 ditos de Pequiá¹⁰⁸

Essas iniciativas evidenciam a nítida mudança na visão de lucratividade que não mais se pautava na descoberta de metais e pedras preciosas ou na agroexportação, mas também, vislumbrava a exploração dos elementos naturais ou produzidos pela terra como mecanismo rentável. Portanto, as

¹⁰⁸ A identificação das madeiras de lei com a Marca Real assegura ser a exploração madeireira, no Espírito Santo, um monopólio da Coroa Portuguesa. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 08, doc. 12.

remessas de amostras botânicas ou agrícolas não representavam exceções, mas aspectos administrativos bem comuns no advento do século XIX.

Diante do exposto, o papel de capitânicas voltadas ao abastecimento interno, como a do Espírito Santo, deixa de ser visto como um problema de estagnação, mas compreendido como um fator conjuntural de independência da colônia quanto aos gêneros de primeira necessidade perante a instabilidade européia.

Seguindo afirmação de Antônio Carlos Jucá de Sampaio¹⁰⁹, o quadro da economia voltada para a subsistência, também se caracterizou como agricultura mercantil, seja pela utilização do escravo, seja por não se resumir ao abastecimento local, mas também, destinava-se ao mercado interno da colônia portuguesa nas Américas.

Pode-se concluir, portanto, que o Espírito Santo afigurou-se como partícipe do sistema colonial no que se refere às relações mercantis estabelecidas na colônia.

O estudo aqui proposto objetiva apresentar dados sobre o quadro econômico da Capitania capixaba ao término do Período Colonial, bem como, celebrar as relações estabelecidas entre o mercado capixaba com as demais regiões do Brasil garantidoras tanto da auto-suficiência de alimentos da população local, quanto do consumo de gêneros importados pela população, como: escravos, vinho, seda, tecidos, ferramentas, azeite, louças, etc.

Em termos de comercialização do excedente produzido, segundo informações do monsenhor J. de Souza Azevedo Pizarro de Araújo¹¹⁰, a Capitania exportava em princípios do século XIX: bálsamos, açúcar, aguardente, café, milho, arroz, legumes, algodão, farinha e madeiras, com a saída de 20 (vinte) sumacas e algumas lanchas¹¹¹.

¹⁰⁹ Apud SAMPAIO, 2003. p. 35.

¹¹⁰ PIZARRO DE ARAÚJO, J. de Souza Azevedo. Citado por: FREIRE, 2006. p. 253.

¹¹¹ João Fragoso explica que: “[...] com as lanchas, transportava majoritariamente mercadorias destinadas ao mercado externo [...]. Por seu turno, as embarcações de maior porte (sumacas e bergantins) são hegemônicas no que se refere ao abastecimento do mercado interno.” FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: a acumulação e hierarquia na praça*

Os dados de Pizarro demonstram a diversificação da produção e o acentuado incremento das relações mercantis, mediante a constatação de significativo número de embarcações envolvidas na comercialização dos ditos gêneros; seja no transporte de produtos para outras regiões da colônia, ou para o deslocamento dos gêneros para exportação.

No que tange à produção, o monsenhor acentua a presença de engenhos e engenhocas, como fator que, mesmo em dimensões menores quando comparado aos grandes centros produtores, insere o Espírito Santo como fornecedor do “produto-rei” – o açúcar – no incremento da agroexportação da colônia.

A inauguração do século XIX converteu-se em desenvolvimento da economia do Espírito Santo, situação esta comprovada pelo aumento da arrecadação dos dízimos entre os anos de 1797 a 1806, com um acréscimo de mais de 26:000\$000 (vinte e seis contos de réis) no citado período.¹¹²

Diante das novas perspectivas a respeito do quadro econômico, em 12 de julho de 1806, os negociantes da Praça da Vila da Vitória dirigiram à Câmara um requerimento para pedir à Sua Majestade, a mesma concessão feita ao Ceará Grande por Decreto de 1803. Entre outros pedidos, almejavam os suplicantes obter a isenção de impostos sobre gêneros importados e exportados, por pelo menos seis anos.

As alegações dos negociantes capixabas, para receber semelhante dádiva, fundamentavam-se na importância do incentivo para animar a agricultura e a navegação direta entre o Espírito Santo e a Metrópole, que apesar de principiada, este movimento a favor das importações e exportações ainda era carente de muito apoio por parte da governança portuguesa.

Nos termos do documento:

mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 168. Grifo nosso.

¹¹² Anexo – Doc. 01 – Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 08, docs. 08, 46, 47.

Dizem os Negociantes desta Praça da Victoria abaixo assinados, que o Príncipe regente Nosso Senhor foi servido por alvará de 27 de maio do ano de 1803 para animar e favorecer o comércio da capitania do Ceará Grande, isentar por tempo de seis anos a satisfação dos [mesmos] direitos todos os gêneros que para ali se importarem ou exportarem diretamente para o Reino. E porque nesta capitania presentemente se firmou a cita pelos [julo] Rio Doce, a comunicação com as Minas Gerais, tendo já dele indo, várias pessoas e confirmando ela há de ser muito útil ao comércio e as Rendas Reais e muito mais aumento virá obter, como tem tido desde o ano de 1798 e até o presente (1806) que pelo documento junto Nº. 1º se mostra exceder a quantia de 26:000\$000 (vinte seis contos de réis) e [ano tinha] a certeza da navegação direta desta Vila para a Metrópole de Lisboa, fará concorrerem aqueles Mineiros e outros moradores, e daqui exportarem seus efeitos para ela sendo que já antigamente ouve esta mesma comunicação e navegação direta, como se mostra pelo documento Nº. 2º o tempo que igualmente nesta capitania havia Alfândega, como o documento certifica em tais termos para que se anime a mesma comunicação e navegação, exportação e importação, requerem os suplicantes a VEMM como cabeça desta República, se [servão] implorarem a sua Alteza Real, os isente pelo tempo que for servido de meios diretos de todos os gêneros que exportarem ou importarem para o Reino e seus portos. Assinaram: Manoel (ou Miguel) Fernandes Oliveira, Manoel Pinto de Castro, Antonio Felipe Soares de Mesquita, Antonio Joaquim Franco, Jose Francisco de Melo, Antonio de Alvarenga Rangel, Manoel Alves da Cunha, Matheus de Araújo Braga, Matheus Jose [Vieira], Jose Francisco Antunes, Jose Ribeiro Pinto, Manoel Sequeira de Sá, Antonio Jose Ferreira d'Araújo, Pedro, [Jose Correia de Jesus] e João Pinto Ribeiro de [Lira].¹¹³

Procurando o “bem comum do comércio” os quinze principais homens de negócios da Capitania assinaram a citada petição. Dentre esses homens, foi possível conhecer a trajetória pessoal de alguns através do levantamento de suas fortunas, cuja descrição se realizará mais adiante nesta Dissertação.

Compete no momento, ressaltar que, a população da Vila da Vitória em 1808 era de 11.000 a 12.000 habitantes¹¹⁴, ou seja, a presença de quinze homens

¹¹³ Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 08, docs. 08, 46, 47. Grifo nosso.

¹¹⁴ Os dados sobre a população aparecem de forma discrepante de uma fonte a outra, sua utilização nesta Dissertação servirá como explanação de algumas das fontes pesquisadas. Toda a população da Capitania em 1812 era formada por 11.900 habitantes livres e 12.000 escravos, totalizando 24.000 habitantes. Provavelmente, o número de até 12.000 habitantes não se refere apenas à região urbana, mas também às freguesias limítrofes. Apud FREIRE,

que se diziam negociantes estabelecidos na dita vila, dois anos antes, levanta questões concernentes à abrangência de suas relações no restante da Capitania e até em outras áreas da colônia lusitana na América.

Diante de uma população reduzida que limitava as chances de grandes negócios, a estratégia adotada pelos negociantes era estabelecer uma rede de relações sociais que ultrapassava os mecanismos mercantis de compra e venda de mercadorias.

Uma das maneiras encontradas pelos negociantes para vencer as dificuldades impostas pela instável economia capixaba envolvia a estratégia arriscada de conceder e adquirir empréstimos, dispondo para tanto, de mecanismos do mercado de dívidas passivas e ativas para a manutenção das relações comerciais e sociais, independentemente do *status*, principalmente no que diz respeito aos devedores.

Entende-se que, o conhecimento do quadro mercantil capixaba não destoava da realidade encontrada em grande parte da colônia. Segundo José Roberto do Amaral Lapa¹¹⁵, “[...] do amplo e complexo sistema de troca (escambo), economia natural e compra e venda (economia de mercado) – que cobria em extensão o território da Colônia”.¹¹⁶ Ou seja, diante da constatação de uma circulação interna – local, regional e colonial – de produtos agrícolas e naturais, como madeiras de lei e alimentos; bem como, manufaturados artesanais como fios de algodão do Espírito Santo, condições que viabiliza inserir a economia capixaba no contexto da economia colonial, e, concluir que não fosse, exclusivamente, tal economia voltada para o consumo interno e/ou isolada do sistema colonial.

2006. pp. 221/224. Segundo informação de Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, em 1816 existia na Vila da Vitória 937 fogos (casas) e 4.171 habitantes. Apud PORTUGAL, 1816. p. 2.

¹¹⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. *O Interior da Estrutura*. __IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: 2ª Edição, Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002. pp. 163/171.

¹¹⁶ *Ibidem*, p.163.

2.2 – TODOS NEGOCIAM, TODOS VIVEM E TODOS SE SUSTENTAM

O lavrador na justa [experiência] do interesse que consegue na venda dos frutos, adianta as lavouras consumindo nelas a mesma sustância dos seus interesses.

O mercador na provável certeza do seu lucro faz duplicar as receitas que pode aos correspondentes e com elas duplica os direitos nas Alfândegas de Vossa Majestade.

Os pais de famílias que empregando os filhos no tráfico e manejo do comércio mandam um deles ao Reino vender os frutos daquele Estado, espera que o filho se restitua com fazendas, com negocio e com utilidade recíproca.

Assim negociam e assim vivem os moradores daquele Estado [...].¹¹⁷

O trecho transcrito acima se refere a um Tratado do Comércio contra o estanco e o monopólio de produtos importados e exportados. O referido documento diz respeito às capitanias do Maranhão e Pará e chama a atenção para os prejuízos dos vassallos da Coroa com a instalação de uma Companhia de Comércio naquela região, suscitando com isso, o estabelecimento do monopólio de determinados produtos nas relações comerciais que envolviam importações e exportações. O dito Tratado fora anexado ao requerimento dos negociantes da Capitania do Espírito Santo com o objetivo, dos mesmos, garantir maiores liberdades para a atuação no mercado. Tal constatação demonstra existir uma nítida assimilação entre os negociantes estabelecidos na Capitania capixaba, com o ocorrido nas capitanias do Maranhão e Pará.

A existência de mecanismos mercantis, como estanco e monopólio, acabavam por submeter vassallos (luso-brasileiros) a outros vassallos (portugueses). Cabe aqui verificar a identidade adotada pelos negociantes estabelecidos na colônia do Brasil como sendo a mesma, em termos de vassalagem ao rei de Portugal, quando comparados aos negociantes estabelecidos nas praças mercantis lusitanas.

O dito documento fora adotado pelos negociantes capixabas por expor, de forma ímpar, o quadro econômico da Capitania em princípios do século XIX. Portanto, os homens dedicados à mercancia, na Praça de Vitória, intentaram, perante o Estado Português, melhores condições para o desempenho de suas

¹¹⁷ Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 08, docs. 8, 46, 47.

atividades comerciais, seja aquelas praticadas dentro da colônia, seja as externas.

Pela análise do documento pode-se chegar a uma contextualização do quadro produtivo capixaba: os lavradores adiantavam a venda da colheita para o consumo de gêneros junto ao comércio, enquanto os mercadores propiciavam tal consumo mediante pagamento a prazo. Observa-se também, pela transcrição, a iniciativa do agricultor em se inserir nas atividades mercantis, via preparação de um dos filhos para atuar como negociante local.

A situação vivenciada pelo Espírito Santo, naquela época, não era diferente das existentes em outras capitanias. Em tempos de reordenação da economia colonial, como no Maranhão e no Pará, igualmente no Espírito Santo, os produtores almejavam conquistar maior liberdade de negociação de seus frutos, ou seja, ter o direito de comercializar, com quem melhor lhes conviesse.

Tal identificação permite um melhor conhecimento dos fatores econômicos da Capitania capixaba nas últimas décadas do Período Colonial, na medida em que expõe a existência de grupos sociais atuando em diversos mecanismos de acumulação de riquezas – produção, negociação e comercialização.

A analogia feita pelos negociantes acaba por ser confirmada quando da análise qualitativa de determinados patrimônios formados em terras do Espírito Santo, o que permitiu o conhecimento das formas de desempenho social de diversos membros dessa sociedade, pois, um mesmo indivíduo acabava por envolver diferentes setores socioeconômicos em sua rede de atuação e influência em solo capixaba.

Mediante o exame dos inventários *post-mortem*, depositados na 1ª Vara de Órfãos de Vitória, efetivados entre 1790 e 1821; foram identificados atores envolvidos com a mercancia na Praça da Vila da Vitória. A referida constatação remete à posição privilegiada que os negociantes ocupavam dentro desta sociedade, ao passo que, muitos acumulavam funções públicas e, ao mesmo tempo, se empenhavam em atividades mercantis.

Os negociantes agiam como os responsáveis pelo grosso da comercialização de produtos externos e do excedente da produção interna da Capitania; e até

mesmo, no incremento da produção agrícola, adquirindo propriedades não só urbanas como também rurais.

No que tange à concessão de empréstimos, os mesmos negociantes fixados em Vitória formavam um conjunto de indivíduos que se estabeleceram como importantes credores na praça, concedendo créditos com ou sem cobrança de juros, tanto para homens livres quanto para escravos, estabelecendo não só relações econômicas, mas também sociais e políticas com seus devedores.

Em termos gerais, a análise dos 269 (duzentos e sessenta e nove) documentos cartoriais confirmou haver uma diversidade de atividades no tocante à fonte de renda das famílias capixabas.

Entende-se que a classificação quanto à fonte de renda familiar simula a principal forma de sustento, conforme o conhecimento patrimonial presente em cada inventário.

Não obstante, outros documentos trabalhados confirmam os dados coletados nos espólios das famílias; foi o caso da listagem de negociantes presentes na Petição anteriormente citada, que permitiu a classificação de dois importantes negociantes da Praça de Vitória – Matheus Jose Vieira e Jose Ribeiro Pinto.

Da Tabela 3, extraem-se atividades comerciais que foram identificadas com a presença de treze negociantes e oito proprietários de comércios diversos, ou seja, 7,8% das famílias que tiveram seus bens inventariados possuíam como principal fonte de renda, as relações comerciais estabelecidas na Praça da Vila da Vitória; sendo que, muitas vezes, mantinham ligações com outras praças mercantis da colônia; o que não impedia a esses proprietários, obter rendas alternativas ligadas à terra, como a produção de víveres.

Nota-se, pela tabela, que em apenas um dos patrimônios ligados ao comércio, não constou arrolamento de bens rurais ou urbanos, o que leva a crer estar o inventariado diretamente ligado ao comércio itinerante.

TABELA 3**Principal Fonte de Rendas versus Presença de Bens Rurais e ou Urbanos**

PRINCIPAL FONTE DE RENDA*	PRESENÇA DE BENS				TOTAL
	RURAIS	URBANOS	RURAIS E URBANOS	NADA CONSTA	
Negócios	1	6	5	1	13
Comércio	0	4	4	0	8
Fazenda	0	0	2	0	2
Engenho de Açúcar	3	0	13	0	16
Engenho, Engenhoca ou Alambique de Auardente	5	0	17	0	22
Plantações diversas e ou Criação de Gado	24	0	35	0	59
Roça ou Sítio	36	0	27	0	63
Escravidão	2	22	1	3	28
Soldo	0	6	1	5	12
Profissão	0	3	1	1	5
Informações Insuficientes	0	22	6	9	37
Pesca	1	3	0	0	4
TOTAL	72	66	112	19	269

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. *Os números não indicam todo o patrimônio, mas, a principal fonte de renda.

Dos treze negociantes identificados, cinco possuíam propriedades rurais e urbanas, seis adquiriram somente bens urbanos, um mantinha patrimônio apenas rural e, como exposto, em apenas um dos casos, não constou nenhum bem de raiz. Entre os oito comerciantes, proporção semelhante se verifica, com a metade possuidora apenas de bens urbanos e a outra, com os dois tipos de propriedades, bens rurais e urbanos.

O investimento em propriedades rurais por parte dos homens dedicados à atividade mercantil, comprova existir no Espírito Santo a mesma tendência observada em outras praças, a transferência do pecúlio angariado no comércio

para os setores agrícolas que, ao mesmo tempo, garantia a diversificação de renda do investidor, além de elevar seu *status* frente à sociedade colonial.

Na mesma tabela observa-se que, da análise de patrimônios rurais ou urbanos, a maioria das famílias que tiveram seus bens avaliados entre 1790 e 1821, mantinha, como única fonte de renda, as atividades ligadas ao mundo rural, com 72 (26,76% dos 269 inventários) proprietários apenas desse tipo de bem, enquanto 66 (24,53% dos 269 inventários) mantinham apenas patrimônios na urbe.

A estreita ligação entre o mundo rural e o urbano no território capixaba fora constatada com a presença de 112 (41,63% dos 269 inventários) proprietários vinculados a setores agrícolas, com a manutenção de bens na Vila da Vitória. Ou seja, as fortunas de quase metade dos inventários são formadas por bens e atividades ligadas à terra e à vila, sendo comum um dono de terras, plantações e rebanhos, manter patrimônios e formas de rendas na Vila da Vitória, como casas de aluguel, comércio de secos e molhados, embarcações, dinheiro a juro, escravos de ganho, botica, entre outros. Fato esse que fora admitido pelas informações prestadas pelo Presidente da Província Ignacio Accioli de Vasconcellos para o ano de 1828, confirmando a concentração de rendas provenientes da produção agrícola de gêneros de subsistência e, o comércio praticado no meio urbano tanto do excedente da produção e daqueles a serem exportados, quanto a venda a varejo feita no sentido de abastecer a população com importados.¹¹⁸

Nota-se também que, as atividades voltadas para agricultura de abastecimento interno da colônia como plantações de alimentos, algodão e criação de animais (59), e, o trabalho em roças e sítios sem identificação da produção¹¹⁹ (63), fomenta a maioria das famílias, no total de 112 (cento e doze) envolvidas nos processos cartoriais estudados. E quando somadas a todas as principais fontes de rendas verifica-se a predominância do setor agrícola em 162 (cento e

¹¹⁸ Apud VASCONCELLOS, 1978. pp. 26/27.

¹¹⁹ A identificação de plantações depende da coincidência entre o período de confecção do inventário com o anterior à colheita.

sessenta e dois) processos arrolados – engenhos, engenhocas, alambiques, plantações, criação de gado, etc.

Sobre as atividades vinculadas somente ao ambiente da Vila da Vitória, constatou-se em 38 (trinta e oito) inventários, considerando-se então, os negociantes, comerciantes, profissionais (advogado, médico, etc.) e indivíduos que dependiam do soldo (militares) para seu sustento.

No que concerne ao montante do patrimônio total de cada inventário, a próxima tabela, exemplifica as variações entre as fortunas levantadas durante a pesquisa:

TABELA 4
Faixa de Montes-Mores em Mil Réis

FAIXA DE VALORES EM MIL RÉIS	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL ACUMULADO
0 -- 200	33	12,3	12,3	12,3
200 l-- 500	66	24,5	24,5	36,8
500 l-- 1000	72	26,8	26,8	63,6
1000 l-- 1500	38	14,1	14,1	77,7
1500 l-- 2000	17	6,3	6,3	84,0
2000 l-- 5000	29	10,8	10,8	94,8
5000 l-- 7500	3	1,1	1,1	95,9
7500 l-- 10000	5	1,9	1,9	97,8
10000 l-- 15000	1	0,4	0,4	98,1
15000 l-- 20000	1	0,4	0,4	98,5
20000 l-- 30000	2	0,7	0,7	99,3
Nada consta	1	0,4	0,4	99,6
Doc. perdido	1	0,4	0,4	100,0
TOTAL	269	100,0	100,0	

Fonte: Inventários post mortem - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

Pela Tabela 4, constata-se que, a maioria das fortunas inventariadas oscilava entre 200\$000 e 1:500\$000, ou seja, 209 (duzentos e nove), 77,7%, dos 269 (duzentos e sessenta e nove) inventários analisados, possuíam menos de um conto e meio de réis como patrimônio familiar, o que limita a maioria das fortunas inventariadas entre as quatro primeiras faixas de valores aqui

adotadas. E, quando comparadas às grandes fortunas de outras capitanias, o patrimônio familiar dos espírito-santenses do período em questão, demonstra ser pouco significativo numa dinâmica econômica mercantil exportadora.

Tendo como parâmetro, a classificação proposta por Kátia Mattoso¹²⁰ em seu ensaio – *A opulência na Província da Bahia* –, podemos considerar não ser expressivo o montante dos bens das famílias em estudo, até mesmo, seguindo a classificação utilizada por Mattoso, quando muito, os inventários arrolam “Médias Altas” fortunas em seus montes-mores, com apenas quatro exceções nessa classificação.

No tocante às fortunas cariocas, segundo Fragoso e Florentino¹²¹, 2/3 do patrimônio inventariado estava em poder de 10% dos homens mais ricos da capitania carioca.

No Espírito Santo, semelhante quadro ocorrera, já que, apenas quatro proprietários possuíam fortunas superiores a 10:000\$000 (dez contos de réis), mesmo assim, somavam 78:769\$174 (setenta e oito contos, setecentos e sessenta e nove mil, cento e setenta e quatro réis) o que representa 20,04% da somatória de todos os 269 (duzentos e sessenta e nove) montes-mores, no valor de 393:012\$874 (trezentos e noventa e três contos, doze mil, oitocentos e setenta e quatro réis). Ou seja, a riqueza acumulava-se nas mãos de poucos privilegiados (menos de 1,5% dos inventários), que reuniam as maiores fortunas.

Quando calculado à soma dos 27 (vinte e sete) inventários, com maiores valores (aproximadamente 10%), fica nítida a discrepância em relação à concentração de rendas, dado que, correspondem a 192:871\$491 (cento e noventa e dois contos, oitocentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e

¹²⁰ Kátia Mattoso classifica as fortunas baianas para os anos de 1801 a 1889 como: Muito Pequenas (até 200\$000), Pequenas (201\$000 a 1:000\$000), Médias Baixas (1:100\$000 a 2:000\$000), Médias (2:100\$000 a 10:000\$000), Médias Altas (10:100\$000 a 50:000\$000), Grandes Baixas (50:000\$000 a 200:000\$000), Grandes Médias (200:100\$000 a 500:000\$000), Grandes (500:100\$000 a 500:1:000:000\$000). MATTOSO, Katia, *A Opulência na Província da Bahia*. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 160.

¹²¹ Apud FRAGOSO & FLORENTINO, 1998. p. 90.

um réis), ou seja, 49,07% do arrolamento de todos os montes-mores constantes nos 269 (duzentos e sessenta e nove) inventários. Enquanto, o pecúlio dos 242 (duzentos e quarenta e dois) menores inventários (aproximadamente 90%), totaliza o montante de 200:141\$383 (duzentos contos, cento e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e três réis), a porcentagem de 50,93% do total arrolado nos inventários.

Destaca também que, das nove maiores fortunas presentes na amostra entre as quatro últimas faixas de valores; quatro tinham como fonte de renda os negócios, duas dizem respeito a comerciantes estabelecidos na Vila da Vitória e, apenas três tinham renda principal no ambiente rural, sendo, dois fazendeiros e um dono de engenho, todos com estreita ligação no comércio. Mediante a leitura dos dados, seis homens estavam dedicados às atividades mercantis, e, estabelecidos entre os bem sucedidos da sociedade capixaba, portanto, as maiores fortunas estavam ligadas à mercancia.

No entanto, mesmo com a constatação dos dados, nota-se que, as perspectivas no entorno capixaba em princípios do século XIX, eram diferentes das dos grandes centros mercantis da colônia, Bahia e Rio de Janeiro, o que permitiu a ascensão de alguns membros da sociedade capixaba, com patrimônio pouco expressivo em relação às grandes fortunas de outras capitanias. Mesmo com a limitação patrimonial, da maioria dos capixabas, gêneros importados desembarcavam no Espírito Santo, devido à existência de fornecedores e consumidores para os mesmos. E, como já mencionado, a presença de bens urbanos é uma característica comum nos inventários, mesmo com pequena fortuna. Perspectiva muito diferente da encontrada na praça carioca. Diante dos dados coletados pelo historiador João Luís Fragoso, 50% dos inventários arrolados entre 1790 a 1835 possuíam menos de 2:000\$000 (dois contos de réis), o que inviabilizaria o acesso de seus donos aos bens urbanos cujo valor ultrapassava a 3:000\$000 (três contos de réis).¹²²

¹²² Cabe aqui uma ressalva, Fragoso trata, essencialmente, de patrimônios escriturados com alto valor imobiliário e/ou voltados para o comércio – embarcações e lojas. Apud FRAGOSO, 1998. pp. 343/344.

Para o Espírito Santo de 1790 a 1821, pelas informações da próxima tabela, confeccionada a partir do cruzamento das faixas de montes-mores com a presença de bens rurais e urbanos, observa-se que, o acesso a bens urbanos ocorrerá em 178 (cento e setenta e oito) processos arrolados, ou seja, aproximadamente 66% dos inventariados possuíam bens na Vila da Vitória ao falecerem.

Para melhor definir uma comparação com o Rio de Janeiro, os patrimônios com faixas menores que 2:000\$000 (dois contos de réis), 139 (cento e trinta e nove, 51,67% do total) detinham bens relacionados ao meio urbano.

TABELA 5

Faixa de Montes-Mores versus Presença de Bens Rurais e ou Urbanos

FAIXA DE MONTE-MOR EM MIL RÉIS	PRESEÇA DE BENS				TOTAL
	RURAI	URBANOS	RURAI E URBANOS	NADA CONSTA	
0 -- 200	8	12	3	10	33
200 I-- 500	29	22	8	7	66
500 I-- 1000	23	20	28	1	72
1000 I-- 1500	6	3	29	0	38
1500 I-- 2000	2	4	11	0	17
2000 I-- 5000	3	1	25	0	29
5000 I-- 7500	0	0	3	0	3
7500 I-- 10000	1	3	1	0	5
10000 I-- 15000	0	0	1	0	1
15000 I-- 20000	0	0	1	0	1
20000 I-- 30000	0	0	2	0	2
Nada consta	0	0	0	1	1
Doc. perdido	0	1	0	0	1
TOTAL	72	66	112	19	269

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

A Tabela 5 evidencia, justamente, a facilidade do capixaba na época para adquirir meios de sobrevivência vinculados à sede do Espírito Santo.

Assevere-se também, uma menor valorização imobiliária no contexto da Vila da Vitória, comparando com a cidade do Rio de Janeiro; na primeira, sobrados

com paredes mestras à francesa, chegaram a ser avaliados por 500\$000 (quinhentos mil réis), o que permitia o acesso a imóveis, na urbe, pelos detentores de pequenas fortunas; enquanto que, na segunda, conforme já exposto, imóveis semelhantes e até inferiores, possuíam um preço bem mais elevado.

A falta de escrituração de terras impede chegar ao valor preciso desse tipo de imóvel¹²³, porém, a consideração qualitativa das avaliações presentes nos inventários explica a predominância deste bem entre as primeiras faixas de fortunas, sendo comum a informação sobre a compra e a venda, em que um quinhão de terras pode custar 4\$000 (quatro mil réis) ou menos. Para o Recôncavo Baiano, o valor da terra girava em torno de 1\$000 (mil réis) a 1\$500 (mil e quinhentos réis) o hectare.¹²⁴

Se considerarmos as informações dos inventários individualmente, percebemos uma maior concentração de imóveis urbanos em processos específicos, em contrapartida, os rurais estão presentes na maioria dos inventários, mas em menor quantidade.

Diante das informações quantitativas, que foram coletadas e que serviram para a confecção das Tabelas 3, 4 e 5, em solo capixaba formara-se uma elite despossuída de grandes cabedais, mas que garantiu a ascensão social frente às dificuldades financeiras da maior parte da população, utilizando-se para tanto, de estratégias como a concessão de pequenos empréstimos e/ou adiantamentos de colheitas, ao passo que, grande parte dessa elite exercia, além das atividades mercantis, investimentos no setor agrícola, garantindo assim, uma diversificação de rendas.

No que concerne a maior parte da população, que realmente estava ligada a terra, esta acabava por viabilizar sua subsistência com o trabalho na lavoura para abastecimento, não só local, mas também, de excedentes a ser

¹²³ O Presidente Accioli de Vasconcellos assevera, em 1828, ser o valor da terra muito variável, podendo uma sesmaria de meia légua, dependendo do seu estado, custar 500\$000 (quinhentos mil réis). Apud VASCONCELLOS, 1978. p. 30.

¹²⁴ MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Bahia Opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763)*. São Paulo: USP, Revista de História nº. 114, 1983. p. 14.

comercializado em outras regiões da colônia, propiciando dessa maneira, um consumo de gêneros que não produziam.

2.3 – NEGOCIANTES NA PRAÇA MERCANTIL DA VILA DA VITÓRIA

Vitória, no dizer dos que a visitavam pouco antes da Independência, era uma vila de mais de quatro mil habitantes, graciosa, limpa e bonita, com alguns edifícios bons, no velho estilo ou gosto português, dotados de balcões ou rótulas de madeira; muitos de dois pavimentos ostentavam vidraças e varandas trabalhadas na Europa.¹²⁵

A Vila da Vitória permanecia nos anos que antecederam a Independência como sede da única comarca da Capitania.¹²⁶ O governador Rubim identifica, para o ano de 1817, a presença de 4.245 (quatro mil e duzentas e quarenta e cinco) almas residentes em 945 (novecentos e quarenta e nove) fogos (casas) situados neste perímetro urbano.¹²⁷

Nessa conjuntura, a Vila da Vitória, como sede da Capitania do Espírito Santo e seu principal núcleo urbano, funcionava como entreposto comercial em que as redes sociais eram mais nítidas, sendo indiscutível a sua importância para uma análise mais aprofundada das fortunas capixabas. Como exposto no Capítulo 1, dessa Dissertação, o Capitão-mor Monjardino informara que em 1790, pela vila se exportava algodão, açúcar, milho e arroz, somando 45:648\$489 (quarenta e cinco contos, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove réis); e importava sal, vinho, azeites, linhos e sedas, numa quantia que chegava a 18:113\$920 (dezoito contos, cento e treze mil, novecentos e vinte réis).¹²⁸

Das informações coligidas por Monjardino, foi possível averiguar um saldo positivo da balança comercial para o ano de 1790, bem como, evidenciar a diversificação na produção e no consumo da Capitania. Mediante a

¹²⁵ Apud FREIRE, 2006. p. 250.

¹²⁶ “Comarca designa uma divisão judiciária colonial, que subsiste ainda hoje no Brasil”. Nota 4. CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão e Creolização: A capitania do Espírito Santo, 1790-1815*. __IN: FRAGOSO, João Luís & outros (orgs.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006. p. 574.

¹²⁷ Apud RUBIM, 1840. p. 22.

¹²⁸ Apud LEAL, 1977, p. 05.

identificação da praça mercantil, situada na Vila da Vitória, como principal ambiente comercial, freqüentado por importantes homens de negócios, produtores estabelecidos à margem da vila e ávidos a vender seus artigos, como também, por consumidores residentes no núcleo urbano ou a seu redor, dispostos em adquirir produtos importados.

Destarte, é imprescindível o conhecimento de algumas trajetórias individuais, vinculadas às atividades mercantis estabelecidas no mundo urbano capixaba. Através da identificação das fortunas de importantes negociantes torna-se possível o conhecimento de suas estratégias para a manutenção das relações econômicas, não só na Praça da Vila da Vitória, mas em outros lugares. Estes homens de negócios, fixados ou com estreita relação com a Capitania espírito-santense, eram os responsáveis pelo comércio de redistribuição de mercadorias pelo Brasil; seus investimentos voltavam-se, muitas vezes, para bens imobiliários e embarcações, permitindo com isso, a expansão dos negócios.

O negociante Matheus Jose Vieira, que em 1806, assinou a Petição pleiteando junto a Sua Majestade isenções de impostos sobre produtos importados e exportados, pode ser conhecido através de seu inventário. Passados onze anos após a assinatura da Petição, em 16 de agosto de 1817, o inventário referido foi feito, associado ao de sua mulher Anna Maria do Nascimento.¹²⁹

Matheus havia falecido em 1809 e sua esposa em 1812, tendo o casal como único herdeiro o órfão Antonio Jose Vieira da Vitoria. Entre os bens avaliados, constaram-se no patrimônio do casal, oito escravos, dentre os quais, um com ofício de carpinteiro da Ribeira; uma casa na Ladeira do Pelourinho, com alguns móveis de jacarandá e prataria; além de nove arrobas e vinte quatro libras de algodão em espécie, e cinco cabeças de gado. Entretanto, o montante principal arrolado neste inventário, refere-se aos créditos, com cobrança de juros, concedidos pelo casal.

¹²⁹ Caixa 19 – ano 1817.

Matheus Jose Vieira e sua mulher possuíam um pecúlio considerável de 8:096\$018 (oito contos, noventa e seis mil, dezoito réis), identificado como média fortuna para os padrões de capitâneas como a da Bahia, mas relevante para o contexto capixaba. A fortuna do falecido era composta, essencialmente, por dívidas ativas concedidas a indivíduos que circulavam pela Vila da Vitória, entre os devedores, constam escravos juntamente com homens livres, totalizando 7:297\$384 (sete contos, duzentos e noventa e sete mil, trezentos e oitenta e quatro réis), ou seja, mais de 90% da herança destinada ao filho e ao pagamento das dívidas passivas do casal, provinha desse tipo de transação financeira.

O negociante Matheus fornecia empréstimos com valores bem diversificados, como a dívida de Vicência, escrava da senhora Ignácia, no valor de 1\$440 (mil quatrocentos e quarenta réis). Entre a gama de créditos pouco significativos concedidos pelo negociante, constou-se, no inventário, valores expressivos. O mesmo teria para receber, de um só devedor, o montante de 298\$848 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e quarenta e oito réis), dívida contraída por Ignácio de Jesus da Silva.

Apesar da visível disponibilidade financeira, o então credor ativo na Praça da Vila da Vitória, Matheus revelou-se também como devedor de significativa importância no valor de 4:885\$167 (quatro contos, oitocentos e oitenta e cinco mil, cento e sessenta e sete réis), somatória das dívidas contraídas em vida, valor superior à metade de seu patrimônio, pouco maior que 8:000\$000 (oito contos de réis).

Diante da análise colocada, averigua-se que, o negociante Matheus Jose Vieira investiu sua fortuna, basicamente urbana, nas arriscadas transações financeiras de empréstimos em espécie, tanto como credor, quanto como devedor. Nem mesmo quando do falecimento de sua esposa¹³⁰, em 1812, com inventário feito três anos depois; procedimento acompanhado por Jose Cardozo dos Passos, pai da falecida; as dívidas passivas não foram resgatadas por seu filho e único herdeiro, Antonio Jose Vieira da Vitória.

¹³⁰ Caixa 15 – ano 1815.

Antonio Jose supôs, na época do falecimento de sua mãe, que, as dívidas passivas contraídas por seu pai não seriam muitas. Motivação para que os credores de Matheus pleiteassem junto ao Poder Público, a confecção de novo inventário, arrolando as dívidas do falecido e estabelecendo a quitação das mesmas.

Parece que, a família deu prosseguimento aos negócios de Matheus Jose Vieira. Conforme a leitura do patrimônio existente quando do falecimento de Anna Maria do Nascimento, entre outros bens, foi identificada a farinha que se achava em uma loja, no valor de 900\$000 (novecentos mil réis) num montemor de 2:712\$100 (dois contos, setecentos e doze mil, cem réis), monte esse que herdara o filho do casal. No procedimento, não foram arroladas dívidas e sim uma maior diversificação dos bens entre rurais e urbanos, com uma escravaria de 14 (quatorze) escravos, sendo que sete não entraram na somatória avaliada por terem sido alforriados por Jose Cardozo dos Passos, pai da falecida.

Outro exemplo de negociante, que assinara o documento antes transcrito e identificado no levantamento cartorial, fora o Capitão-mor Jose Ribeiro Pinto¹³¹ que, no ano de 1811, conduzira o inventário de sua esposa, Francisca das Neves¹³², falecida no mês de maio daquele ano. Com o segundo maior patrimônio arrolado entre os 269 (duzentos e sessenta e nove) inventários levantados na pesquisa, sua fortuna ultrapassava a quantia de 20:000\$000 (vinte contos de réis)¹³³.

Destaca-se também que, o casal possuía uma escravaria, considerável para os padrões capixabas, e, composta, de pelo menos, 43 (quarenta e três) escravos. Dentre os cativos, 11 (onze) tinham família estabelecida nesta escravaria, dois com o ofício de pedreiro e quatro que integraram o dote de casamento

¹³¹ Para evitar enganos decorrentes de homônimos, foram observadas, na documentação utilizada, as assinaturas de personagens como o Capitão-mor Jose Ribeiro Pinto.

¹³² Caixa 13 – ano 1811.

¹³³ O inventário de Francisca das Neves, como grande parte da documentação cartorial pesquisada, encontra-se deteriorado e incompleto. O valor de 20:213\$055 (vinte contos, duzentos e treze mil, cinqüenta e cinco réis) refere-se a uma estimativa calculada a partir dos dados possíveis de levantar, portanto, deduz-se que o valor total ultrapasse a estimativa.

oferecido ao genro, o Capitão Jose Martinz Ferreira Meirelles, dados que demonstram a flexibilidade de utilização da escravaria, que ultrapassava a relação de domínio esperada. No que tange aos escravos de ganho, esses prestam informações concernentes à vida eminentemente urbana e a diversidade de fontes de rendas de seu senhor.

Ribeiro Pinto, também, colocara em prática estratégias de sociabilidade que envolvia seus cativos entre si e mesmo suas relações sociais, maneira pela qual, este senhor, conquistava o equilíbrio social de sua escravaria. Ao permitir a formação de núcleos familiares entre os escravos, garantira a estabilidade e manutenção de sua escravaria, enraizada com laços afetivos, que propiciava um aumento no número de sua propriedade, ao mesmo tempo em que fixava as famílias escravas no ambiente em que se consolidaram.

Outra estratégia comum, não somente de Ribeiro Pinto, mas, de grande parte dos senhores de escravos espírito-santenses, consistia na utilização deste tipo de bem na composição dos dotes matrimoniais de suas filhas, significando, tal atitude, uma valorização dos cativos na confirmação de alianças afins da sociedade senhorial.

Jose Ribeiro Pinto, além do posto de Capitão-mor, ocupara também o cargo de Juiz de Órfãos na Vila da Vitória entre os anos de 1798 até, pelo menos, 1821, fim do recorte temporal da pesquisa feita com inventários *post mortem*, o que lhe garantia um pecúlio estável frente à instabilidade mercantil, acumulando, dessa forma, prestígio político e fortuna em solo capixaba. Sua identificação como homem de negócios, pode ser comprovada, quando verificado que entre os bens arrolados por Ribeiro Pinto, no inventário de sua esposa, constam às avaliações de duas embarcações: uma lancha nomeada de Santa Rita, e uma sumaca denominada Santo Antonio e São Jose, como segue:

Foi vista e avaliada a lanxa (lancha) de pescaria denominada Santa Rita, com seu competente pano Masame, pronta a seguir viagem, em seu preço e valor de trezentos mil réis, cuja a quantia em frente sai.

Declarou o viúvo inventariante de baixo de juramento que lhe encarregado que a Sumaca Santo Antonio e São Jose [ilegível]

Barra a fora importando seu casco Masame, ferros, panos e pertences, na quantia de três contos, quatrocentos mil réis, cuja a quantia a margem em frente sai.¹³⁴

Com relação ao patrimônio imobiliário, fazem parte, vários imóveis urbanos, entre sobrados, casas térreas e lances de chão, localizados nas principais ruas da Vila da Vitória. O mobiliário era composto por móveis de madeira de lei, além das avaliações feitas em várias peças de ouro e prata. Da mesma forma que, ocorrera com o negociante mencionado anteriormente, fora constatado entre os bens do Capitão-mor, considerável número de créditos concedidos a terceiros.

Não obstante, Ribeiro Pinto acumulou riqueza no ambiente rural circunvizinho à Vitória, sendo proprietário de três sítios, todos com benfeitorias e casas de vivenda, e, no sítio denominado Campo, mantinha a morada da escravaria. Apesar da diversificação patrimonial, assevera-se que, a principal fonte de renda de Jose Ribeiro Pinto, seja mesma aquela proveniente de seus negócios mantidos na Vila.

Diante do exposto, com a leitura do inventário, pode-se inferir que Jose Ribeiro Pinto coadunava com suas funções públicas, as atividades rurais e mercantis, destacando-se como rico negociante do Espírito Santo que, provavelmente, utilizava suas embarcações na exportação de produtos para outras praças da colônia, retornando das mesmas com artigos consumidos pela população local. Adriana Pereira Campos¹³⁵, ao analisar o personagem em questão, chega à mesma conclusão de que tanto a sumaca como a lancha, de Ribeiro Pinto, servia a propósitos comerciais, envolvendo a exportação de gêneros produzidos no Espírito Santo, e, a importação de artigos como carnes, vinhos, panos finos, além de eventuais africanos arrematados no Rio de Janeiro.

Evidentemente, o comércio praticado por esse funcionário público favorecia-se de sua posição na burocracia local, ensejando, inclusive que ele providenciasse o ingresso do seu filho (Manoel Pinto Ribeiro) na mesma carreira, enviando-o à

¹³⁴ Caixa 13 – ano 1811.

¹³⁵ Apud, CAMPOS, 2006. pp. 584/585.

Corte a fim de prepará-lo para assumir o cargo de juiz de fora em Angola.¹³⁶

Outro negociante de cabedal, estabelecido na Praça da Vila da Vitória fora Jose Pinto Ribeiro de Carvalho¹³⁷, que apesar de não ter assinado a Petição impetrada pelos negociantes em 1806; acumulara fortuna tendo como fonte de renda os negócios que mantinha entre as praças do Rio de Janeiro e a do Espírito Santo. O Capitão Jose Pinto Ribeiro falecera em 18 de março de 1807 com seu solene testamento em que o testador deixa a entender que, se porventura, aparecer alguma dívida proveniente de seus negócios no Rio de Janeiro, que tal dívida seja devidamente comprovada com documentação. Segue o resumo do testamento:

Eu Capitão Jose Pinto Ribeiro de Carvalho, natural da cidade do Porto, morador nesta Vila de Nossa Senhora da Victoria, filho legítimo do Capitão Antonio Pinto Ribeiro e de Donna Maria de Jesus [...] falecidos. [...]. Declaro que tenho vários negócios na cidade do Rio de Janeiro e nesta Vila (Victoria), e destes negócios e que tenho digo, tenha tratado não devo coisa alguma que me lembre, mas se [...] algum crédito de conta fiz que seja devidamente comprovado[...]. Declaro que entre os escravos que possuo acham um mulato por nome Manoel, casado, o qual deixo forro e liberto em a metade que [...] pelos bons serviços que me tem feito (22 de fevereiro de 1807).¹³⁸

Este português, estabelecido na Capitania do Espírito Santo, possuía um patrimônio bem diversificado entre bens rurais e urbanos, com 37 (trinta e sete) escravos, alguns se destacando por possuir ofícios: um oficial de ferreiro e um ajudante, um aprendiz de carpinteiro, uma costureira e, uma costureira e rendeira. Entretanto, provavelmente, a maior parte da escravaria estava destinada ao trabalho do engenho de açúcar e aguardente, de propriedade de seu senhor, ou até, naquele trabalho relacionado à criação de gado mantida em um dos sítios do mesmo. Consta ainda, nessa escravaria, a presença de famílias, com quatro escravos identificados com parentesco entre si: uma mãe com sua filha e um casal sem filhos.

¹³⁶ Ibidem, p. 585.

¹³⁷ Caixa 7 – ano 1807.

¹³⁸ Caixa 7 – ano 1807 – Testamento em anexo

Da mesma forma que os negociantes já mencionados, o português Jose Pinto Ribeiro de Carvalho mantinha créditos a juros, o que correspondia à quantia de 2:919\$059 (dois contos, novecentos e dezenove mil, cinqüenta e nove réis) no momento de sua morte. A fortuna arrolada neste inventário chegou ao valor de 11:960\$901 (onze contos, novecentos e sessenta mil, novecentos e um réis), não constando débito algum, patrimônio esse que fora dividido entre a viúva meeira, Anna Maria Moraes, e os dois filhos do casal, Jose e Maria.

Como ocorre no inventário do Capitão Jose Pinto Ribeiro de Carvalho, em outro inventário, fica evidente a relação mercantil do inventariado com duas praças, a do Espírito Santo e a do Rio de Janeiro. Em 30 de abril de 1813, foi dada entrada no inventário de Manoel Antonio Borges Madeira.¹³⁹

Natural da Vila Real, Bispados de Braga em Portugal, Manoel, faleceu no estado de solteiro, deixando um filho legitimado, chamado Liberato Jose (Viturino), ambos, pai e filho, residiam na Corte do Rio de Janeiro. Mesmo não fixando residência definitiva em solo espírito-santense, Madeira adquiriu fortuna, firmando-se como negociante na praça mercantil da Capitania. Entre os bens avaliados no inventário em questão, constam produtos importados a serem comercializados no Espírito Santo como vinagre, azeite, uma diversidade de roupas e tecidos de pano de linho, além de louças inglesas e da Índia; bem como, a existência de gêneros provindos da produção local, como os 58 (cinqüenta e oito) alqueires de milho e os 08 (oito) alqueires de arroz, alimentos que, possivelmente, foram colhidos no sítio do falecido, ou mesmo comprados de outros produtores para a revenda na Corte.

Entretanto, Manoel Antonio, não mantinha imóveis urbanos, apesar de sua estreita ligação com o comércio, perceptível tanto pelo teor de seus bens, quanto pelo fato de ter fixado residência no Rio de Janeiro. A soma dos bens do falecido Manoel Antonio, na Capitania capixaba, totalizou a quantia de 8:185\$220 (oito contos, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e vinte réis); que respondem pelo valor das mercadorias já mencionadas, como também, pelos 10 (dez) escravos e vários créditos arrolados no processo. Entre os

¹³⁹ Caixa 13 – ano 1813 – Testamento em anexo.

empréstimos efetuados por este inventariado, verifica-se a presença de duas apólices e duas letras, tendo como devedor a Fazenda Real do Rio de Janeiro, que juntas somavam 1:203\$000 (um conto, duzentos e três mil réis).

Nos dados presentes neste arrolamento, pressupõe-se que, o português Manoel Antonio Borges Madeira, empenhava-se como mercador e mantinha seus negócios entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, fornecendo para a primeira praça mercantil, gêneros alimentícios, e, para a segunda, artigos importados.

As mercadorias importadas eram comercializadas também por negociantes itinerantes, como foi o caso de Francisco José Vieira de Sá¹⁴⁰, natural da Vila de Guimarães, em Portugal, solteiro e sem herdeiros forçados. Consta ser o falecido, mascate de profissão, e seu único bem era uma “Fazenda Seca” formada por tecidos de várias qualidades: fustão, “berbutina”, filó, chita, meias femininas e masculinas, linhas do Reino e da Bretanha, entre outras. A partir das informações extraídas do inventário, pode-se aferir que, a fonte de renda do Sr. Francisco consistia na venda de tecidos para lojista ou a varejo. Além disso, é possível ainda que, Vieira de Sá, mantivesse relações comerciais, não só nas regiões compreendidas pela então Capitania do Espírito Santo, como em Pernambuco e Rio de Janeiro, já que contraíra dívidas em ambas.

Entre os demais homens empenhados na atividade mercantil, em pelo menos quatro casos, prevalece como principal fonte de renda a navegação, despendida no transporte dos frutos da terra, com destino a outras regiões, e ao mesmo tempo em que, abastecia o comércio capixaba com importados. A presença das embarcações demonstra certa dinâmica da navegação de cabotagem no Espírito Santo.

No ano de 1801 falecera na costa capixaba o Alferes Jose Joaquim Barboza¹⁴¹, vítima de um ataque de franceses, que afundara a sua embarcação quando o mesmo regressava da cidade do Rio de Janeiro. O inventariante Caetano Patrício Barboza, filho do falecido, fez a seguinte declaração:

¹⁴⁰ Caixa 14 – ano 1814.

¹⁴¹ Caixa 2 – ano 1801.

Declarou o inventariante que o dito falecido nada possuía porque vizando (visando) do [...] mercantil, confiando e vivendo e frutos da terra para fora e lhe no regreço (regresso) que fazia da cidade do Rio de Janeiro para esta Vila (Vitória) foi aprisionado por um 'Brigue Francez (Francês)' o qual lhe saquearam todos os seus bens e frutos do seu negocio tanto dele inventariante como do falecido seu pai ficando unicamente um escravo, o qual logo que chegou a esta Vila (Vitória) o vendeu ao Capitão Mor Martinho Vieira Guimarães para suprimento da sua moléstia que [...] o saque do dito Francez da qual falecera a bentestado por não deixar bens alguns e que protestava a todos [...] declara quaisquer bens que lhe [...] a noticia de que para digo, noticia para dele fazer cumprido. Vitória, 27 de março de 1803.¹⁴²

Como exposto, o inventário em questão, não possuía bem algum avaliado, no entanto, o documento desenha o perfil dos negociantes empenhados no transporte de mercadorias dentro da colônia, de uma praça mercantil para outra. Trata-se de uma fonte que merece cuidadosa análise qualitativa devido à riqueza de informações que contém. O Alferes Jose Joaquim Barboza, natural da Europa, mantinha residência em Pernambuco com sua esposa Anna Joaquina Maria dos Prazeres. Os filhos do casal Jeromin Joaquim Barboza e Miguel Joaquim Barboza viviam também em Pernambuco, ao passo que, outro filho, Jose Teles Barboza, estava no Rio de Janeiro e, o quarto filho, o inventariante Caetano Patrício Barboza, acompanhava o pai nas viagens. As informações expostas implicam dizer que, a família Barboza estabeleceu uma rede mercantil que abrangia pelo menos três praças da colônia – Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco – permitido, graças à disponibilidade de estabelecer membros da família, nas duas pontas do eixo de comércio que freqüentavam. Da declaração do filho Caetano confirma-se que, o objeto dos negócios dos membros da família era a venda dos frutos da terra de uma região para outra, mesmo assim, declaradamente, o filho define como fonte de renda aquela associada à mercancia.

Outro dado relevante é a presença de embarcações francesas na costa do Espírito Santo, com propósitos de praticar saques através de atos de pirataria, provocando o naufrágio de navios empenhados no transporte de mercadorias.

¹⁴² Caixa 2 – ano 1801 – Declaração do Inventariante. Grifo nosso.

A existência de corsários no litoral capixaba comprova ser freqüente o trânsito de embarcações, até porque, a Capitania em questão, localizada bem no meio da costa brasileira, era um importante entreposto comercial para embarcações provenientes do sul-sudeste com destino ao norte-nordeste e, vice-versa.

Em outro inventário, de Joaquim de Carvalho¹⁴³, natural de Lisboa, falecido em 1803, constam avaliados nove e meio alqueires de feijão, que o falecido pretendia conduzir para a Bahia, além dos bens pessoais, não havendo nenhum bem de raiz, o que indica estar o falecido de passagem. A importância do inventário do lisboeta Joaquim confirma, de fato, o movimento das embarcações com finalidades comerciais no litoral capixaba.

Tal constatação da ligação com a Praça da Bahia foi observada também no inventário de João Nunez Pereira¹⁴⁴, natural da Vila da Vitória, e que, fazendo viagem para a cidade de Salvador, no barco Estrela, de propriedade de João Pinto Ribeiro, falecera no mar. O inventariado ocupava a função de mestre da embarcação Estrela, deixara a viúva com cinco filhos. Apesar de possuir cinco escravos, as dívidas de João Nunez superaram seu patrimônio, indícios de que, para tornar mais lucrativa a viagem para a Bahia, o falecido havia contraído empréstimos, até com seu patrão, para provavelmente, resgatar com a revenda dos gêneros adquiridos.

Diferente de João Nunez, sua mãe optou por investir na concentração de imóveis urbanos, conseguindo assim, mais êxito em termos financeiros que o filho. No inventário de Izabel Ferreira Coutinha¹⁴⁵, falecida em 10 de maio de 1810, viúva de Manoel Nunez Pereira, foram arrolados 54 (cinquenta e quatro) imóveis na Vila da Vitória, em sua maioria, formada por lances de chãos e moradas de casas que eram alugadas. Dona Izabel, também deixara a seus herdeiros, um sítio com casa de vivenda, situado na Capixaba, ou seja, também na Vila da Vitória, no entanto, a principal fonte de renda dessa viúva era aquela proveniente dos imóveis. A este patrimônio imobiliário somam-se

¹⁴³ Caixa 3 – ano 1803.

¹⁴⁴ Caixa 8 – ano 1808.

¹⁴⁵ Caixa 10 – ano 1810.

sete escravos e algumas imagens de Santos, que ao todo compunham uma riqueza avaliada em 3:111\$760 (três contos, cento e onze mil, setecentos e sessenta réis), relevante para os padrões capixaba daquele momento. Izabel Ferreira Coutinha possuía um patrimônio equivalente a sexta faixa de fortunas (2000 I— 5000), como demonstrado pela Tabela 5. A herança destinada aos cinco filhos de João Nunez foi o equivalente a 110\$725 (cento e dez mil, setecentos e vinte e cinco réis) para cada um. Provavelmente, a herança da avó paterna proporcionou meios de sobrevivência aos órfãos.

Quando da morte da viúva de João Nunez Pereira, Anna Ribeira de Jesus¹⁴⁶, a família contava como principal fonte de renda, a proveniente da lavoura. Falecida em 1814, no inventário de Anna Ribeira, feito três anos após sua morte, foi arrolada considerável lavoura de café – 144 (cento e quarenta e quatro) pés –, três escravos e uma morada de casa na Rua São Francisco. Os bens somaram 506\$200 (quinhentos e seis mil, duzentos réis) não constando dívidas a pagar, fazendo crer que os débitos contraídos pelo falecido marido em 1808, já haviam sido quitados, mesmo assim, nota-se que a sobrevivência da família não mais se encontrava na mercancia de mercadorias para outras capitanias, e sim, na produção agrícola.

Ainda com relação ao trânsito de embarcações pela costa do Espírito Santo, no inventário de Francisco de Medeiros Arruda¹⁴⁷, contém informações sobre a última viagem realizada pela embarcação do dito falecido antes de sua morte. A Lancha Nossa Senhora da Conceição, que o inventariado possuía em sociedade com Miguel João Ignácio da Fonseca, era utilizada para o transporte de fretes contratados por produtores e negociantes.

A possibilidade do pequeno agricultor de alimentos contratar um frete para encaminhar, ele mesmo, seus produtos a outras paragens, confirma que, no território capixaba o pequeno agricultor era capaz de comercializar sua produção, e até mesmo, promover sua venda em outras praças mercantis da colônia.

¹⁴⁶ Caixa 17 – ano 1817.

¹⁴⁷ Caixa 2 – ano 1801.

TABELA 6

Fretes da Lancha Nossa Senhora da Conceição

FRETES – VILA DA VICTORIA PARA O RIO DE JANEIRO	FRETES – RIO DE JANEIRO PARA VILA DA VICTORIA
Joaquim da Rocha – 125 @ de algodão a \$320 – total: 40\$000; três caixas e [fuixo] de açúcar com 128 @ a \$100 cada; cinco dúzias de toras de jacarandá a \$800 – total: 4\$000; mais dez @ de fio de algodão a \$240 – total: 2\$400 – 59\$200	Alexandre Antonio – 250 @ de carne a \$100 a @; mais seis jacarés de queijos a \$200 o jacaré; duas @ de seda a \$100 a @; mais dois jacarés* de fumo a \$150 o jacaré; um caixão de (ilegível); uma @ de velas de sebo a \$800; meia libra de aguardente do Reino \$800; duas @ de marmelada a \$100 cada; 60 dúzias de louças a \$040 cada; uma ancoretta \$100 – 31\$000
Jose do Coutto – 117 @ de algodão a \$320 – total: 37\$440; mais uma caixa de açúcar com 35 @ a \$100 – total: 3\$500 – 40\$940	Joaquim Jose da Roxa (Rocha) – 350 @ de carne a \$100 cada; sete jacarés de queijos a \$200 cada; um caixão (ilegível) – total: 1\$280; um (ilegível) de velas – total: \$320; 50 dúzias de louças a \$040 cada – 40\$000
Tenente Coronel Falcão – caixa de açúcar com 46 @ a \$100 – 4\$600	Liandro Francisco – 100 @ de carne a \$100 – 10\$000
Capitão Jose Pinto – 52 @ de algodão a \$320 a @; mais caixa de açúcar com 36 @ a \$100 a @ – 20\$240	Francisco Luiz de Andrade – 100 @ de carne a \$100 cada; mais dois fardos de fazenda a 1\$000 – 12\$000
Luiz Jose da Costa – 33 e ½ @ de algodão a \$320 – 10\$720	Manoel – 30 @ de carne a \$100 – total: 3\$000; e um jacaré de queijo – total: \$200 – 3\$200
Joaquim da Fraga – 13 e ½ @ de algodão a \$320 – 4\$320	Manoel Rangel – 40 @ de carne a \$100 cada – 4\$000
Anna Rita – nove @ de algodão a \$320 – 2\$880	Luiz Jose da Costa – 300 (ilegível) – total: \$960; de duas Ancoretas a \$280 cada; um jacá de queijo a \$200 – total: \$200; uma e ½ arroba de (sebo ou seda) – total: \$150 – 1\$870
Jose Juarez Leite – sete dúzias de (ilegível) a 1\$600 – total: 11\$200; mais uma caixa de açúcar com 28 @ a \$100 a @; e quatro dúzias de toras de jacarandá a \$800 – total: 3\$200 – 17\$200	Tenente Coronel Falcão – de uma barrica de farinha – total: \$560; de um jacá de queijo – total: \$200; de um cesto de rosca – total: \$320; uma Ancoretta – total: \$160 – 1\$240
Jose de Lima – 5 e ½ dúzias de toras a \$800 – 4\$800	Capitão Jose Pinto Ribeiro – de 300 roscas – \$960
Manoel (ilegível) Cordeiro – 11 @ de fio a \$240 – 2\$640	Matheuz Jose – de 200 roscas – total: \$640; de um jacá de queijo – total: \$200; de uma @ de sera (cera ou sebo) – total: \$100 – \$940
Manoel Batu – 12 @ de fio a \$240 – 2\$880	Manoel Batre – um cento de roscas \$320; de um jacá de queijo \$200; de uma @ de sera (cera ou sebo) \$100 – \$620
Ignácio do Nascimento – cinco @ de fio a \$240 – 1\$200	Ignácio do Nascimento – de um cento de roscas – total: \$320; um jacá de queijo \$200; uma @ de sera (cera ou sebo) \$100 – \$620
Capitão Bernardino de Lírio Gomes – duas caixas de açúcar com 56 @ a \$100 – 5\$600	Tenente Ferreira – de 76 @ de farinha a \$080 cada – 6\$080
Alexandre Antonio da Roxa (Rocha) – 11 @ de fio a \$240 – 2\$640	Juiz Francisco – 30 @ de carne a \$100 cada; Ancoretta \$300 – 3\$300
Francisco Luiz de Andrade – 20 @ de algodão a \$320 – total: 6\$400; e oito @ de fio a \$240 – total: 1\$920 – 8\$320	
Francisco de Lemos Roza – uma e ½ @ de fio a \$240 – \$360	
Total do lucro com os fretes na viagem de ida para o Rio de Janeiro: 189\$260 (188\$540 valor correto)	Soma dos fretes correspondentes a volta do Rio de Janeiro para a Vila da Victoria: 116\$830 (115\$830 valor correto)

Fonte: Inventário *post mortem* de Francisco de Medeiros Arruda, Vitória, 29 de maio de 1801 – caixa 2 – ano 1801, 1ª Vara de Órfãos de Vitória. *Jacaré ou jacá: tipo de balaio que coloca na lateral do animal de carga. Grifo nosso.

A Tabela 6 expõe o quadro dos fretes contratados, junto à lancha de Francisco de Medeiros Arruda, para o transporte dos gêneros de abastecimento da Capitania para o Rio de Janeiro, e aqueles fretes, contratados no retorno para a Vila da Vitória. A referida viagem levou mercadorias do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, como algodão, fio de algodão, madeira de lei, açúcar; retornando carregada de gêneros, a exemplo de carne, seda, aguardente, marmelada, louça, queijo, rosca, cera, toucinho, farinha, azeite, sal e pano.

Diante das trajetórias dos homens dedicados aos negócios, seja na Praça da Vitória, seja em outras capitanias – Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia –, nota-se que, em princípios do século XIX, já estava estabelecida a elite mercantil capixaba e os mecanismos garantidores do escoamento dos gêneros da terra e do abastecimento da população com artigos de fora. Fato constatado não só pelas narrativas expostas, mas também, pela entrada no Porto do Rio de Janeiro, de embarcações provenientes da Capitania capixaba.

TABELA 7

Entradas de navios no Porto do Rio de Janeiro originários do Espírito Santo, por tipos de embarcações, total de comerciantes e consignações (1812; 1817 e 1822)*

ANO	COMERCIANTES	CONSIGNAÇÕES	LANCHAS	SUMACAS	BERGANTINS
1812	44	60	49	13	3
1817	27	30	25	4	----
1822	28	36	26	9	----
TOTAL	99	126	100	26	3

Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro, 1812, 1817 e 1822. Biblioteca Nacional. Apud FRAGOSO, 1998. pp. 169/170. *Foram coletados apenas os dados referentes a saídas de navios do Espírito Santo.

Pela série montada por Fragoso, constata-se que a Capitania capixaba era partícipe do quadro mercantil do Rio de Janeiro no período referendado, assumindo o papel de capitania voltada para o abastecimento interno da colônia. Mais ainda, para Fragoso:

[...] a base da pirâmide mercantil situa-se geograficamente na macrorregião Rio de Janeiro-Espírito Santo [...]. Em outras palavras, é nessa região que localizamos o pequeno comerciante, aquele “especializado” em apenas uma região,

dedicado a um pequeno número de produtos, e cujo raio de ação é de curta distância.¹⁴⁸

Fragoso acrescenta que, aos pequenos comerciantes competia boa parte da negociação do açúcar do Sudeste.¹⁴⁹

Acrescente-se que, o pequeno comerciante da praça carioca, quando estabelecido na praça capixaba, ascendia socialmente sem grandes dispêndios de capitais. Diante dos exemplos, dos negociantes atuantes nas duas praças, a percepção é que, se estabelecidos no Rio de Janeiro, a mercancia carioca exigia grande disponibilidade financeira, provavelmente, o que limitaria a capacidade em adquirir patrimônio. Quando estabelecidos em solo capixaba, mesmo mantendo relações comerciais na praça carioca, os negociantes possuíam meios de ascender socialmente, acumulando considerável patrimônio. O Espírito Santo converteu-se em ambiente propício aos pequenos comerciantes atingirem o topo da hierarquia social local e angariarem fortunas conforme os padrões desta região. Outro dado relevante foi a constatação, nos inventários, de uma rede de crédito em que mesmo os escravos tinham acesso.

Da soma dos patrimônios arrolados entre 1790 e 1821, 44:461\$839 (quarenta e quatro contos, quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e trinta e nove réis) referem-se a dívidas ativas concernentes: de empréstimos com cobrança ou não de juros, vendas de mercadorias a prazo, etc. As mesmas fontes revelam que os inventariados juntos deviam a quantia de 42:301\$329 (quarenta e dois contos, trezentos e um mil, trezentos e vinte nove réis). Ou seja, observa-se certo equilíbrio entre a soma de dívidas passivas e ativas, o que denota uma gama de relações financeiras, sem distinção entre credores e devedores; na maioria dos casos, o mesmo indivíduo acabava por comprometer-se em ambas as vertentes que envolvem os empréstimos.

Muito além de informar um equilíbrio das dívidas ativas e passivas, os dados demonstram a circulação das transações financeiras, garantidoras da

¹⁴⁸ Apud FRAGOSO, 1998. p. 196.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 198.

participação de todos os segmentos sociais nas atividades comerciais, incluindo cativos e forros.

A concessão de créditos acabou por traduzir uma forma de consolidar as relações sociais entre a elite local e o restante da população. Não obstante, as relações financeiras envolvendo empréstimos, retrataram uma sociedade capixaba hierárquica, mas não estática, na medida em que, o acesso a meios de contrair dívidas passivas, permitia ao indivíduo condições de incrementar suas fontes de rendas.

No que concerne a reimplantação da Alfândega em princípios do Oitocentos, e com ela a possibilidade de exportação de mercadorias para a Europa, duas são as hipóteses que inviabilizaram esse tipo de transação mercantil. A primeira é aquela ligada à chegada da família real em 1808, impedindo assim, o interesse pelo comércio transatlântico, visto que, o foco administrativo passa a se concentrar na colônia.

Outra hipótese está na compreensão de que a possibilidade de exportações para a Metrópole, com o advento do século XIX, que se limitava aos embarques de produtos com a Marca Real, como foi o caso dos carregamentos de madeiras. A explicação para o ocorrido recai sobre a consolidação de uma rede de relações mercantis interna, já estabelecida na época.

Os negociantes, muitas vezes com relações em outras praças, dedicavam-se ao comércio de abastecimento da colônia, ou pela comodidade, e/ou pela facilidade do mesmo, visto que, a produção do Espírito Santo possuía mercado consumidor dentro da colônia.

Cabe agora, melhor conhecer as formas encontradas para a comercialização a varejo, dos produtos consumidos pela população local, primando pelo conhecimento dos estabelecimentos comerciais presentes na Vila da Vitória, principal entreposto, não só da navegação, mas também, utilizado pela população circunvizinha no abastecimento de gêneros importados e venda dos frutos da lavoura.

2.4 – SECOS E MOLHADOS: O COMÉRCIO NA VILA

Como praça mercantil, concentrava-se em Vitória, no início do Oitocentos, homens dedicados ao comércio, sejam aqueles responsáveis pelos negócios e transportes de mercadorias para outras regiões, como exposto anteriormente, como também, os comerciantes estabelecidos em lojas com venda a varejo. Os últimos identificados exerciam função mecânica perante a sociedade, o que não impediu a ascensão social de alguns.

Torna-se evidente que, as populações das freguesias – Serra, Cariacica, Espírito Santo (Vila Velha), etc. – freqüentavam a Vila da Vitória como forma de suprir a necessidade de consumo e vender a produção. A maioria era composta de sitiantes, que utilizando barcos, chegava à praça mercantil, com gêneros alimentícios passíveis de venda e/ou troca com os comerciantes locais.

O quadro mercantil capixaba, como proferido, foi possível através do levantamento quantitativo e qualitativo dos inventários em estudo, o que permitiu conhecer as formas de produção, consumo e comercialização dos produtos excedentes.

Outra informação importante, coligida dos documentos cartoriais, está relacionada à composição das fortunas. Saber o que dispunham as famílias que tiveram seus bens submetidos à avaliação permite a compreensão do perfil da sociedade, além de definir qual era o destino dos produtos importados e como viviam os atores sociais que figuraram nos inventários.

A análise da Tabela 8 diz respeito justamente à categoria e à freqüência dos bens arrolados nos 269 (duzentos e sessenta e nove) processos, correspondentes aos anos de 1790 a 1821. Separados em categorias quantitativas, os dados, que compõem a tabela, contemplam a diversificação patrimonial dos capixabas, evidenciando o poder de consumo da população frente às limitações da Capitania.

TABELA 8
Bens Inventariados (1790 a 1821)

CATEGORIA DO BEM	FREQÜÊNCIA	VALOR ARROLADO	PORCENTAGEM SOBRE VALOR**
Escravidaria	2.131	194:457\$459	49,48
Imóvel Urbano	348	77:202\$918	19,64
Dinheiro Líquido e Dívidas a Receber	1.375	44:461\$839	11,31
Imóvel Rural	409	31:899\$190	8,11
Criação	1.485	8:923\$270	2,27
Mercadoria*	822	6:267\$681	1,60
Embarcações	61	5:644\$140	1,43
Ouro	339	3:782\$741	0,96
Engenho, engenhoca e alambique	75	3:579\$940	0,91
Móveis	954	3:055\$510	0,77
Plantação	188	2:754\$886	0,70
Prata	370	2:606\$410	0,66
Cobre	190	1:819\$410	0,46
Ferramenta e utensílios de trabalho	566	1:704\$941	0,43
Panos e Roupas	572	1:145\$790	0,30
Relógio, jóias e instrumento musical	161	1:144\$110	0,29
Oratório e Imagem	279	1:132\$416	0,28
Material de Construção	65	445\$930	0,11
Armas	58	192\$420	0,05
Louças	151	94\$280	0,02
Livros	58	47\$340	0,01
Ilegível, Doc. Perdido	50	650\$253	0,16
TOTAL	10.707	393:012\$874	100,00

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. *Presentes nos comércios ou fruto do trabalho dos produtores. **Porcentagem aproximada.

Com base na tabela, verifica-se a predominância das escravarias como principal fração arrolada nos espólios do período referenciado. Do total das riquezas, 393:012\$874 (trezentos e noventa e três contos, doze mil, oitocentos e setenta e quatro réis), os cativos correspondem a 194:457\$459 (cento e noventa e quatro contos, quatrocentos e cinqüenta e sete mil, quatrocentos e cinqüenta e nove réis). Em tópico específico, a escravaria será tratada, no momento, importa observar que os escravos responderam por 49,48% sobre o valor patrimonial nas avaliações proferidas.

Nota-se a presença de bens variados nas fortunas como móveis, jóias, louças, roupas e livros; indica o poder aquisitivo das famílias relacionadas nos inventários, que dispunham de meios para adquirir artigos de que necessitavam em suas casas.

Outra categoria presente na tabela e chama atenção, refere-se ao número de dívidas a receber, 12,84% dos bens inventariados representa a atividade de empréstimos concedidos a 1.375 (mil trezentos e setenta e cinco) devedores. Como exposto anteriormente, os negociantes eram grandes credores, ao conferir empréstimos, com cobrança de juros, para indivíduos de diferentes setores da sociedade. A concessão de créditos representava um investimento arriscado, mas que celebrava a possibilidade dos credores acumularem fortunas, permitindo assim, a alternativa de aquisição de riquezas em outros setores produtivos como a agricultura, ou até mesmo, o incremento nas atividades mercantis pautadas no comércio. Diante disso, as dívidas ativas acabam por representar 11,31% sobre o valor total inventariado, representando assim, a terceira maior categoria de bens, o que corrobora para a identificação das relações financeiras que envolvia a sociedade capixaba.

Quanto ao setor imobiliário, os dados demonstram uma pequena superioridade numérica dos imóveis rurais sobre os urbanos, que aumenta quando somadas a outras categorias de bens voltadas ao âmbito rural: plantações, criações de animais, engenhos e engenhocas. No entanto, não podemos perder de vista que a identificação de rural e urbano era tênue, e pela análise qualitativa, fazendas e chácaras podiam estar localizadas, em meio considerado urbano.

Kátia M. Queirós Mattoso¹⁵⁰, identificara semelhante situação nos arredores da cidade de Salvador. Para a historiadora, muitas vezes, autores contemporâneos misturam o número de habitantes estabelecidos no Recôncavo com o da cidade, justificável frente às relações sociais firmadas entre a população no meio urbano com aquela do mundo rural. Segundo Mattoso:

¹⁵⁰ Apud MATTOSO, 1983. pp. 5/20.

[...] numa época em que a zona rural se estende até as paróquias ditas urbanas e em que os proprietários rurais vêm à cidade para vender, comprar, cumprir deveres administrativos e religiosos, visitar parentes próximos ou afastados.¹⁵¹

Seja como for, independente das distinções regionais, a colonização do Brasil prevaleceu, na maior parte do Período Colonial, na faixa litorânea, com os núcleos urbanos dividindo espaço com as lavouras. Mesmo não considerando tal prerrogativa e, limitando-se a diferenciação dos patrimônios como são apresentados no corpo documental, os imóveis urbanos corresponde à segunda categoria de bens, demonstrando que, em se tratando de valores, esse tipo de bem acabava por obter maiores preços no mercado imobiliário quando comparados com os imóveis rurais.

Ainda quanto aos imóveis, se considerarmos as informações dos inventários individualmente, percebemos uma maior concentração de imóveis urbanos em processos específicos, em contrapartida, os rurais estão presentes na maioria dos inventários, mas em menor quantidade.

TABELA 9
Divisão dos Bens em Rurais e Urbanos

Imóveis	Freqüência*	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válido Rurais	72	26,8	26,8	26,8
Urbanos	66	24,5	24,5	51,3
Rurais e Urbanos	112	41,6	41,6	92,9
Nada Consta	19	7,1	7,1	100,0
TOTAL	269	100,0	100,0	

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. *O valor não corresponde à quantidade dos bens, mas evidencia a presença ou não dos mesmos nos inventários.

Outra característica, que merece destaque, refere-se à presença dos próprios produtores como comerciantes do fruto de suas terras, fazendo a venda a varejo da produção agrária na Praça Comercial de Vitória. Portanto, a categoria referenciada como mercadoria abrange não só os produtos existentes nas lojas arroladas, como também a mantimentos produzidos a fim de serem

¹⁵¹ Ibidem, p. 7.

comercializados por seus donos. Seja contratando fretes para enviar os frutos da terra a outras regiões, conforme demonstrado nas informações das embarcações tratadas anteriormente, seja pela venda a varejo, de forma direta ao consumidor ou comerciantes estabelecidos na Vila da Vitória, o pequeno agricultor, voltado para a produção diversificada de mantimentos, era, muitas vezes, responsável pela venda do fruto de seu trabalho. Portanto, tal identificação corrobora com a presença de bens urbanos, mesmo em fortunas ínfimas e com a fonte de renda dependente apenas do ambiente rural.

A respeito das fontes de renda voltadas para o comércio, dentre as famílias que figuraram nos inventários, identificam-se oito comerciantes com comércio fixo e estabelecido na Vila da Vitória.

Um caso notório foi identificado no inventário de Antonio Rodrigues Batalha,¹⁵² natural do Rio de Janeiro, bacharel, casado com Thereza Maria de Jesus, com quem teve quatro filhos. Na Capitania do Espírito Santo, Batalha assumiu os cargos de Capitão-mor e Juiz de Órfãos; além de constituir um considerável patrimônio de 8:736\$461 (oito contos, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e um réis), formado por escravos, casas de aluguel, terrenos e uma botica. Na botica, principal fonte de renda de Antonio Batalha, as vendas a prazo eram comuns, com o diferencial de não apresentar menções a escravos, como ocorria nas lojas de secos e molhados.

Ao exercer funções públicas e se estabelecer como um comerciante bem-sucedido, Antonio Rodrigues Batalha, garantiu aos seus descendentes, além do pecúlio material, a ascensão político-social nas terras do Espírito Santo. Um exemplo disso foi a nomeação de seu filho, Miguel Rodrigues Batalha, para a função de boticário oficial, algumas décadas após a morte do pai.

Seguindo o exemplo apresentado, a elite econômica capixaba não estava circunscrita à esfera do poder econômico, mas, por meio de benesses e alianças, conseguiu se firmar também como elite política. Foram mencionados neste capítulo alguns exemplos de negociantes, que acumularam funções

¹⁵² Caixa 3 – ano 1803.

públicas (Juiz de Órfãos), patentes militares e atividades mercantis. A estratégia da elite econômica capixaba em adquirir cargos públicos para a manutenção de seu *status*, não revela uma singularidade da Capitania, mas um fator presente em toda a colônia.

A historiadora Maria Fernanda Baptista Bicalho¹⁵³ argumenta, em sua Tese de Doutorado, que durante o século XVIII, os comerciantes da Bahia tendiam a afirmar-se nas funções políticas. Destarte, a mesma historiadora enumera estratégias empregadas pelos comerciantes no intuito de se enobrecer, como uma constante.

Almejando participar dos cargos da governança, os comerciantes radicados na colônia desenvolviam estratégias de enobrecimento, quer casando-se com filhas da nobreza da terra, quer ingressando na carreira militar e eclesiástica, ou nas irmandades e confrarias religiosas.¹⁵⁴

A transferência para formas de investimentos alheios ao comércio, imóveis rurais e urbanos, prestava-se, na medida em que, o comerciante tinha como retorno um *status* reconhecido pela sociedade, transferindo, grosso modo, os homens dedicados ao comércio; antes identificados com o estamento social definido como mecânico, para a atividade ligada a terra. Ou seja, para pertencer à nobreza local, o que contava era disponibilidade do indivíduo em transferir recursos de seu setor de origem, forjando uma imagem ligada a terra. Outra forma de enobrecimento estava ligada à benevolência do Estado Português; garantida mediante doação financeira, ou através de serviços militares e públicos em troca de mercês: títulos, cargos públicos, patentes militares, etc.

O Tenente-coronel da Capitania do Espírito Santo, Bernardino Falcão Vieira Machado, um dos homens mais ricos da época, requereu junto ao Príncipe Regente, em 1807, uma nomeação para o posto de Coronel do Regimento Miliciano, que se achava vago. O dito posto foi ocupado pelo governador da

¹⁵³ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa, séculos XVII e XVIII*. São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado. pp. 367/384.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 381.

Capitania, Silva Pontes, até seu falecimento, mesmo assim, Bernardino Falcão pleiteou o cargo alegando:

[...] como o maior Donativo voluntário para a cousa pública da Carta Régia de 6 de abril de 1804, promovendo assim, também a navegação direta para Metrópole, tal recomendada pelas ordens de VAR [...].¹⁵⁵

O Tenente-coronel não recebera a carta patente que almejava no devido requerimento, cargo que foi dado para o sucessor na governadoria da Capitania Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar. No entanto, o documento demonstra os anseios da elite local em se favorecer com nomeações a cargos estratégicos, mediante pagamento junto ao Real Erário.

No que concerne aos comerciantes estabelecidos em Vitória, com lojas que abasteciam a população de produtos semelhantes, nomeadas por lojas de secos e molhados, encontramos duas pertencentes à militares de patentes.

O Capitão Manoel Fernandez Lopes Faria, natural de Portugal e que falecera em 1809¹⁵⁶, deixando um considerável patrimônio de 4:085\$691 (quatro contos, oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e um réis) para sua viúva, Maria de Araújo Ramalha, e suas duas filhas; possuía, como principal fonte de renda, uma loja de fazendas secas: tecidos, aviamentos, ferragens, ourivesarias, prataria, especiarias, etc. Seu negócio, provavelmente, estava estabelecido em um dos imóveis urbanos que possuía na região entre a Rua da Praia e o Porto dos Padres.

Não obstante, o Capitão Manoel, mantinha um sítio em Maruípe e estava construindo uma morada em Benevente, a última pode significar pretensões do comerciante, expandir seus empreendimentos comerciais naquele povoado. O fato de Manoel Fernandez possuir patente militar, imóvel rural e comércio, confirma as conclusões propostas pela historiadora Maria Fernanda Bicalho, a respeito das estratégias dos comerciantes em adquirir enobrecimento, almejando a conquista do poder local, passando a compor à categoria dos homens ilustres da sociedade.

¹⁵⁵ Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 08, doc. 18, doc. 17.

¹⁵⁶ Caixa 10 – ano 1810.

Outro militar que acumulou a atividade mercantil com a patente fora o Capitão Ignácio Luiz de Castro Brandão¹⁵⁷, natural da Vila de Vitória, onde faleceu em março de 1814. O Capitão Ignácio deixou, a seus herdeiros, considerável fortuna de 9:109\$967 (nove contos, cento e nove mil, novecentos e sessenta e sete réis), tendo como principal fonte de renda, aquela ligada ao comércio. O diferencial do comércio do referido falecido, era a venda de móveis de madeira de lei e jóias, associada aos produtos, tradicionalmente, vendidos nesses comércios. Outra distinção com relação aos demais comerciantes, refere-se à propriedade do Capitão Brandão de duas lanchas que, provavelmente, eram empregadas no transporte de mercadorias para abastecer sua loja. O dito comerciante, também era proprietário de expressiva escravaria em se tratando de um patrimônio, eminentemente urbano, contendo 18 escravos, dentre os quais, um era oficial de carpintaria e outro sapateiro.

A semelhança de outros negociantes e comerciantes, o Capitão Brandão, revelou ser credor de considerável montante, tendo a receber, inclusive, da Fazenda Real. No entanto, como devedor acumulara dívidas, na soma de 2:821\$436 (dois contos, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e seis réis), quantia saldada com as mercadorias presentes em sua loja, levando a crer que a família tenha abandonado o comércio fixo, mas, não os negócios mercantis, haja vista que, as duas lanchas continuaram a pertencer à viúva meeira.

Tais informações nos fornecem pistas de que, a ascensão econômica dependia do prestígio e/ou da posição assumida pelo indivíduo dentro do meio social.

Ainda a propósito das vendas, foi constatado nos inventários de Cândida Roza no ano de 1799¹⁵⁸ e de seu marido, quatro anos depois, Jose Joaquim da Luz¹⁵⁹, natural de Lisboa, a presença do comércio de secos e molhados. No estabelecimento comercial de Joaquim da Luz, vendia-se todo tipo de mercadoria: panos da Índia e da Bretanha, vinho do Reino, condimentos do

¹⁵⁷ Caixa 14 – ano 1814.

¹⁵⁸ Caixa 1 – ano 1799.

¹⁵⁹ Caixa 3 – ano 1803.

Oriente, carne do Sul da colônia, dentre outros. Na loja também funcionava o esquema de venda a prazo, com anotação em caderno. Este casal possuía também, quando do falecimento de Cândida Roza, um sítio, com lavouras de cana e algodão, e criação de aves, além de três escravos. No entanto, o que chama a atenção, na trajetória do comerciante Jose, concerne no fato do mesmo, encontrar-se endividado em 1799. Do monte-mor, calculado em 1:714\$400 (um conto, setecentos e quatorze mil, quatrocentos réis), mais de 60% fora estipulado para saldar a dívida passiva do casal, que somava 1:047\$463 (um conto, quarenta e sete mil, quatrocentos sessenta e três réis), sugerindo a extinção da loja. Entretanto, em 1803, Jose Joaquim da Luz permanecia como proprietário do comércio de secos e molhados, com o mesmo número de escravos – dois diferentes dos que foram arrolados no inventário de sua esposa – mas, sem o sítio e suas plantações. Nesse processo, o monte-mor do inventariado foi de 1:271\$276 (um conto, duzentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e seis réis) e as dívidas passivas, somaram 674\$604 (seiscentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quatro réis). Diante desta trajetória, deduz-se que o comerciante utilizara seu patrimônio rural e dois dos escravos presentes no inventário de sua esposa, para quitar parte das dívidas e renegociar as restantes, podendo com isso, assegurar a manutenção de sua principal fonte de renda, o comércio de secos e molhados.

A estratégia dos herdeiros de não quitar as dívidas passivas, com a finalização do inventário, já observada no caso do negociante Matheus Jose Vieira, pode ser constatada quando, estabelecidas relações parentais entre inventários. Tal atitude servia como forma de assegurar a manutenção da fonte de renda dos herdeiros, sendo mais perceptível quando o chefe da família permanece vivo e se responsabilizava pelo pagamento aos credores, o que denota os laços de confiança existentes para com quem adquire ou concede empréstimos.

No caso de José Joaquim da Luz, por exemplo, como deixara apenas herdeiros órfãos de menor e uma concubina parda¹⁶⁰, seus débitos foram totalmente

¹⁶⁰ José Joaquim da Luz quando do seu falecimento estava amasiado com Maria Francisca dos Anjos com quem teve um filho natural de nome Francisco, homônimo de seu outro filho legítimo nascido de seu casamento com Cândida Roza. O filho Francisco foi legitimado no testamento

quitados com seu falecimento. Conclui-se que, para se manter como comerciante era preciso, conservar relações sociais favoráveis para se renegociar dívidas passivas.

Em igual condição dos negociantes, nos inventários diretamente associados à atividade de comércio, encontra-se o registro de contas a prazo e títulos de empréstimos a juro, concedidos pelos comerciantes. Os débitos eram anotados em um caderno, que continha o nome do devedor e o valor da compra, e, além disso, a menção do *status* social do indivíduo, se livre ou escravo, sendo comum encontrar, entre os devedores das lojas, a designação de escravo e o nome do proprietário do mesmo.

Em síntese, o comércio praticado propiciava o consumo de produtos externos, a sociedade era hierarquizada, dependente da escravidão, e com uma vida social que girava entorno de um núcleo urbano, a Vila da Vitória.

Diante do quadro mercantil exposto, faz crer que, a Capitania do Espírito Santo se insere no contexto comercial da colônia, ou mesmo, no sistema colonial como capitania abastecedora de gêneros alimentícios.

de seu pai, garantindo assim, os mesmos direitos dos dois filhos legítimos. Inventário e Testamento de José Joaquim da Luz, 20 de abril de 1803 (cx. 3 – ano 1803) – 1ª Vara de Órfãos da Vitória.

3. DOS ENGENHOS À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

3.1 – PRESTÍGIO E FORTUNA NAS MÃOS DE POUCOS

Não obstante a identificação da praça mercantil em Vitória, na agricultura se empregava a maior parte da população e dos escravos existentes em território capixaba. No Espírito Santo, do Período Colonial, procurou-se seguir os passos de outras capitanias quanto à produção do produto-rei – o açúcar. Em 1814¹⁶¹, continuava o governador Francisco Alberto Rubim a conceder terrenos por sesmarias dentro do Espírito Santo; o que, contribuía para a expansão das lavouras em terrenos antes desocupados, além de ilustrar ser a terra adquirida, muitas vezes, por doação e não por compra, o que diminuía seu valor imobiliário.

Mesmo em escala reduzida, denota-se, pela documentação Ultramarina, Memórias e inventários, a existência de alguns engenhos, dedicados à cultura da cana e a manufatura do açúcar a ser exportado; atividade subjacente a outras lavouras. Fato já constatado nos capítulos anteriores e confirmado pelo escrivão da Provedoria da Real Fazenda em 1806:

Jose Pinto Porto, escrivão da Provedoria da Real Fazenda nesta Capitania do Espírito Santo, certifico que revendo um caderno que em meu cartório se acha dos assentos que se fizeram dos Despachos das Embarcações que deste Porto se despacharam para fora dele consta que nesta Vila (Vitória) já ouve (houve) Alfândega e que dela se exportava para a cidade de Lisboa diretamente várias caixas de açúcar [...]. Vila da Victoria, aos 29 dias de Julho de 1806.¹⁶²

Destarte, o comércio era dependente do setor primário, pois, foi na agricultura que se formou a base da economia colonial. Diante dessa constatação, entender a dimensão de uma sociedade inserida no contexto agroexportador do Brasil, mesmo que em uma região considerada periférica, perpassa pela identificação das fortunas ligadas ao mundo rural.

¹⁶¹ Pela Carta Régia, de 17 de janeiro de 1814, foi autorizado que o governador Rubim concedesse sesmaria em território capixaba. Apud RUBIM, 1840. p. 13.

¹⁶² Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 08, doc. 08, 46, 47 – Anexo.

Quando da análise dos patrimônios, identifica-se a predominância do trabalho escravo, num ambiente hierarquizado a partir da posse de terras, o que insere a Capitania capixaba como integrada ao sistema colonial, por compartilhar estruturas baseadas na escravidão e na hierarquização social. Compreender o quadro socioeconômico presente no Espírito Santo ao término do Período Colonial, depende não apenas da identificação dos homens dedicados à mercancia, mas também, de acompanhar a trajetória daqueles ligados à produção agrícola. Sejam os proprietários de engenhos e engenhocas, ou mesmo, os pequenos produtores de víveres, presentes nos inventários em estudo, levantam importantes informações sobre o quadro socioeconômico deste contexto.

Sobre a presença de engenhos e engenhocas, segundo informações do Monsenhor Pizarro de Souza: “Havia 60 engenhos e 66 produtores de aguardente. Cada engenho produzia, aproximadamente, 294 e cada engenhoca 1600 pipas de aguardente por ano”.¹⁶³

Subseqüentemente, no ano de 1818, o governador Francisco Alberto Rubim, em sua *Memória Estatística*, fez referência à presença de 75 (setenta e cinco) engenhos e 66 (sessenta e seis) engenhocas.¹⁶⁴ Informação que confirmam a soma de 75 (setenta e cinco) engenhos e alambiques, presentes nos arrolamentos das fortunas, entre os anos de 1790 a 1821.¹⁶⁵

Diante dos dados, encontrava-se no Espírito Santo, alguns homens de cabedal suficiente para o empreendimento voltado à produção do produto-rei, o que propiciava a reprodução, no tempo e no espaço, dos mecanismos para a existência de uma nobreza da terra que aglutinava em si, o domínio do poder político, social e econômico. Torna-se, portanto, indispensável à visualização de alguns dos cidadãos da nobreza local dedicada à reprodução dos fatores que permitiam a manutenção do poder, a partir do prestígio e da riqueza acumulada pela “terra”.

¹⁶³ Apud FREIRE, 2006. p. 253.

¹⁶⁴ A população de toda a capitania no ano de 1817, segundo Rubim, era de 24.585 almas, divididas em 3.729 fogos (casas). Apud RUBIM, 1840. p. 31.

¹⁶⁵ Vide Tabela 8, Capítulo 2.

Pela trajetória de um dos homens mais célebres da política capixaba colonial e imperial, é possível crer na formação, mesmo que modesta, de uma elite local fixada em terras do Espírito Santo.

Francisco Pinto Homem de Azevedo¹⁶⁶, homem dedicado à vida pública, com a ocupação de diversos cargos na Capitania e depois Província do Espírito Santo, exemplifica a existência de autoridades estabelecidas, e com poder administrativo na gerência política. Esse personagem, ilustre da história capixaba, possuía a patente de Capitão-mor das Ordenanças, fez às vezes de Juiz de Órfãos em processos abertos entre 1811 a 1814, além de possuidor de considerável fortuna; consolidava dessa maneira, uma rede de relações sociais com as mais distintas famílias. Muitas vezes, Francisco Pinto Homem de Azevedo, lançara mão de estratégias, como o casamento, para firmar alianças com os afortunados das principais famílias da elite local. Em seus dois casamentos e nos de suas filhas, nota-se a preferência pela reciprocidade, quanto ao estamento social em que foram contratados os matrimônios.

Quanto às formas de acumulação da fortuna do Capitão-mor, provavelmente, iniciou-se com o recebimento da herança de seu pai, Capitão Jose Pinto Homem de Azevedo¹⁶⁷ e, em seguida, pelo dote de casamento aferido por seu tio por afinidade, Gonçalo Pereira Porto de Sampaio¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Em algumas fontes, aparece a grafia Francisco Pinto Omem de Azevedo, no entanto, diz respeito à mesma pessoa, da mesma forma, para designar a família do mesmo, observaram-se duas variantes: Pinto Homem de Azevedo, e, Pinto Omem de Azevedo.

¹⁶⁷ Em 1781, Maria Pinta Ribeiro, viúva do Capitão Jose Pinto Homem de Azevedo, lançou mão de um Requerimento à Rainha Dona Maria I, pedindo provisão para ser tutora dos cinco filhos menores do casal. Diante da informação colhida do documento presente no Arquivo Histórico Ultramarino, vê-se que a família de Francisco Pinto Homem de Azevedo já se encontrava estabelecida no Espírito Santo na década de 1780. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 05, doc. 02.

¹⁶⁸ Em 1800, consta em um dos Ofícios do governado Silva Pontes, enviado ao Secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que o sítio de Itapoca, antes de propriedade de Gonçalo Pereira Porto de Sampaio, já o havia passado a seu sobrinho Francisco Pinto Homem de Azevedo. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 06, doc. 26, 38 – A. A Fazenda de Jucutuquara, onde encontra-se atualmente o Solar de Monjardim, também pertencia a Gonçalo Pereira Porto de Sampaio, na metade do século XVIII e ao término desse século, fora dada como dote de casamento a sua sobrinha Maria Pereira de Sampaio, quando contraiu matrimônio com Francisco Pinto Homem de Azevedo

Em 1818, conforme inventário de Maria Pereira de Sampaio¹⁶⁹, o viúvo Francisco Pinto Homem de Azevedo, inventariante do processo, constou ter o casal, uma fortuna avaliada em 27:963\$500 (vinte e sete contos, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos réis), o maior patrimônio encontrado na amostra dos 269 (duzentos e sessenta e nove) inventários estudados. O referido documento demonstra ser possuidor de 146 (cento e quarenta e seis) escravos, número não alcançado no restante do corpo documental, e que, juntamente com a identificação de duas fazendas dentre os demais bens, pode definir a principal fonte de renda de Pinto Homem de Azevedo, aquela ligada à terra, estando localizado na Tabela 3, como um dos dois fazendeiros encontrados nos processos.

Quanto à escravaria, compunha-se de várias famílias: 27 (vinte e sete) casais e 56 (cinquenta e seis) filhos distribuídos entre eles, ou seja, 110 (cento e dez) cativos (75,34% do total da escravaria) possuíam vínculos parentais que os fixavam também, de forma simbólica, no âmbito que habitavam. Nesta escravaria, os filhos dos cativos foram identificados a partir do laço paterno, o que pode significar uma reprodução, aliada aos vínculos matrimoniais entre os cativos, que sanava os problemas concernentes à reposição da mão-de-obra, principalmente nas propriedades fundiárias do inventariante.

Uma das Fazendas, a de Maruípe, região pertencente à freguesia da Vila da Vitória, com casa de vivenda e terras anexas, além de cercado e benfeitorias, foi avaliada em 1:000\$000 (um conto de réis). A outra, de nome Fazenda Jucutuquara, também próxima à sede da Vila, com suas terras anexas e circunvizinhas, cercado, casa de vivenda, engenho, moenda e algumas benfeitorias, onde se produzia não só açúcar, mas também, algodão, mamona, mandioca, cereais, gado, etc., foi avaliada em 2:400\$000 (dois contos, quatrocentos mil réis). A Fazenda Jucutuquara, compunha o dote quando das

¹⁶⁹ Em outras fontes, consta ser o nome da primeira esposa do Capitão-mor, Francisca Sampaio Porto, no entanto, ambas referem à mesma pessoa, aqui será mantido o nome encontrado no inventário. Consta ter, Francisco Pinto Homem de Azevedo, contraído segundas núpcias, já sexagenário, com a jovem filha de Accioli de Vasconcellos, primeiro presidente da Província, e que, Francisco Pinto Homem de Azevedo, ainda viveu mais uns trinta anos. Apud FREIRE, 2006. p. 274. Inventário de Maria Pereira de Sampaio – Caixa 18 – ano 1818.

núpcias do casal, oferecido por Gonçalo Pereira Porto de Sampaio, tio da noiva. Conforme a partilha dos bens no inventário, em 1818, as duas fazendas permaneceram em poder do viúvo meeiro, numa nítida estratégia de assegurar nas mãos do chefe da família, o domínio da principal fonte de renda. Mais tarde, a Fazenda Jucutuquara, viria a ser dote de casamento de uma de suas filhas, Anna Francisca Maria da Penha Homem de Azevedo, que contraiu núpcias com o Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, filho do Capitão-mor e antigo governador do Espírito Santo, Inácio João Monjardino. Anna viria a ser mãe do Barão de Monjadim, Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida¹⁷⁰.

Outra filha do Capitão-mor Francisco, de nome Manuela, casara com o Tenente Bernardino da Costa Sarmiento, o que demonstra a disposição daquele homem em firmar alianças mediante o casamento das filhas, disponibilizando para tanto, dotes consideráveis.

Além das fazendas, Francisco possuía vários outros bens rurais, entre eles, sítios, chácaras, terras e, até mesmo, duas ilhas, uma delas a do Boi.

Esse homem de cabedal possuía não somente bens rurais, mas também, imóveis na Vila da Vitória, como os quatro sobrados à Rua Pernambuco; as duas casas alugadas, uma na Rua da Bandeira e outra na Rua Grande; bem como, o sobrado de residência do inventariante, avaliado em 1:600\$000 (um conto, seiscentos mil réis); entre outros imóveis.

Pela relação dos bens, nota-se que a família Homem de Azevedo vivia de forma requintada, constando, além dos bens de raiz mencionados, vários móveis de jacarandá, muitas jóias e peças de prata – faqueiro, castiçais, jarro, etc. –, enfim, possuía *status*, proporcionado graças à variabilidade das fontes de renda, que conjugava o pecúlio estável proveniente dos ordenados do Capitão-mor e das rendas obtidas com a produção nas propriedades rurais, com os rendimentos advindos dos alugueis de imóveis urbanos. Mesmo não constando dívidas, passivas ou ativas, do inventário da senhora Maria Pereira

¹⁷⁰ Em 1924, após a morte do Barão de Monjardim, a fazenda foi desmembrada e denominada Vila de Monjardim, Chácara Barão de Monjardim e Solar de Monjardim.

de Sampaio, vê-se que, seu viúvo possuía todas as qualidades necessárias a configurar-se também, como atuante no mundo dos negócios; mesmo assim, não se deve desconsiderar a possibilidade do próprio Francisco administrar seus negócios, estando à frente das vendas dos frutos obtidos em suas fazendas.

No processo aberto em 1820, referente ao inventário de Dona Maria Pinta Ribeiro¹⁷¹, mãe de Francisco Pinto Homem de Azevedo, esse também fora inventariante de considerável fortuna. Mas, é no testamento de Dona Maria que se encontra o perfil da família em análise. Conforme segue:

Traslado do Testamento de Donna Pinta Ribeiro – Data 19 de setembro de 1819.

Declaro que sou natural desta Vila, filha legítima do Capitão-mor Manoel Pinto Ribeiro e de Donna Ignês Pereira de Sampaio, já falecidos. Fui casada com o Capitão Jose Pinto Omem de Azevedo (falecido) e do meu matrimônio existem vários filhos: o Capitão-mor Francisco Pinto Omem de Azevedo, o Tenente Manoel Pinto Omem de Azevedo, Jose Pinto Omem de Azevedo e Anna Clara de Azevedo.¹⁷²

Do disposto, averigua-se que, Francisco Pinto Homem de Azevedo, nasceu na Capitania do Espírito Santo, herdando de seu pai e de seu avô materno, o prestígio que o investiria na carreira militar e política. O mesmo ocorrera com seu irmão Manoel.

Quanto aos bens materiais, Dona Maria ao falecer, deixara para os filhos um patrimônio de 4:895\$020 (quatro contos, oitocentos e noventa e cinco mil, vinte réis). Patrimônio esse, bem diversificado, formado por 10 (dez) escravos, jóias, móveis, prataria e bens de raiz, divididos entre os quatro filhos e as disposições do Testamento da inventariada. A falecida possuía 11 (onze) imóveis urbanos que totalizaram a quantia de 3:250\$000 (três contos, duzentos e cinqüenta mil réis), ou seja, aproximadamente, 67% da riqueza de Dona Maria eram compostas por imóveis na Vila da Vitória, o que permite dizer que, a exemplo do seu filho, ela também mantinha rendas provenientes no aluguel de casas. Seu patrimônio rural, constituído por uma chácara, diversos quinhões de terras

¹⁷¹ Caixa 20 – ano 1820.

¹⁷² Testamento anexo ao Inventário – Caixa 20 – ano 1820

e plantações de café, hortaliças, árvores frutíferas e outras lavouras; equivalia, segundo os avaliadores, à quantia de 313\$900 (trezentos e treze mil, novecentos réis), apenas 6,41% do arrolamento feito. Parece justificável diante do exposto, confirmar a forma de subsistência de Maria Pinta Ribeiro ser os imóveis que mantinha no ambiente urbano.

O outro fazendeiro encontrado na amostra, também detinha patente militar. O Capitão Ignácio Pereira Barcellos¹⁷³ faleceu aos 25 de maio de 1815, e seu inventário foi regido pela viúva, Francisca Barboza Xavier. O patrimônio do casal somava 18:031\$718 (dezoito contos, trinta e um mil, setecentos e dezoito réis), terceira maior fortuna presente nos documentos cartoriais. O Capitão Ignácio detinha a segunda maior escravaria com 119 (cento e dezenove) cativos, separados entre os empregues na Vila e os da fazenda. Entre os 19 (dezenove) escravos mantidos no meio urbano, quatro possuíam ofícios – dois sapateiros, um pedreiro e um carpinteiro –; enquanto o restante da escravaria vivia na fazenda, concentrada na produção de cana, roças de mandioca e criação de gado bovino, eqüino e caprino, além do trabalho no engenho de produzir açúcar.

Da mesma forma observada anteriormente, a maior parte dos escravos possuíam vínculos familiares entre si, como o casal Antonio e Anastácia: ele originário de Angola, com 52 anos, e, ela crioula com 50 anos. Consta ter o citado casal quatro filhas com idades entre 03 e 25 anos. A filha mais velha de Antonio e Anastácia, Anna, aos 25 anos possuía sua própria prole formada por quatro filhos: Angélica, Serafim, Adam e Antonia, com idades de 14, 05, 03 e 04 anos, respectivamente. Na partilha dos bens, apenas Angélica, filha mais velha de Anna, não permanecera com o mesmo dono, os demais passaram a pertencer à viúva meeira, enquanto Angélica integrou a herança de Jose Barboza Pereira, filho do inventariado.

Manter unida as famílias de escravos quando das distribuições dos bens inventariados, apresenta-se como uma regra, na maioria dos casos observados, até porque, tal estratégia exemplifica a existência de relações

¹⁷³ Caixa 15 – ano 1815.

entre senhor e escravo, garantidoras da continuidade quanto à reprodução em cativeiro, além de amenizar a ocorrência de eventuais fugas. Na medida em que o escravo criava laços afetivos estáveis no ambiente em que se encontrava, experimentava brechas de liberdade para conduzir suas próprias relações familiares.

Em relação à posse imobiliária, o Capitão Ignácio Pereira mantinha 21(vinte e um) imóveis na Vila da Vitória, entre os quais: terrenos, casas e sobrados. Como o sobrado de sua residência, na Rua Grande, avaliado em 1:200\$000 (um conto, duzentos mil réis) e outro sobrado, no valor de 1:000\$000 (um conto de réis). Mas, a concentração de seus imóveis estava mesmo entre a Rua da Praia e o Porto da Lancha, com 16 (dezesseis) propriedades nesta região; além dos três lances de chãos na Rua da Capixaba. Ao contrário do Capitão-mor Francisco, o Capitão Ignácio possuía alguns investimentos financeiros concernentes a empréstimos concedidos mediante cobrança de juros. A família Barcellos também ostentava uma vida compatível à fortuna que possuía, com mobiliário de madeira de lei, várias jóias e peças de prata.

Ambos os fazendeiros eram proprietários de extensa escravaria, senhores de engenhos; empenhavam-se em produzir gêneros diversificados – lavouras de alimentos, criação de gado, etc.; além de figurarem como personagens influentes no meio político.

Proferida a constatação das fortunas dos dois fazendeiros identificados, conclui-se que, o consumo de produtos mais requintados acabava por celebrar a posição social das famílias tradicionais e ligadas à elite local; muitas das vezes, com estreita ligação com a produção rural. As informações, referentes aos dois fazendeiros, expressam a correlação e dependência entre, a manutenção patrimonial e o prestígio social. Diante do contexto colonial, do início do século XIX, a diversificação de rendas servia como forma de manutenção e ampliação das fortunas, ao passo que, a terra continuava a simbolizar a importância dos proprietários perante a sociedade.

TABELA 10
Fonte de Renda – Engenhos

ANO	INVENTARIADO	INVENTARIANTE	CAPITAL DO ENGENHO*	MONTE-MOR
1795	Manoel de Freitas Sá	Anna Roza de Jesus	321\$667	848\$000
1801	Luzia Gomes Rangel	Luciano Pereira Porto	72\$000	1:314\$580
1801	Raphael Maxado Fraga	Francisco Pereira Pinto	868\$400	9:533\$655
1802	João Pereira de Jesus	José da Rocha Coutinho	346\$760	1:410\$060
1804	Silvestre Fernandez Gato	Clara Maria	213\$160	1:584\$310
1805	Antonio Correa de Andrade	Thereza de Jesus Maria	390\$150	3:949\$540
1805	Clara Maria	Ignácio de Barcellos Pereira	419\$120	1:484\$828
1805	José Freire de Andrade	Francisca da Silva de Aguiar	43\$560	1:674\$180
1810	Antonio Ribeiro de Lírio	Ignacia Maria de Jesus	103\$480	1:147\$730
1810	João Gonçalves da Costa	Mathias da Silva Borges	367\$720	4:077\$787
1812	Francisca Nunez do Amaral	Manoel Teixeira de Almeida	75\$000	764\$100
1817	Francisco Jose de Lima	Vitoria Maria de Jesus	298\$480	3:323\$360
1819	Luciano Pereira Porto	Joanna Maria de Jesus	575\$800	2:077\$172
1820	Manoel Ferreira dos Passos	Anna Maria da Conceição	128\$640	1:418\$007
1820	Manoel Nunez Ribeiro	Francisco Nunez Ribeiro	196\$340	3:051\$030
1820	Antonio Pinto Pereira	Luiza Maria da Assumpção	427\$140	2:218\$066
TOTAL			4:847\$417	39:876\$405

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. *Valor correspondente à avaliação da armação e casa do engenho, cobres, carros, canaviais, açúcar em espécie, etc.

Diversificar as fontes de rendas parece não ter sido uma característica exclusiva dos homens de cabedais, como foi o caso dos fazendeiros. Como já vista, a Tabela 8, demonstra a presença de 75 (setenta e cinco) engenhos, engenhocas e ou alambiques, entre os patrimônios capixabas, no entanto, quando qualitativamente analisados, em apenas 16 (dezesesseis) inventários –

Tabela 3 –, pode-se considerar os engenhos de fabricar açúcar, como principal fonte de renda familiar. A Tabela 10 traz a relação das dezesseis famílias caracterizadas por possuir, como principal fonte de renda, os engenhos de açúcar.

A Tabela 10 informa os processos em que se averigua a produção do açúcar como mecanismo de subsistência, além de levantar o quanto foi investido na mesma. Pelos dados em conjunto, aproximadamente, 12,15% dos montes-mores, foi direcionado pelos senhores de engenho na fabricação do açúcar, o que indica ter os mesmos outras formas de subsistência, aliada ao produto-rei. Observa-se também, pela tabela, o baixo valor despendido no custeio do engenho; na manutenção era preciso um patrimônio superior a meio conto de réis (500\$000), no entanto, com quantias ínfimas de menos de 50\$000 (cinquenta mil réis) poder-se-ia iniciar tal empreendimento.

Em 1801, com 72\$000 (setenta e dois mil réis), Luciano Pereira Porto¹⁷⁴ possuía bens como: formas de receber açúcar, caldeira de cobre, moendas de fabricar açúcar, alguns bois; investimento feito em sociedade. Não obstante, mantinha Luciano, em seu imóvel rural, a produção de farinha que lhe custava 51\$880 (cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta réis) divididos entre as covas de mandioca e ferramentas utilizadas na lavoura.

Dezoito anos mais tarde, em 1819, quando do falecimento de Luciano Pereira Porto¹⁷⁵, este configurou como único dono de um engenho avaliado, com seus pertences, em 575\$800 (quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos réis), valor quase oito vezes maior do que a sua primeira iniciativa em produzir açúcar. Aliado ao desenvolvimento de seu engenho, Luciano possuía, quando de sua morte, 25 escravos. Quanto aos meios de sua subsistência, naquele momento, centravam-se na produção do açúcar, o que não o impediu de manter a fábrica de farinha. Os produtos obtidos no meio rural eram

¹⁷⁴ Inventário de Luzia Gomes Rangel, primeira esposa de Luciano Pereira Porto, inventariante do mesmo. No processo além dos bens relacionados ao investimento feito no engenho e na produção de farinha, foram arrolados nove escravos que juntos, correspondiam a 977\$400 (novecentos e setenta e sete mil, quatrocentos réis), equivalente a 74,35% da riqueza do casal. Caixa 2 – ano 1801.

¹⁷⁵ Caixa 19 – ano 1819.

transportados por canoa até a Vila da Vitória, onde Luciano mantinha uma casa na Rua da Praia, facilitando assim, a negociação de suas mercadorias – açúcar e farinha.

Clara Maria¹⁷⁶, ao assumir o engenho de seu marido, o Capitão Silvestre Fernandes Gato¹⁷⁷, também obteve sucesso, só que, em menor tempo.

Dos bens arrolados no inventário de Silvestre Fernandes, coube à viúva 792\$155 (setecentos e noventa e dois mil, cento e cinqüenta e cinco réis), metade do monte-mor partível. Para Clara Maria ficaram os bens rurais entre os quais o engenho completo, o gado, os canaviais e 06 (seis) dos 13 (treze) escravos. Um ano mais tarde, seus bens foram avaliados em 1:484\$828 (um conto, quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte e oito réis), mesmo que descontadas as dívidas, o patrimônio de Clara Maria alcançava a soma de 1:095\$053 (um conto, noventa e cinco mil, cinqüenta e três réis), o que representava um aumento no pecúlio deixado por seu marido.

A viúva continuou os negócios, envolvendo a produção do açúcar, com incremento na criação de animais bovinos, suínos e ovinos. Sua escravaria aumentou para 11 (onze) cativos, e, seu engenho estava em plena produção, quando veio a falecer; constando dentre seus bens, 06 (seis) arrobas de açúcar branco, 06 (seis) arrobas de mascavo e 02 (duas) arrobas de açúcar batido.

Mais sucesso obteve Raphael Maxado Fraga¹⁷⁸, ao diversificar seus investimentos. Raphael, quando de sua morte, mantinha considerável fortuna, 9:533\$655 (nove contos, quinhentos e trinta e três mil, seiscentos e cinqüenta e cinco réis), empregada no engenho, escravaria com 54 (cinqüenta e quatro) cativos, criação de gado para utilização no engenho e na produção de farinha, além dos destinados a reprodução do rebanho.

O Capitão Manoel Nunes Ribeiro¹⁷⁹, apesar do pequeno subsídio empregado no engenho, 196\$340 (cento e noventa e seis mil, trezentos e quarenta réis),

¹⁷⁶ Caixa 5 – ano 1805.

¹⁷⁷ Caixa 5 – ano 1804.

¹⁷⁸ Caixa 2 – ano 1801.

¹⁷⁹ Caixa 20 – ano 1820.

alí estava centrada sua fonte de renda. Fora o engenho, que produzia açúcar e aguardente, algum lucro desse Capitão, provinha da criação de gado. Fica visível a preferência pelo gado bovino, como complemento das rendas dos modestos senhores de engenho, estabelecidos nos limites da Vila da Vitória, nos anos de 1790 a 1821.

Diante dos exemplos e dados da última tabela, levanta-se, a possibilidade dos baixos investimentos corresponderem a uma produção de açúcar quase artesanal e com retorno insuficiente, exigindo, dos senhores de pequenos engenhos, outras fontes de rendas como complemento no sustento de suas famílias, como lavouras diversas e criação de gado. Em todos os 16 (dezesseis) casos, observou-se, em apenas 02 (dois), a concentração dos bens apenas na produção de açúcar.

Foi o que ocorrera com João Pereira de Jesus¹⁸⁰, além do engenho, possuía 08 (oito) escravos e 11 (onze) cabeças de gado. No entanto, aproximadamente 70% do seu patrimônio estavam vinculados ao engenho, além de ser sua única fonte de renda. João possuía dívidas tanto com credores locais quanto com indivíduos estabelecidos na sede do reino português. Do seu monte-mor, 1:410\$060 (um conto, quatrocentos e dez mil, sessenta réis), mais de 80%, 1:158\$287 (um conto, cento e cinqüenta e oito mil, duzentos e oitenta e sete réis), foi direcionado ao pagamento das dívidas feita pelo inventariado em vida.

O outro dono de engenho, que concentrou suas rendas na produção açucareira, foi Manoel Ferreira dos Passos¹⁸¹, que faleceu com 25 anos de idade e deixando uma pesada dívida, decorrente ao intento de constituir seu próprio engenho. Sua viúva, Anna Maria, assim dispôs:

Manoel Ferreira dos Passos falecera em abril de 1820 e era natural desta Vila (Vitória) e não fizera testamento por morrer de uma facada que lhe dera seu irmão chamado Joaquim dos Passos e que quando ele morrera, ela inventariante ficara grávida e que agora parira um menino (Manoel). Inventário de Manoel Ferreira dos Passos.¹⁸²

¹⁸⁰ Caixa 2 – ano 1802.

¹⁸¹ Caixa 20 – ano 1820.

¹⁸² Caixa 20 – ano 1820.

A morte precoce impediu que Manoel Ferreira usufruísse de seu engenho ou quitasse suas dívidas, contraídas com a constituição do mesmo. Anos antes, Manoel recebeu, em conjunto com seu irmão Joaquim, um sítio na Vargem com algumas benfeitorias, o que propiciou a formação da sociedade entre eles.¹⁸³ Acrescenta-se que a esposa, Anna Maria, também recebera em 1817, uma herança pela morte de sua mãe, Joanna Maria da Penha¹⁸⁴, no valor de 358\$334 (trezentos e cinqüenta e oito mil, trezentos e trinta e quatro réis). Ao receberem estas heranças, o casal deu início à vida conjugal ambicionando a elevação do *status* econômico, contraindo dívidas para adquirir meios de fundar o engenho de açúcar, desta vez sem estar vinculado ao irmão.

Entre os bens de Manoel Ferreira, constava uma propriedade rural, onde ele estabeleceu a fabricação do açúcar e a criação de gado, bens ausentes nas heranças recebidas pelo casal, e que, possivelmente, foram adquiridos mediante o endividamento do inventariante. Pelo arrolamento das dívidas, 1:203\$858 (um conto, duzentos e três mil, oitocentos e cinqüenta e oito réis), 85% do monte-mor, grande parte, contraída junto a parentes, como João Pinto Ribeiro, pai de Anna Maria, que arranjava para o casal 321\$218 (trezentos e vinte e um mil, duzentos e dezoito réis), ou o valor concedido pela mãe de Manoel, 85\$400 (oitenta e cinco mil, quatrocentos réis), entre outros. Não obstante, apesar das dívidas, sem cobrança de juros, feitas junto a seu sogro e sua mãe, prevaleceram à cobrança de juros nos empréstimos concedidos ao falecido. Para a viúva e o filho, recém nascido, coube a divisão de 214\$149 (duzentos e quatorze mil, cento e quarenta e nove réis), o que fez Anna Maria, que tinha apenas 18 anos, voltar à tutela de seu pai, por não ter meios para seu sustento e de seu filho.

O exposto revela que, a segurança das fontes de renda vinculadas à terra, era relativa, pois, como em qualquer outro investimento, o retorno dependia de tempo hábil, para consolidação da produção, o que não ocorrera com Manoel

¹⁸³ Inventário de Jose Vieira dos Passos, os dois irmãos eram filhos do inventariado, coube a cada filho a soma de 137\$115 (cento e trinta e sete mil, cento e quinze réis) – cx. 11 – ano 1811.

¹⁸⁴ Caixa 17 – ano 1817.

Ferreira dos Passos, que além de concentrar suas riquezas em uma única fonte de subsistência, morreu precocemente, sem poder usufruir de seu investimento.

Quanto aos produtores de aguardente, atividade subsidiária ou não da fabricação de açúcar, em 22 (vinte e dois) processos (Tabela 3), consta ser a forma encontrada como fonte de renda de igual número de famílias. Da mesma maneira que os senhores de engenhos, produtores de aguardente dedicavam-se também a outras formas de rendas ligadas à terra, como incremento ao lucro do principal produto.

Antonio Pinto Rangel, quando deu andamento no inventário de sua esposa, Maria Madalena¹⁸⁵, especificou ser o casal possuidor de um patrimônio no valor de 2:126\$430 (dois contos, cento e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta réis). Pelo arrolamento feito, consta ser Antonio Pinto Rangel, possuidor de engenho com alambique, não estando presente entre os bens formas ou meios de purgar açúcar, o que leva a crer, ser o senhor Rangel, produtor de aguardente e dela sua família obter os meios de sobrevivência. O casal possuía também 17 (dezessete) escravos, uma roça de mandioca, algum gado e um pomar de frutas cítricas, o que permitia incrementar a renda familiar, em um patrimônio marcado pela posse exclusiva de bens rurais.

Os outros casos de produtores de aguardente seguem o perfil acima descrito. Suas posses variam entre 500\$000 (quinhentos mil réis) até, próximo, a 3:500\$000 (três contos, quinhentos mil réis), existindo inventários de donos de engenhocas, com fortuna inferior a meio conto de réis. Mesmo assim, donos de alambiques e engenhocas associavam, com a produção de vinho da terra e cachaça, as lavouras de algodão e de alimentos, e todos possuíam escravos.

Em 1828, já durante o Império do Brasil, o presidente Ignacio Accioli citou o número de fábricas dedicadas à produção de açúcar e aguardente.

Há do Reino vegetal tão somente as Fábricas de Açúcar, e de Destilar, e andarão por secenta (sessenta) e oito sendo a maior de cento e sincoenta (cinquenta) caixas de quarenta a

¹⁸⁵ Caixa 12 – ano 1812.

sincoenta arroubas, e as menores seis; a construção de Edifícios, e os processos para a cultura da Cana, e fabrico de Açucar (açúcar), e Agoardente (aguardente), hé (é) bem conhecido, e me dispensa de escreve-lo (descrevê-lo), especialmente não se diferençando, nem sobressahindo (sobressaindo) a practica (prática) uzual (usual).¹⁸⁶

Das informações colidas, percebe-se, que os donos de engenhos mencionados, seguiam o padrão estabelecido na colônia, numa escala reduzida, conforme as posses e contexto local.

Do dito, conclui-se que, as atividades subjacentes dos fazendeiros estavam vinculadas ao patrimônio imobiliário; dos senhores de engenho ao gado e; os donos de alambiques e engenhoca associavam a fabricação de aguardente, com os roçados de alimentos e algodão. A semelhança entre os três segmentos sociais mencionados ficava por conta do uso majoritário da mão-de-obra escrava no trabalho da terra. Outro fator, observado entre os fazendeiros, senhores de engenhos e engenhocas, foi a presença em seus inventários, quase que constante, de pequenas embarcações, atestando que, devido a configuração do território circunvizinho a Vila da Vitória, era através dos barcos, de pequeno porte, feito o transporte da produção agrícola até a Praça Mercantil.

3.2 – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: LONGE E PERTO DO CENTRO

A visão historiográfica tradicional acabou por privilegiar o estudo da economia do Brasil Colônia, dando demasiada importância aos produtos a serem exportados, até porque, esse era o eixo econômico que os próprios portugueses buscavam junto à empresa colonizadora.

Segundo Manuel Correia de Andrade¹⁸⁷, o povoamento do Brasil foi encarado como um meio de extrair riquezas não encontradas na Europa, portanto, justificável que, os portugueses dispensassem uma importância maior aos

¹⁸⁶ Apud VASCONCELLOS, 1978. p. 47. Grifo nosso.

¹⁸⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Pecuária e a Produção de Alimentos no Período Colonial*. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002. pp. 99/108.

produtos exportáveis do que àqueles destinados ao seu próprio consumo, pelo menos nos primeiros tempos do “descobrimento”.

Quando da fixação das *plantations*, voltadas para a agroexportação, na visão corrente dos trabalhos dedicados à história do abastecimento, é que, houve uma interiorização do território, por parte dos pequenos lavradores de alimentos e criadores de gado, apenas no sentido de suprir a necessidade alimentícia dos latifúndios.

Diferente de outras regiões da colônia, no Espírito Santo, a criação de animais e plantação das roças, se deram na faixa litorânea e, somente no século XIX, ocorreu a interiorização efetiva do território e, com ela, a expansão da lavoura.

Seja pelas dificuldades de expansão territorial para o interior, propiciadas por proibições régias e/ou ataques indígenas; ou pela dificuldade em se manter a cultura açucareira devido à instabilidade, quanto à manutenção de uma Alfândega operante para as exportações; a população estabelecida na costa do Espírito Santo acabou por encontrar, na diversificação das rendas, o mecanismo para o próprio abastecimento e as condições de consumo de gêneros importados. Assevera-se que, não se trata de uma lavoura voltada apenas para a subsistência local, mas sim, destinada também aos mercados consumidores da colônia.

Conforme os quadros abordados no Capítulo 2, referentes ao escoamento de alimentos para outros portos da colônia, constata-se ser, a produção de alimentos e algodão uma das principais atividades econômicas da Capitania do Espírito Santo em princípios do Oitocentos. Marcada pela pequena propriedade, com base no trabalho familiar e dos escravos no plantio de gêneros de subsistência, a produção agrícola dos capixabas acaba por inserir a Capitania como partícipe na economia do sistema colonial mesmo que periféricamente. Em determinados casos, as lavouras de subsistência denotam atividade alternativa a outras fontes de rendas, mas, no tocante a Capitania, esta se revela como a base econômica capixaba daquele momento.

A próxima tabela diz respeito à variabilidade de gêneros cultivados pelas famílias inventariadas nos 269 (duzentos e sessenta e nove) processos pesquisados.

TABELA 11

A Diversificação de Lavouras

TIPOS DE PLANTAÇÕES	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL ACUMULADO
Canavial	49	26,1	26,1
Algodão	44	23,4	49,5
Mandioca	50	26,6	76,1
Milho	11	5,9	81,9
Arroz	2	1,1	83,0
Feijão	4	2,1	85,1
Café	5	2,7	87,8
Frutas	23	12,2	100,0
TOTAL	188	100,0	

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Orfãos de Vitória, 1790-1821.

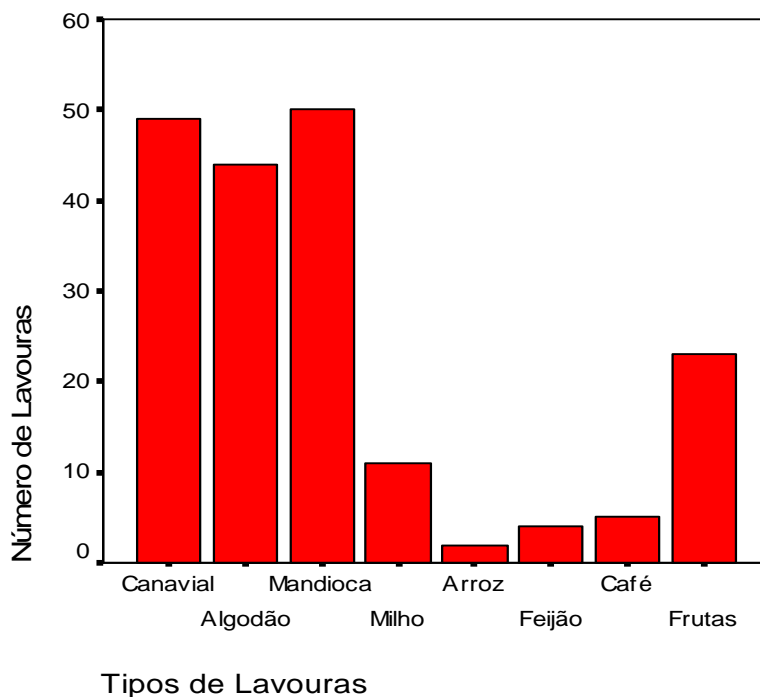
Não se trata de revelar a quantidade das plantações existentes em solo capixaba entre 1790 a 1821, até porque, os dados da Tabela 11 referendam uma amostra limitada da população existente na Capitania do Espírito Santo.

No entanto, a partir das informações obtidas, fica evidente a diversificação na agricultura e o equilíbrio entre os três principais produtos: mandioca, cana, algodão.

Outra questão que merece destaque é a de que, os documentos cartoriais dizem respeito à população da Vila da Vitória e da região circunvizinha. Ou seja, a amostra foi recolhida em 69 (sessenta e nove) inventários que possuíam este tipo de bem no arrolamento. O que significa, mais de um quarto dos processos investigados, do total de 269 (duzentos e sessenta e nove), constava entre o patrimônio, o cultivo de lavouras e roças destinado à comercialização e/ou consumo do proprietário, sendo que, em pelo menos 59 (cinquenta e nove) casos, dos presentes na Tabela 3, a base da renda familiar, dependia desta atividade.

Pelo Gráfico 1, elaborado com os mesmos dados da tabela anterior, visualiza-se não existir a predominância significativa de um produto sobre outro.

GRÁFICO 1



Do indígena, sitiantes e roceiros herdaram o cultivo da mandioca, do milho e do algodão. A respeito do algodão, em 1806, o governador Tovar enviara Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, Visconde de Anadia, informando a existência de três qualidades de sementes utilizadas no cultivo desse produto.

Tenho a honra de por na presença de V. Ex^a três amostras de algodão, sendo da primeira bolinha de um algodão que em fevereiro de 1805 fez semear algumas sementes, as quais pude alcançar do algodão vulgarmente denominado da Índia, a segunda de um algodão que apanhão (apanham) nas margens do Rio Doce em junho do presente ano, que julgo ser ainda restos das plantações dos primeiros habitantes daquele Rio, por achar ainda alguns pés de bananeiras, limoeiros, laranjeiras, etc., a terceira é a do algodão que colhem os lavradores desta capitania.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 08, doc. 13. Grifo nosso.

Ao celebrar a temática concernente à lavoura algodoeira, o governador expôs sua importância para os lavradores da Capitania, mesmo que, o fruto obtido, manufaturado ou não, fosse destinado ao abastecimento da colônia e não a exportação para a Metrópole. O mesmo se aplica aos demais produtos citados na tabela e no gráfico. A próxima tabela apresenta a faixa de fortuna das famílias que, diante da análise dos patrimônios, foram especificadas como dedicadas às lavouras e/ou às roças, como também, àquelas que tinham como fonte de renda a criação de animais.

Em determinados inventários não constam lavouras, mas, propriedades como roça ou sítio, bem como, ferramentas (machado, foice, enxada, roda de ralar mandioca, etc.) utilizadas para o trabalho rural. Tal identificação permite concluir que, nesses casos, há existência de trabalhadores a meia em propriedades de terceiros, ou mesmo que, quando do arrolamento patrimonial, as lavouras já haviam sido colhidas. Constatação que permite inseri-los como dedicados ao cultivo da terra, com fonte de renda principal vinculada à produção de víveres.

TABELA 12

Faixa de Monte-Mor – Lavradores e Criadores de Gado

FAIXA DE MONTE-MOR EM MIL RÉIS	PLANTAÇÕES DIVERSAS E/OU CRIAÇÃO DE GADO	ROÇA OU SÍTIO
0 -- 200	2	8
200 l-- 500	11	22
500 l-- 1000	20	18
1000 l-- 1500	9	10
1500 l-- 2000	4	4
2000 l-- 5000	11	1
5000 l-- 7500	2	0
TOTAL	59	63

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

Diante dos dados, tem-se que o patrimônio, dos lavradores com plantações próprias e, roceiros e sitiante, oscilava entre as sete primeiras faixas de fortunas encontradas nos 269 (duzentos e sessenta e nove) inventários, o que denota ser modesta a fortuna desses homens quando, comparados aos que

possuíam outras fontes de rendas como os negociantes e fazendeiros. Mesmo assim, os primeiros compartilhavam as mesmas estruturas que os últimos, o maior exemplo, trata-se da presença majoritária do escravo como mão-de-obra. Quanto à mão-de-obra despendida, nos inventários com lavouras, em apenas um não consta a presença de escravos entre os bens, os outros 58 (cinquenta e oito) somam 578 (quinhentos e setenta e oito) escravos que definem uma média aproximada de, 10 (dez) para cada um dos 59 (cinquenta e nove) lavradores. Ainda quanto ao número de escravos, 50% desses agricultores possuem até 06 (seis) cativos, e, os outros 50% número superior, os dados demonstram a utilização do escravo, ser uma constante, também na agricultura de subsistência.

Ao que se refere aos proprietários de roças e sítios sem identificação de plantação; em 05 (cinco) processos não foram arrolados cativos entre os bens; o restante dos 58 (cinquenta e oito) somou 346 (trezentos e quarenta e seis) identificações de escravos, numa média de 5,5 (cinco e meio) para cada um dos 63 (sessenta e três) roceiros, com 50% desses, com até 04 (quatro) cativos e os 50% restantes, possuíam número superior a 04 (quatro) escravos.

Assim sendo, 924 (novecentos e vinte e quatro) dos 2.131 (dois mil cento e trinta e um) escravos levantados pela leitura feita na documentação cartorial, quase a metade (43,35%) da mão-de-obra, estava empenhada na pequena lavoura de subsistência. Fato semelhante ao da capitania de Minas Gerais. João Fragoso relata que:

[...] na primeira metade do século XIX, a Capitania (de Minas Gerais) não concentrava o grosso de seus cativos em atividades de exportação, mas sim naquelas que destinavam ao abastecimento interno.¹⁸⁹

Fragoso também chama atenção que de 60% a 70% dos proprietários mineiros, excetuando os do Triângulo Mineiro, possuíam plantéis de até cinco cativos.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Apud FRAGOSO, 1998. p. 123. Grifo nosso.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 131.

Conclui-se que, prevaleceram entre os dedicados ao abastecimento da colônia, não somente no Espírito Santo, mas também em outras regiões, escravarias com menos de 06 (seis) cativos.

Poucas são as exceções para o exposto anteriormente. Em apenas dez processos com fonte de renda principal concernente às lavouras e/ou criação de animais, foi superior a 20 (vinte) escravos patrimoniados, no caso dos roceiros sem plantação, em apenas um inventário encontra-se 21 (vinte e um) cativos e os demais com inferior número desse bem.

Manoel da Silva Soares¹⁹¹, ao falecer, deixou significativo patrimônio avaliado em 6:410\$702 (seis contos, quatrocentos e dez mil, setecentos e dois réis) em bens. Manoel possuía considerável escravaria com 46 (quarenta e seis) cativos dedicados ao trabalho com o rebanho, que, quando da morte de seu senhor, era composto por 81 (oitenta e uma) cabeças de gado; como também se empenhavam no trabalho da fábrica de farinha e nas roças de mandioca e canaviais. Manoel não possuía entre seus bens qualquer menção a engenhos, engenhocas ou alambiques, o que pode significar a utilização de engenhos de terceiros mediante aluguel ou divisão da manufatura da cana.

No inventário de Francisco Pereira Pinto e de sua mulher, Maria da Conceição¹⁹², foram avaliados 29 (vinte e nove) escravos, em uma fortuna, que possuía a fonte de renda, nas lavouras de algodão, mandioca e frutas. Quando da sua morte, Francisco possuía uma fortuna de 2:683\$883 (dois contos, seiscentos e três mil, oitocentos e oitenta e três réis) totalmente vinculado ao ambiente rural, não constando em seu patrimônio, imóvel urbano. Subjacente às lavouras e produção de farinha, outra fonte de renda do casal inventariado, estava na criação de bovinos.

Um terceiro exemplo de lavrador, com considerável plantel de escravos, refere-se a Francisco Rodrigues Belmudez¹⁹³, que quando do seu falecimento deixou 27 (vinte e sete) cativos para seus herdeiros. Apesar de possuir um sobrado na

¹⁹¹ Caixa 13 – ano 1813.

¹⁹² Caixa 4 – ano 1804.

¹⁹³ Caixa 15 – ano 1815.

Vila da Vitória, Rua São Francisco, avaliado em 1:300\$000 (um conto, trezentos mil réis), o senhor Belmudez, mantinha sua residência numa casa com paredes de barro avaliada em 200\$000 (duzentos mil réis), a última, situada no sítio, onde o mesmo mantinha suas atividades econômicas. Com um monte-mor de 5:983\$372 (cinco contos, novecentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e dois réis), referente aos bens já citados e àqueles correspondentes à fonte de renda da família, quer seja, o cultivo da mandioca, do milho e do algodão, associado à criação de animais. O senhor Belmudez mantinha uma renda relativamente estável, mas com vida simples, voltada para o ambiente rural.

Em se tratando dos lavradores e roceiros com menos fortuna, ao comparar à dos inventariados com fonte de renda em outras atividades (comércio, engenhos, etc.), a base dos bens produtivos acabou por ser semelhante, com a presença quase que constante das rodas de ralar mandioca, machados, foices, enxadas, etc.; e mesmo, de eventuais canoas e carros de bois, destinados ao transporte dos frutos da terra. E, naqueles com identificação de lavouras, idênticos bens são arrolados, com o cultivo da terra própria, afigurando-se na principal atividade financeira dos inventariados e suas famílias.

Em conjunto, os 122 (cento e vinte e dois) inventários referentes aos lavradores, criadores de gado, roceiros e sitiantes; somam um montante de 130:753\$742 (cento e trinta contos, setecentos e cinquenta e três mil, setecentos e quarenta e dois réis), mais de 30% do total encontrado em todos os 269 (duzentos e sessenta e nove) processos, constatando-se assim, considerável participação econômica das pequenas fortunas no contexto capixaba daquela época.

Quanto às transações financeiras envolvendo empréstimos, estes homens juntos deviam 11:424\$864 (onze contos, quatrocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro réis), concernentes a pequenos créditos adquiridos e dívidas do funeral.

Revela-se aqui, semelhante diversificação presente também nas trajetórias dos senhores de engenho e engenhoca: a criação de gado. Não obstante, o destino dos animais serem distintos.

No engenho, a força animal acaba por ser empregada na produção interna, enquanto os produtores de alimentos utilizar-se-iam também da tração animal no trabalho e transporte da lavoura, mas, preferencialmente, como produto a ser comercializado. Com pequenos rebanhos era garantido o fornecimento de carne-verde para a população adjacente à Vila, com mais afinco que os demais criadores dedicados a outras atividades.

A semelhante constatação fez o presidente Vasconcellos em 1828:

Hua (uma) parte dos lavradores se emprega na criação do gado de diferentes espécies, de maneira que há na Província com pouca diferença oito mil cabeças de gado vacum, dos quis se mata semanalmente nos açougues 10. Nem huns são empregados na lavoura, mas do gênero masculino, que seram três mil e quinhentos se empregam mil e quinhentos em fábricas de Açúcar, e algumas conduções de carros. [...] O preço médio de hum boi hé 14\$rs (14\$000); e o seu pezo oito arrobas; o preço de hua vaca hé 12\$reis (12\$000), e seu pezo, seis arrobas.¹⁹⁴

Ou seja, o rebanho do Espírito Santo estava totalmente empregado na Capitania, seja na alimentação, ou no trabalho dos engenhos e transporte de mercadorias.

Com relação ao corpo documental cartorial, este infere sobre a presença de 1.485 (mil quatrocentos e oitenta e cinco) animais, Tabela 8, entre bovinos, eqüinos, suínos, caprinos e aves. Mas, a pecuária destacava-se como atividade alternativa ou subsidiária às outras formas produtivas.

Perante o dito, cabe chamar à atenção pela preferência em se investir na produção de frutos a serem escoados para outras regiões da colônia, como algodão, mandioca, milho, etc., em detrimento da criação de gado, visto que, o rebanho não chegava a ser suficiente para o consumo dos capixabas, necessitando, a Capitania importar de outros portos, o charque, como complemento da carne-verde produzida localmente.

¹⁹⁴ Apud VASCONCELLOS, 1978. p. 32/33. Grifo nosso.

3.3 – DE ESCRAVO A SINHÔ

Examinar as relações sociais que se estabelecem entre alforriados e homens livres, entre forros e escravos, é fazer verdadeira autópsia da sociedade brasileira dos séculos da escravidão.¹⁹⁵

No que me proponho a investigar, surgem questões, relacionadas à posição de indivíduos no meio social, que, quando consideradas apenas a classe social, não seria possível um total entendimento.

O exemplo mais comum seria definir o escravo, como propriedade e principal mão-de-obra, contudo, inserido em uma rede de relações que extrapola sua condição de cativo. Posso identificar, em dados qualitativos e quantitativos, conforme explorado até aqui que, os indivíduos pesquisados, acabaram por assumir diversas identidades sociais, congruentes e, até mesmo, antagônicas à posição social instituída, por exemplo, ao encontramos cativos como consumidores, devedores, profissionais especializados e mantendo relações familiares, ou seja, bens com participação nas relações sociais.

Este conhecimento propicia a compreensão dos mecanismos, pelos quais eram estabelecidas a convivência e as relações, perante as adversidades sociais, econômicas e políticas do objeto em pesquisa.

Na verdade, o que se torna visível, perceptível, não é a essência dos indivíduos, mas seu comportamento diante das variadas circunstâncias em que se defronta. Tais oportunidades propiciaram o desempenho dos diversos papéis que cada um exerce; como produto do processo histórico e cultural em que o indivíduo está inserido.

Assim sendo, com a análise dos inventários, destaca o escravo, como principal riqueza. Nos 269 (duzentos e sessenta e nove) inventários, um total de 2.131 (dois mil cento e trinta e um) escravos arrolados, numa média de 7,88 escravos por inventário, sendo que, em apenas 21 (vinte e um) documentos, não há

¹⁹⁵ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 219.

cativos patrimoniados. Na Tabela 13 encontram-se as medidas estatísticas concernentes à divisão da escravatura pelos inventários.

TABELA 13

Medidas Estatísticas – Número de Escravos nos Inventários

N	Inventários com escravos	248
	Inventários sem escravos	21
Média		7,88
Mediana		5,00
Percentis	25	2,00
	50	5,00
	75	8,50

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

A partir dos dados pode-se concluir que, no tocante aos cativos, esse tipo de propriedade totaliza uma mediana de 05 (cinco) por inventário, ou seja, 50% dos processos possuem até 05 (cinco) escravos e o restante, superior número. Para os 25% com menor escravaria, estes inventariados possuíam até 02 (dois) escravos, enquanto, os 25% com as maiores, detinham escravarias de 08 (oito) ou mais. Nos inventários, o número de cativos era bastante irregular e as escravarias consideradas modestas, quando comparadas àquelas dos grandes centros agroexportadores, apesar da presença de senhores com número substancial na suas escravarias.

Entretanto, mesmo com a alta concentração de renda, observa-se a posse de escravos em mais de 90% das fortunas avaliadas entre 1790 a 1821, o que denota a utilização deste bem pela maior parte das famílias estudadas, independente do poder econômico. Bem como, ajuda a esclarecer aspectos da escravidão durante o Período Colonial, admitindo ser a mão-de-obra escrava disseminada pela colônia brasileira, incluindo naquelas regiões que se ligavam à produção de víveres, a exemplo da Capitania do Espírito Santo, que nas primeiras décadas do Oitocentos, voltava-se para o abastecimento interno do Brasil.

TABELA 14

Número de Escravos nos Inventários (1790 a 1821)

NÚMERO DE ESCRAVOS	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL ACUMULADO
----	21	7,8	7,8	7,8
1	31	11,5	11,5	19,3
2	24	8,9	8,9	28,3
3	31	11,5	11,5	39,8
4	26	9,7	9,7	49,4
5	22	8,2	8,2	57,6
6	13	4,8	4,8	62,5
7	22	8,2	8,2	70,6
8	12	4,5	4,5	75,1
9	4	1,5	1,5	76,6
10	12	4,5	4,5	81,0
11	5	1,9	1,9	82,9
12	4	1,5	1,5	84,4
13	5	1,9	1,9	86,2
14	3	1,1	1,1	87,4
15	2	0,7	0,7	88,1
16	2	0,7	0,7	88,8
17	3	1,1	1,1	90,0
18	3	1,1	1,1	91,1
19	2	0,7	0,7	91,8
20	1	0,4	0,4	92,2
21	3	1,1	1,1	93,3
22	2	0,7	0,7	94,1
23	3	1,1	1,1	95,2
24	1	0,4	0,4	95,5
25	1	0,4	0,4	95,9
27	2	0,7	0,7	96,7
29	2	0,7	0,7	97,4
32	1	0,4	0,4	97,8
37	1	0,4	0,4	98,1
43	1	0,4	0,4	98,5
46	1	0,4	0,4	98,9
54	1	0,4	0,4	99,3
119	1	0,4	0,4	99,6
146	1	0,4	0,4	100,0
TOTAL	269	100,0	100,0	

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

Pela análise da Tabela 14, fica evidente a irregularidade das escravarias constantes nos inventários. Mesmo estando presentes, na maioria dos processos, os dados revelam, de certa forma, ser decrescente o número de inventários quando aumenta o número de escravos.

Tal observação fica mais evidente, quando o número de escravos é superior a 20 (vinte), mesmo assim, a referida característica não impedia o uso da mão-de-obra cativa em todos os setores da sociedade.

Da tabela acima, verifica-se que, apenas dois proprietários detinham mais de 100 (cem) escravos, mesmo assim, a presença, na maioria dos processos, acabou por viabilizar uma produção voltada para o mercado, desempenhada por sitiantes e roceiros, destinada à comercialização interna e externa à Capitania.

Supondo que a média, aproximada, de 08 (oito) escravos por proprietário, conforme a Tabela 13, fosse a padrão para a Capitania capixaba, nos mesmos anos da consulta (1790 a 1821), chegar-se-ia a uma semelhança com as demais regiões da colônia, que se dedicavam ao abastecimento interno e, em alguns casos, com superioridade numérica.

Diante do quadro socioeconômico levantado até aqui e a constatação da presença de cativos na maioria dos processos cartoriais, parece coerente crer que, o Espírito Santo coadunava com as demais regiões do Brasil, em termos de dependência da mão-de-obra escrava em todos os setores produtivos.

Quanto ao valor despendido pelos capixabas, ao adquirirem a mão-de-obra, de acordo com a próxima tabela, nota-se que, mais da metade dos escravos avaliados (51,5%), possuíam valores entre 100\$000 (cem mil réis) a 200\$000 (duzentos mil réis), faixa em que concentrava a maioria dos escravos aptos ao trabalho; enquanto, porcentagem semelhante (47,6%) correspondia à somatória das duas primeiras faixas de valores, onde se concentravam, primordialmente, velhos, crianças e doentes, características que acabavam por diminuir o valor do bem, por conta da pouca utilidade para o trabalho destes escravos.

E, para se obter uma avaliação entre 200\$000 (duzentos mil réis) a 500\$000 (quinhentos mil réis), era preciso o escravo acumular qualidades como: idade produtiva, ofício, profissão, ou mesmo, uma capacidade reprodutora.

TABELA 15

Faixa de Valores em Réis dos Escravos

FAIXA DE VALORES EM RÉIS	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL ACUMULADO
0 – 50\$000	468	22,0	22,0
50\$000 I—100\$000	547	25,7	47,6
100\$000 I—200\$000	1.097	51,5	99,1
200\$000 I—500\$000	16	0,8	99,9
Nada Consta	1	0,0	99,9
Ilegível	2	0,1	100,0
TOTAL	2.131	100,0	

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

Em 1800, o governador Silva Pontes adotou, como sua primeira medida, a busca de cativos rebelados e já estabelecidos no sítio de Itapoca, propriedade de Francisco Pinto Homem de Azevedo.

No ensejo de informar suas primeiras medidas como governador do Espírito Santo, Silva Pontes, discorreu também, sobre os motivos dos altos preços cobrados na aquisição da propriedade cativa, impedindo assim, o incremento da empresa colonizadora portuguesa.

[...] Este foi o primeiro passo por julgar a propriedade dos escravos de maior importância e portanto, a optei com preferência a todas as outras urgências do Estado. Sendo somente a refletir que o escravo (os escravos) nesta colônia se achão (acham) extremamente caros a proporção dos interesses que produzem, sendo o atual motivo da sua carestia a enorme exportação, que se faz da Bahia para Monte Videu (Montevideú) e Buenos Aires dos escravos Mina. Eu tenho a honra de ter sido testemunha de que V. Ex.^a desaprova este comercio (comércio) não obstante a forma de pesos duros que ele tem feito cunhar na casa da Moeda da Bahia. São (Se) bem ouvi sempre do Senhor Martinho de Melo, que Deus tinha a Glória, e provar energicamente o interesse que [nos] pudesse provir por sem monte meio, que aumenta os braços de um vizinho, sempre ambicioso (ambicioso), contudo, o negocio da escravatura, para as colônias espanholas, está como devasso,

assim na Bahia, como no Rio de Janeiro, segundo asseveram os comandantes desta Praça [da Vila da Victoria]. Outro motivo é que a liberdade testamentária de munirem todos os escravos como legado Pio, sendo sucedido ficarem livres escravos, que não eram ainda batizados e todos estes depois de livres abandonam a agricultura, e se dão a uma espécie de trafico de revendas dos frutos, que descem das Roças, e ficam portanto, uns braços inúteis. A lei Romana, que coabitou as manumissões (manumissões) testamentárias, devia ter em vista semelhante objetivo. Isto é o que se me figura ponderar sobre a dita liberdade testamentária. E porque sendo a manumissão (manimussão) assim legada, sua doação causa mortes, parece conveniente ao serviço de Sua Alteza Real o dirigir estes legados de modo, que [deixarão] sobre alguns anos de serviço, em que também tenham (tenham) adquirido a educação cristã e civil os indivíduos sobre que se cabe a referida doação. [...]. Vila da Victoria, 20 de maio de 1800.¹⁹⁶

Diante do transcrito, uma das motivações para a escassez de cativos nas lavouras, levantadas pelo governador, diz respeito à manutenção das exportações de escravos para a colônia espanhola na América. Identifica Silva Pontes que, mesmo com a proibição de tal ação, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro, partiam embarcações com escravos destinados à Montevideu e à Buenos Aires, o que acarretava o aumento dos preços desta propriedade para os produtores estabelecidos na colônia portuguesa da América, por falta de oferta para compra.

Destarte, as reclamações quanto ao preço e carência deste tipo de propriedade, leva a crer que, afetara todo território brasileiro, de maneira distinta conforme cada região. Realmente, os cativos possuem avaliações superiores a outras categorias de bens, muitas vezes, sendo mais caros que propriedades rurais e/ou urbanas, e sua presença, no arrolamento, simbolizava o poder aquisitivo do inventariado, acima de tudo.

Outro fator, presente no Ofício, motivador da escassez de mão-de-obra escrava, diz respeito ao ato de se libertar escravos em testamentos. Atitude

¹⁹⁶ Ofício do Governador da Capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, a informar que, logo de sua posse como governador, fez diligências para recolher cativos rebelados no sítio de Itapoca, propriedade de Francisco Pinto Homem de Azevedo. Arquivo Histórico Ultramarino – CTA: AHU – Espírito Santo, cx. 08, doc. 13. Grifo nosso.

que deslocaria, do meio rural para o urbano, a principal mão-de-obra; além de inserir no ambiente da Vila da Vitória, indivíduos não adaptados à religião e à conduta civil estabelecida. Pelo documento, observa-se a preocupação do governador em manter os escravos na produção agrícola mesmo depois de alforriados, pedindo medidas do Estado Português, no sentido de controlar as manumissões e gerenciar, com educação e trabalho compulsório por tempo determinado, a entrada dos libertos em testamento na sociedade dos livres. Diante do exposto, tornar-se-á necessário a amostragem concernente ao destino dos escravos inventariados.

TABELA 16**Destino dos Escravos na Divisão Patrimonial**

HERDEIRO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL ACUMULADO
Viúva	386	18,1	18,1	18,1
Viúvo	381	17,9	17,9	36,0
Filho (a)	649	30,5	30,5	66,4
Genro	123	5,8	5,8	72,2
Neto (a)	38	1,8	1,8	74,0
Testamento	59	2,8	2,8	76,8
Pagamento de dívidas	157	7,4	7,4	84,1
Alforria	6	0,3	0,3	84,4
Forro em Testamento	48	2,3	2,3	86,7
Dote de Casamento	49	2,3	2,3	89,0
Venda para dividir	35	1,6	1,6	90,6
Em poder do Tesoureiro Fiscal	21	1,0	1,0	91,6
Irmão ou irmã	24	1,1	1,1	92,7
Sobrinho (a)	5	0,2	0,2	93,0
Em litígio	3	0,1	0,1	93,1
Inventariado	6	0,3	0,3	93,4
Inventariante	8	0,4	0,4	93,8
Documento Perdido	103	4,8	4,8	98,6
Nada Consta	30	1,4	1,4	100,0
TOTAL	2.131	100,0	100,0	

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

A série apresentada na Tabela 16 diz respeito à partilha dos escravos avaliados nos inventários de 1790 a 1821.

Percebe-se que, na maioria dos casos, este tipo de bem permanecia no seio familiar do inventariado, no entanto, uma diversidade de outros destinos para os escravos arrolados foi constatada com o conhecimento da partilha dos bens. Destaca-se que, este tipo de bem era partilhado, pelos herdeiros, isoladamente, mesmo assim, utilizava-se das relações estabelecidas entre os cativos e a família senhorial a que estavam ligados, para a manutenção das famílias escravas na partilha, o que acarretava que, na maioria dos casos, os escravos com parentescos eram destinados ao mesmo herdeiro.

Importante também, ressaltar as relações sociais estabelecidas com a utilização da escravaria. Consta o arrolamento de 49 (quarenta e nove) cativos, em dotes de casamentos, tratados como adiantamento de herança, que servia como atrativo dado pelos pais da noiva para consolidar uma aliança com o pretense noivo e sua família. Assim como, utilizava-se, preferencialmente, o escravo para saldar dívidas, resgatando as relações financeiras da família, em débito; além da presença daqueles vendidos, em Praça Pública, com a mesma finalidade, ou seja, quitar eventuais despesas e dívidas.

Ainda com relação à Tabela 16, informações obtidas, a partir de testamentos anexos aos inventários, denotam que, em 48 (quarenta e oito) casos, foi possível constatar ter o escravo sido beneficiado com a liberdade por seu senhor.

Os 59 (cinquenta e nove) escravos destinados pela partilha dos bens a cobrir as disposições do testamento, não se têm a certeza de quantos, deste número, foram contemplados com a liberdade, porque o testamento não estava junto ao documento de partilha, mesmo assim, leva-se a crer que considerável parcela deste número, pode ter alcançado a alforria. Além disso, 6 (seis) escravos que haviam comprado suas alforrias e permaneciam com seus donos, ganharam a liberdade quando do falecimento dos mesmos.

Exemplo notável da prática de concessão de alforrias, em testamentos, foi identificado no processo de Joanna Izabel Barboza¹⁹⁷, natural da Vila da Vitória, falecida em 07 de abril de 1820.

Dona Joanna faleceu no estado de solteira, sem herdeiros forçados, cabendo seus bens às disposições feitas em testamento pela dita testadora.

O patrimônio arrolado no processo atingiu a quantia de 4:211\$520 (quatro contos, duzentos e onze mil, quinhentos e vinte réis), dos quais 3:102\$200 (três contos, cento e dois mil, duzentos réis), corresponderam à soma das avaliações feitas dos 24 (vinte e quatro) escravos de Dona Joanna, definindo ser a principal fonte de renda da falecida, a relacionada com sua escravaria composta, basicamente, por mestiços que, em sua maioria, alcançaram sua alforria mediante designação deixada pela proprietária, em testamento.

Joanna Barboza definiu o destino de 18 (dezoito) dos seus escravos, mediante suas orientações testamentárias, dos quais, 09 (nove) receberam alforria, mas permaneceram “encostados” a seu irmão, o Reverendo Cônego da Vila de Vitória, Torquato Martinz de Araújo, o que atrelava a liberdade dos citados escravos, com a morte do Reverendo. De igual forma, 06 (seis) cativos tiveram suas liberdades vinculadas aos sobrinhos beneficiados pela testadora; enquanto 02 (dois) foram deixadas às ex-escravas: “[...] Deixo a dita Liberta Jenoveva, uma criolinha chamada Domingas e outra criolinha chamada Firmianna, a dita Liberta Luzia.”¹⁹⁸

Em apenas 01 (uma) alforria, Dona Joanna dispensou o uso de restrições para com a beneficiada: “[...] Deixo a minha escrava Engracia forra e liberta. Sem que lhe seja preciso outro Título, mas do que esta verba a qual poderá ir para onde quiser e lhe parecer [...]”¹⁹⁹

A estratégia adotada por Dona Joanna revela um subterfúgio muito aceito por senhores de escravos.

¹⁹⁷ Caixa 20 – ano 1820 – Testamento em anexo.

¹⁹⁸ Testamento de Joanna Izabel Barboza. Caixa 20 – ano 1820 – Testamento em anexo.

¹⁹⁹ Testamento de Joanna Izabel Barboza. Caixa 20 – ano 1820 – Testamento em anexo.

Por benevolência ao cativo, unida ao favorecimento dos entes queridos, a atitude de libertação testamentária, expõe, também, uma forma de negociação entre senhor e escravo, em que o último, compra sua liberdade e permanece atrelado ao primeiro e aos seus parentes, conforme determinação do proprietário expressa em testamento.

Mesmo sendo ínfima a porcentagem de 2,6% (Alforrias e Forro em Testamento) da escravaria sendo libertada após a morte de seu senhor e, em parte, por causa da elevada idade do cativo, a questão gerava descontentamento por parte do governador Silva Pontes, alegando o mesmo, ser um dos fatores para a escassez da mão-de-obra nas lavouras. Uma explicação para tal descontentamento fora dita pelo próprio governador e se refere à presença destes forros no ambiente urbano, dedicados à “revenda de frutos da terra”, o que, provavelmente, se tratava de uma prática sem controle do Governo e, conseqüentemente, sem ganhos para a Fazenda Real da Capitania.

Diante do exposto, acredito ser relevante especificar melhor o núcleo social dos cativos, por se tratarem de bens mais significativos inventariados, serem os responsáveis pela produção e por grande parte do consumo, visto que, os escravos representavam a maior parte da população²⁰⁰, além de muitos, assumirem a condição de escravo de ganho; fatores responsáveis pela inserção dos mesmos na lógica social e econômica do mundo dos homens livres.

Como demonstra a próxima tabela, a especialização de cativos fora identificada em 45 (quarenta e cinco) avaliações.

Os escravos com profissões demonstraram haver uma hierarquia entre o grupo social dos cativos. Além de caracterizar uma qualidade que gerava uma valorização superior aos escravos direcionados ao ambiente rural, a especialização, muitas vezes, acabava por propiciar a inserção, como escravo

²⁰⁰ Para Patrícia Merlo os escravos constituíam 60% da população capixaba no século XIX. MERLO, Patrícia Maria da Silva. *À Sombra da escravidão: Negócios e famílias escravas Vitória/ES – 1800 – 1830*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2003. Dissertação de Mestrado.

de ganho, garantindo ao cativo com profissão, maneiras de acumular um pecúlio na intenção de adquirir sua liberdade.

TABELA 17
Escravos com Profissão

PROFISSÕES	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL ACUMULADO
Ajudante de Ferreiro	1	0,0	2,2	2,2
Aprendiz de Carpinteiro	1	0,0	2,2	4,4
Costureira	3	0,1	6,7	11,1
Costureira e Rendeira	2	0,1	4,4	15,6
Lavrador	3	0,1	6,7	22,2
Marinheiro	1	0,0	2,2	24,4
Oficial de "Coilafoite"	1	0,0	2,2	26,7
Oficial de Barbeiro	1	0,0	2,2	28,9
Oficial de Carpinteiro	8	0,4	17,8	46,7
Oficial de Carpinteiro Entalhador	1	0,0	2,2	48,9
Oficial de Costureiro	1	0,0	2,2	51,1
Oficial de Ourives	1	0,0	2,2	53,3
Oficial de Pedreiro	3	0,1	6,7	60,0
Oficial de Sapateiro	8	0,4	17,8	77,8
Oficial de Tecelão	5	0,2	11,1	88,9
Parteira	1	0,0	2,2	91,1
Rendeira	3	0,1	6,7	97,8
Ofício de Alfaiate	1	0,0	2,2	100,0
Total de Escravos com Profissão	45	2,1	100,0	
Nada Consta	2.086	97,9		
TOTAL	2.131	100,0		

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

Ressalto que pude observar a concessão de crédito, nas lojas de secos e molhados, para escravos efetuarem compras a prazo, consolidando sua posição de consumidor; outro costume praticado era o do escravo assumir a condição de devedor, adquirindo empréstimos, em espécie, com homens livres. Atitude que confirma as informações da Tabela 17, sobre a presença de

escravos de ganho, com relações estabelecidas no ambiente dos homens livres, ou seja, pode-se inferir que, os escravos com profissões, acabavam por se encontrar em um estamento social intermediário entre o grupo social dos livres e dos escravos. Não obstante, o emprego em atividades especializadas representava outro fator que direcionava a mão-de-obra para o ambiente urbano, atitude mal vista pelo governador Silva Pontes, porque significava uma diminuição, ainda maior, dos braços no trabalho agrícola e, conseqüentemente, um menor rendimento aos cofres da Coroa Portuguesa.

No que concerne à origem, idade, sexo e relações familiares das escravarias em estudo, seguem-se algumas conclusões obtidas em relação às categorias, a que pertencia este importante segmento social durante o Período Colonial.

O mais interessante, porém, quando observada a tabela e os gráficos seguintes, refere-se às faixas etárias em que há um elevado número de escravos crioulos com idade de 0 a 15 anos, com a presença de 679 (seiscentos e setenta e nove) crioulos na primeira faixa etária. Número superior dos presentes na segunda faixa etária, de 15 a 46 anos, considerada esta em que os escravos possuíam idade produtiva, ou seja, eram, preferencialmente, utilizados no labor da colônia.

TABELA 18

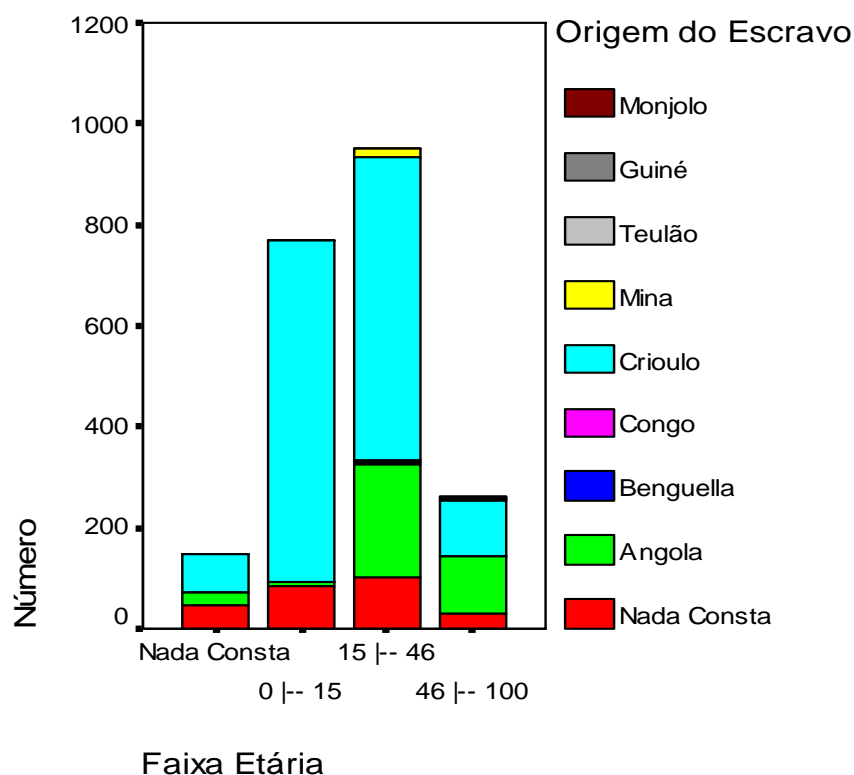
Divisão dos Escravos por Faixa Etária e Origem

ORIGEM DO ESCRAVO	FAIXA ETÁRIA			TOTAL
	0 -- 15	15 -- 46	46 -- 100	
Crioulo	679	600	111	1.390
Angola	8	224	114	346
Benguella	0	3	1	4
Congo	0	4	1	5
Mina	0	16	3	19
Teulão	0	0	1	1
Guiné	0	0	1	1
Monjolo	0	1	0	1
TOTAL*	687	848	232	1.767

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. *Referente aos números válidos.

GRÁFICO 2

Faixa Etária dos Escravos por Origem



Fica evidente, pela análise da Tabela 18 e do Gráfico 2, que a maioria dos escravos presentes nas fortunas entre 1790 a 1821, era crioula, ou seja, nascidos na colônia, seguidos pelos angolas, o que remete à tese de Manolo Florentino²⁰¹ sobre o abastecimento de africanos no sudeste brasileiro passar a ser feito entre o porto de Angola e o do Rio de Janeiro, no Oitocentos. A denominação “Angola” faz referência ao porto de embarque africano e não à etnia do escravo na África.

No caso dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro, predominavam os saídos pelos Portos de Luanda, Cabinda e Benguela, podendo estas nomenclaturas aparecer nas fontes como os inventários *post mortem*, ainda assim, não se trata de uma identidade assumida pelo africano e sim definida

²⁰¹ Apud FLORENTINO, 1997.

para a condição de escravo. Segundo Beatriz Callotti Mamigonian²⁰² a identificação étnica dos africanos, trazidos para o Brasil, depende do conhecimento do nome nativo desses, acrescenta-se que a identificação do escravo feita no porto de embarque sugere uma associação do tráfico ou dos colonizadores. Para a autora:

Na identificação étnica reside a chave para responder muitas questões da experiência africana na diáspora; os problemas teórico-metodológicos que ela suscita são centrais para esta área de estudo.²⁰³

O mesmo entrave, concernente à identidade étnica, ocorre com relação à chegada de africanos no Espírito Santo, devido à falta de fontes sobre o escoamento dos escravos importados pela colônia. Mesmo com a identificação dos Angolas como principal população africana, no Espírito Santo, poucas são as pesquisas sobre as rotas internas de abastecimento de cativos em terras capixaba.

A respeito da pertinência da temática de se conhecer as rotas de escoamentos dos escravos desembarcados no Brasil, Mamigonian²⁰⁴, assim expõe:

A exploração das rotas terrestres, marítimas de cabotagem ou ainda fluviais, para a investigação das rotas internas do tráfico de escravos por todo o país há de ser o tema mais promissor dentre os ainda pouco explorados nesta área. O hipotético mapa das 'rotas dos escravos' no Brasil seria completo com trabalhos acerca do tráfico atlântico conduzido a partir de pontos que não fossem o Rio de Janeiro e a Bahia, com suas respectivas rotas do tráfico interno.

A autora chama atenção para a necessidade de pesquisas sobre as rotas internas do tráfico de escravos no Brasil, até porque, como exposto no Capítulo 2, o conhecimento das rotas mercantis de abastecimento não informa sobre os caminhos dos escravos chegados em paragens como o Espírito Santo, muito menos as etnias dos africanos espalhados pela colônia.

²⁰² MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *África no Brasil*. mapa de uma área em expansão. Rio de Janeiro: Revista *Topoi*, Editora PPGHIS/ UFRJ/ Sette Letras, Jul-Dez de 2004. n. 9, v. 5. pp. 38/40.

²⁰³ *Ibidem*, p.39.

²⁰⁴ *Ibidem*, pp. 38/39.

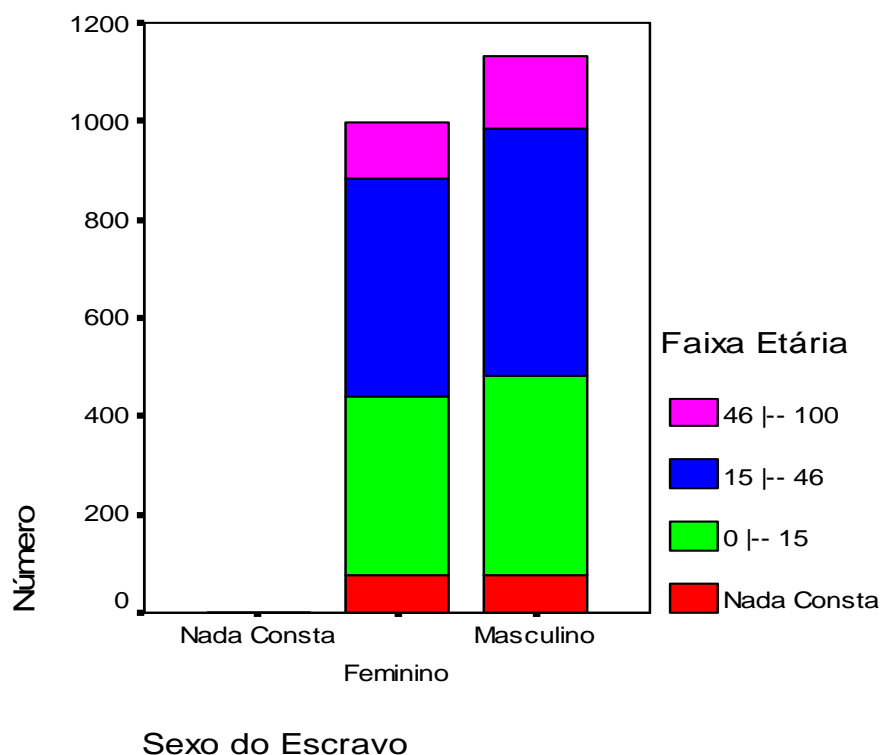
Em relação à denominação de angolas encontrada na documentação cartorial, esta evidencia a compra feita no porto do Rio de Janeiro, como já mencionado.

Conclui-se que, a presença de 248 (duzentos e quarenta e oito) africanos na segunda faixa etária do arrolamento inventariado, representando 11,63% da escravaria, evidencia a importação para o Espírito Santo de cativos desembarcados em portos de outras capitanias, destinados à reposição das escravarias. Reposição que não supre a diferença de crioulos entre as duas últimas faixas etárias, mesmo assim, apresenta indícios de ser a importação voltada ao aumento vegetativo das escravaturas capixabas, assim como, a reprodução em cativeiro.

O Gráfico 3 demonstra o equilíbrio entre os sexos da escravaria capixaba. Tais informações identificam a reprodução em cativeiro, cuja comprovação servirá de referência para uma longa historiografia que nega tal prática no Brasil.

GRÁFICO 3

Faixa Etária dos Escravos por Sexo



O equilíbrio entre homens e mulheres, nas escravarias, são indícios de uma reprodução em cativeiro voltada para o abastecimento interno da Capitania

capixaba que supria a necessidade local de mão-de-obra frente às restrições do mercado de abastecimento deste tipo de mercadoria. Ao trabalhar os dados quantitativos, em categorias que expõem relações familiares entre cativos, fica mais nítido o estabelecimento de laços parentais que agraciavam a continuidade e aumento das escravarias do Espírito Santo entre 1790 a 1821.

Pela análise da próxima tabela, chega-se ao número de 597 (quinhentos e noventa e sete) escravos com relações familiares estabelecidas, ou seja, pouco mais de um quarto do total de 2.131 (dois mil cento e trinta e um) escravos analisados possuíam vínculo familiar dentro da escravaria a que pertenciam.

A seqüência das famílias escravas era garantida quando da partilha dos bens, na maioria dos casos, mantinha-se a unidade entre pais e filhos em poder do mesmo herdeiro, o que demonstra ser uma forma de sociabilidade entre senhores e escravos.

O papel do senhor seria o de conceder e reconhecer a família escrava, mantendo seus membros juntos; enquanto o escravo estreitava seus vínculos afetivos com o ambiente em que se encontrava, além de, propiciar o aumento patrimonial de seu senhor, quando adquiria sua prole.

TABELA 19

Presença da Família Escrava nas Fortunas

PAPEL NA FAMÍLIA ESCRAVA	FAMÍLIAS DE ESCRAVOS		Total
	ES CRAVO (A) COM FAMÍLIA	NADA CONSTA	
Mãe	144	0	144
Pai	10	0	10
Filha	159	0	159
Filho	155	0	155
Avó	2	0	2
Avô	2	0	2
Casado (a)	120	0	120
Irmão ou irmã	5	0	5
Nada Consta	0	1.534	1.534
TOTAL	597	1.534	2.131

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

Da Tabela 19, nota-se a predominância das famílias matrilineares com 144 (cento e quarenta e quatro) escravas solteiras identificadas, com pelo menos um filho, fato que corrobora para a celeridade de miscigenação dos cativos quando confrontado com os dados referentes a mestiços (Tabela 20).

As uniões oficiais correspondem ao número significativo de 60 casamentos firmados entre cativos de mesma escravaria, além da identificação de outras relações parentais dentro das escravarias.

Nota-se da análise qualitativa, que em 04 (quatro) exceções, constatou-se a presença de três gerações de mesma família escrava, corroborando com a hipótese levantada, anteriormente, de ser um costume não separar os escravos com vínculos parentais consolidados.

Voltando às sociabilidades entre livres e cativos, a próxima tabela e gráfico, revelam outra faceta das relações de agentes sociais antagônicos, a miscigenação ocorrida em solo capixaba. A Tabela 20, produzida a partir de dados de classificação da escravaria, quando das avaliações para a confecção dos inventários, diz respeito à identificação da “cor” de escravos crioulos, ou seja, escravos mestiços devido à linhagem materna.

TABELA 20

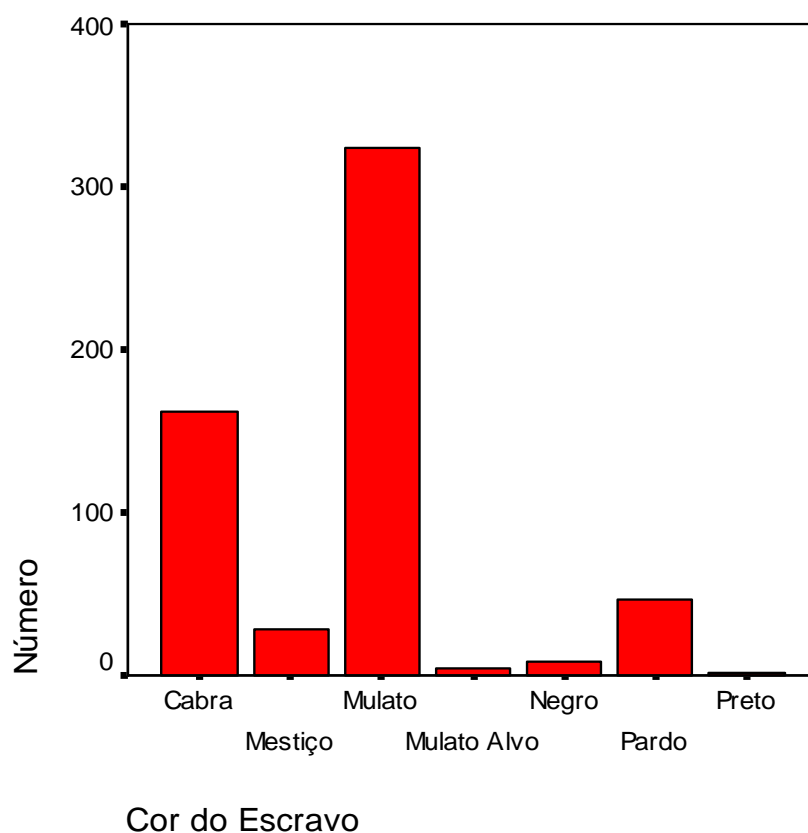
Miscigenação da Escravaria

IDENTIFICAÇÃO		FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL ACUMULADO
Válido	Cabra	162	7,6	28,2	28,2
	Mestiço	28	1,3	4,9	33,1
	Mulato	324	15,2	56,4	89,5
	Mulato Alvo	4	0,2	0,7	90,2
	Negro	9	0,4	1,6	91,8
	Pardo	46	2,2	8,0	99,8
	Preto	1	0,0	0,2	100,0
	Total	574	26,9	100,0	
	Nada Consta	1.557	73,1		
TOTAL		2.131	100,0		

Fonte: Inventários *post mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821.

GRÁFICO 4

Miscigenação da Escravidão – 1790 a 1821



O mulato predominou entre os mestiços presentes nos arrolamentos. Nota-se que 574 (quinhentos e setenta e quatro) escravos receberam titulação de “cor”, correspondendo, assim, a 29,9% do montante. A presença de mestiços configura o estabelecimento de relações afetivas entre cativas e homens livres no Espírito Santo. A título de exemplo, no inventário de Francisco Garcia Santiago²⁰⁵ consta em seu solene testamento a seguinte declaração:

Declarou Francisco Garcia Santiago, natural desta Vila da Victoria e filho legítimo de Cláudio Garcia e Antonia de Barroz, ambos falecidos; que quando casou com Maria da Conceição esta era cativa de Francisco de Andrade Santos, que a libertara da escravidão em que existia. Tive uma filha de nome Margarida, escrava de Manoel Gonçalves e casada com Marcelino Gómez, e depois de libertas (mãe e filha), tive os filhos que se achão (acham) vivos e são os seguintes –

²⁰⁵ Caixa 14 – ano 1814.

Joaquim, Manoel, Antonia casada com Fabiano de Cristo, Ignácio e Francisco.²⁰⁶

Tudo leva a crer, diante da declaração do testador, que o senhor Francisco nascera livre e contraíra núpcias com uma escrava que, provavelmente, teve sua liberdade comprada pelo marido. Mesmo declarando ser casado com uma ex-escrava, consta dos bens do senhor Francisco Garcia três escravos que juntos corresponderam a 281\$000 (duzentos e oitenta e um mil réis), em um patrimônio que somados todos os bens chega a 332\$860 (trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta réis). Portanto, o senhor Francisco estava inserido na lógica de sua época em que os bens mais preciosos seriam os cativos, sendo por isso sua posse sinônima de *status* social.

Relevante também, para a comprovação da dinâmica socioeconômica, é a constatação de inventários envolvendo ex-escravos, o que denota certa mobilidade entre os cativos e o reconhecimento da escravidão como instituição aceita, não somente pelos homens livres, mas também pelos escravos.

Luiza Ribeiro²⁰⁷ teve seu patrimônio arrolado em 08 de maio de 1815, falecida na condição de solteira, deixando um filho órfão de nome Manoel com doze anos, em poder de sua irmã Rita Maria. A inventariada Luiza Ribeiro foi identificada como mulher parda assim como sua irmã que fez as vezes de inventariante do arrolamento em que fez o seguinte pedido ao Juiz de Órfão responsável pela deliberação da partilha:

A inventariante pede para que a escrava Joaquina, filha da escrava Maria, não seja vendida, como foi determinado pelo Juiz, e que fique em poder da mesma para tratar do órfão e ganhar para este alimentar-se pois aquela (Rita Maria) é pobre como pode fazer tudo e manutenção (manutenção) do órfão está aprendendo o ofício de carpinteiro para quando for maior ter comigo cerralheria (serralheria) [...].²⁰⁸

²⁰⁶ Em testamentos de ex-escravos é comum a menção dos donos anteriores, no caso exposto, o senhor Francisco declarara apenas a condição de escrava vivenciada por sua mulher, podendo significar que o testador nascera livre. Caixa 14 – ano 1814 – Testamento anexo. Grifo nosso.

²⁰⁷ Caixa 15 – ano 1815.

²⁰⁸ Caixa 15 – ano 1815 – Petição de Rita Maria. Grifo nosso.

Mediante leitura do inventário da parda Luiza Ribeira, verifica-se que, o patrimônio da inventariada era composto por uma família de três gerações: avó, mãe e filho.

Em declaração, a inventariante Rita Maria alegou ser de sua propriedade a avó Maria; passando a constar no patrimônio apenas a filha e mãe Joaquina, mulata, com dezoito anos e seu filho, Justino de dois meses, neto de Maria. No caso referido, o Juiz de Órfãos deliberou a venda dos escravos, em Praça Pública, ficando o valor depositado em poder do Tesoureiro Fiscal até o órfão herdeiro ser maior de idade. Diante do ocorrido, a parda Rita Maria, tia do menor, alegou impossibilidade de prover seu sobrinho e pediu que a escrava Joaquina não fosse vendida, o que leva a crer ser a dita escrava de ganho, diante da alegação, que a mesma seria responsável em garantir o sustento da criança órfã.

Da mesma forma, no inventário de Meliano Rodrigues de Barcellos²⁰⁹, consta referência ao passado escravo do inventariado declarado em seu testamento: “Declaro que sou natural desta Vila da Vitória aqui cativo em outro tempo do Falecido Elias Teixeira [...]”²¹⁰. Como no exemplo anterior, o senhor Meliano, na condição de liberto, possuía uma escrava, que era seu principal bem.

Em mais três processos cartoriais arrolados no período da pesquisa, foi possível a observação de referência direta com o passado escravo por parte da família envolvida, em todos esses casos a expressão “pardo” prevalece na identificação do inventariante e ou inventariado em questão. Vale ainda ressaltar, que em apenas um dos inventários que diz respeito a libertos, a propriedade escrava não estava presente. Ou seja, dos 21 (vinte e um) processos que não apresentaram cativos nas fortunas, conforme Tabela 14, apenas um pode ser confirmado pertencer a ex-escravo.

Eis, portanto, a lógica perversa da sociedade escravista. Tão logo deixavam à escravidão, os libertos usavam mecanismos de adquirir escravos para ascender socialmente. Mesmo porque, os critérios que permitiam a inserção

²⁰⁹ Caixa 8 – ano 1802.

²¹⁰ Caixa 8 – ano 1802 – Testamento anexo.

dos libertos na sociedade dos livres dependiam de atitudes individuais desses ex-escravos. Ou seja, o sucesso e aceitação dos forros, dentro do mundo dos brancos, estavam diretamente relacionados à capacidade dos primeiros consolidarem relações de solidariedades com a sociedade livre, na garantia de privilégios. Portanto, não se revela antagônico, posturas assumidas por ex-escravos que caracterizavam o indivíduo livre, como a posse de escravos. Entretanto, muitos forros e libertos nunca seriam tratados como iguais pelos brancos, mas sim, como grupo social intermediário entre a escravidão e o mundo livre. Fato esse que explica a volta ao passado escravo, nos testamentos e mesmo nas referências à miscigenação dos envolvidos nos inventários como inventariante e/ou inventariado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização deste trabalho, preocupei-me em rever meus conceitos concernentes à História do Período Colonial brasileiro. De certo, observei que, a história capixaba só pode ser entendida quando de sua análise contextual. Sem menosprezar a historiografia dedicada ao estudo paradigmático do Brasil colônia, a pesquisa empírica acabou por me revelar uma história do Espírito Santo colonial ímpar, no entanto, não apartada do contexto geral da Colônia.

Apesar das dificuldades, a escolha do Período Colonial, revelou-se excitante quando da pesquisa com fontes primárias. A leitura dos manuscritos expõe, de forma muito particular, a realidade social de uma época, podendo assim, referenciar o vivido com o conhecimento da história de uma sociedade, mesmo que longínqua.

No caso do estudo que alvitrei, trajetórias individuais ou coletivas foram descobertas, possibilitando uma análise da “História do Espírito Santo” colonial. Ademais, como exposto no início desta Dissertação, acredito que, não exista um único modelo historiográfico capaz de abranger as particularidades locais do sistema colonial.

O desafio em concluir este trabalho, residiu na falta de uma bibliografia capixaba que embasasse minhas pesquisas, problema que, na medida do possível, tentei solucionar com a pesquisa exaustiva das fontes, muitas vezes, inéditas nos trabalhos dedicados ao passado do Espírito Santo.

A temática concernente à história econômica foi escolhida por retratar aspectos diversos da sociedade capixaba, não obstante, houve uma preocupação com os setores sócio-políticos para um melhor entendimento da sociedade em questão.

A escolha do recorte temporal, final do século XVIII e princípio do XIX, acabou gerando dificuldades quanto ao entendimento da trajetória colonial. Problema que foi resolvido com o retrocesso da pesquisa, mesmo que de forma superficial, nos primórdios da colonização da Capitania capixaba.

Notório é a constatação de que a Capitania do Espírito Santo, por não compartilhar da estrutura agroexportadora, passou a ser considerada uma região periférica ao sistema colonial imposto pela Metrópole portuguesa.

O estudo aqui proposto evidenciou a participação da Capitania capixaba no sistema colonial, no sentido de inseri-la como dedicada à produção voltada ao abastecimento. Deve-se ter em mente não uma produção que garantisse a subsistência da população local, mas sim voltada para o mercado interno da colônia.

Na tentativa de sanar dificuldades impostas pelo desconhecimento da colonização do Espírito Santo, no primeiro capítulo, pretendi apresentar uma nova análise concernente à história colonial, vista aqui, como um estudo de caso. Observa-se, mediante a leitura do corpo documental oficial (Memórias, Cartas, Ofícios, Decretos, etc.), que a história do Espírito Santo caracteriza-se pela administração vigente fora da Capitania.

Como Capitania Hereditária, era de responsabilidade do donatário o empenho em desenvolver mecanismos econômicos rentáveis, como por exemplo, a implantação de engenhos. A Coroa Portuguesa desempenhava um papel exclusivo, em termos de nomeação na governança da Capitania, elegendo para os postos-chaves da administração, como o de Capitão-mor, homens indicados pelo donatário.

Em diversas ocasiões, a administração da Capitania, quando a mesma não interessava ao donatário, ficava ao encargo do Capitão-mor preocupado, apenas, com a cobrança dos dízimos reais. Tal fator colaborou na sucessão entre momentos com avanço econômico, e os de extrema crise, impedindo, com isso, a estabilidade financeira da Capitania. Mesmo assim, estratégias individuais permitiram a formação de uma elite econômica que se consolidou no advento do século XIX.

Nota-se também uma mudança na administração ainda no século XVIII, devido às conjunturas internas e externas na colônia. Mesmo não inserido na lógica portuguesa do lucro, o Espírito Santo foi contemplado pelas perspectivas advindas da metade do século XVIII. A Capitania passou a ser alvo das

investidas portuguesas que objetivavam um maior controle sobre a colônia, ao mesmo tempo em que, empenhava-se na descoberta de novas fontes de riquezas capazes de complementar a economia baseada na agroexportação do açúcar. Neste intuito, de consolidar o maior controle do Brasil, capitanias hereditárias passam a ser régias, entre as quais, o Espírito Santo.

Destarte, mesmo em momentos de severas crises econômicas, o Espírito Santo manteve-se partícipe do sistema colonial, até porque, o fracasso econômico, abordado pela historiografia capixaba, expõe uma visão de lucratividade à Metrópole, sem considerar a produção para o abastecimento interno como fator de participação na economia mercantil.

Para melhor definir as relações econômicas capixabas, estabelecidas nas últimas décadas do Período Colonial, no capítulo 2, confrontei as fontes oficiais com os dados presentes nos inventários *post-mortem*, efetivados na Vila da Vitória, entre 1790 e 1821. Da análise feita, foi possível estabelecer a maneira encontrada, por particulares, para ascender socialmente, mesmo com as limitações oriundas da falta de incentivos para o incremento da produção capixaba. Aqui, evidenciei os grupos sociais com principal renda ligada à mercancia: Negociantes e Comerciantes.

Quanto ao quadro econômico, em termos gerais, percebe-se que, no período estudado, havia no Espírito Santo uma dependência pela mão-de-obra escrava; um consumo de produtos externos como escravos, azeite, charque, vinho, especiarias, tecidos, louças, entre outros; além de uma produção interna de uma diversidade de víveres como açúcar, farinha, arroz, feijão, milho, algodão e panos de algodão.

A produção era destinada ao abastecimento da população capixaba, bem como, ao mercado da colônia. Com relação ao comércio, podemos dizer que, era praticado via a Praça Mercantil estabelecida na Vila da Vitória, e, propiciava o consumo dos já citados produtos externos.

Importante aqui ressaltar o papel da Vila da Vitória para o esclarecimento das relações mercantis da Capitania. Nesta vila concentravam-se tanto a venda dos produtos importados, quanto os negócios envolvendo a produção e a

concessão de empréstimos aos moradores das regiões adjacentes. Em Vitória, por ser a sede da Capitania e principal entreposto comercial, as relações de sociabilidades estavam mais visíveis, como demonstram as menções de determinados inventários feitas neste trabalho.

No terceiro capítulo, preocupei-me em destacar os grupos sociais voltados para produção da terra, e com isto, estabelecer as relações econômicas advindas do mundo rural. Do referido capítulo, pode-se averiguar que a utilização da mão-de-obra escrava estava disseminada, mesmo entre os agentes sociais de menor poder aquisitivo, numa nítida demonstração de que, no Espírito Santo funcionavam estruturas presentes às restantes da colônia, como o caso da escravidão.

No contexto geral, o Espírito Santo, como Capitania, além de entreposto comercial, atuava no mercado com o fornecimento de víveres para outras capitanias. A ascensão social era objetivo de grande parte da população, seja livre ou escrava, sendo as mais diversas formas para obtê-la, dentro de uma sociedade em que as relações sociais tiveram papel determinante para a identidade individual, assim, vislumbramos: o estreitamento de alianças afins entre a elite política e a econômica com casamentos, indicações a cargos públicos e etc., além das articulações que envolviam os escravos e os livres.

Em suma, considero que a análise político-econômica do sistema colonial estabelecido no Espírito Santo, demonstrou que a Capitania capixaba no final do Período Colonial, possuía uma realidade distinta das demais capitanias, mas que coadunava, com as últimas, as estruturas impostas pela administração lusitana.

Resta agora, prosseguir com as pesquisas, pois, aqui foi dado apenas um passo no sentido de compreender a História do Espírito Santo. No que concluo com a citação de Martin L. King: “[...] para que possamos realizar uma grande caminhada, é necessário que seja dado o primeiro passo”.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). [CD-ROM]. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822): Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Lisboa: [s.n.], 2000.

Inventários *post-mortem* efetivados entre 1790 a 1822 – 1ª Vara de Órfãos de Vitória.

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX*. Trecho dos apontamentos das visitas pastorais de D. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro, correspondente à sua passagem por Vitória durante as visitas que fez ao Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Lei Rubem Braga, da Prefeitura Municipal de Vitória, e contou com a participação dos seguintes profissionais: Maria Clara Medeiros Santos Neves (transcrição, roteiro, mapas e coordenação da edição), Reinaldo Santos Neves (revisão, notas e índice), Luiz Guilherme Santos Neves (estudo e notas) e Renato Pacheco (prefácio).

CUNHA, Francisco Manoel da. Ofício dirigido ao Conde de Linhares sobre a Capitania, hoje Província do Espírito Santo – 1811. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1849.

CUNHA, Francisco Manoel da. Informação sobre a Capitania ao Ministro de Estado Antônio de Araújo e Azevedo – 1811. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1842.

PONTES, Antonio Pires da Silva. *Pré-memória do Governador do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, em 25 de agosto de 1802*. Cx. 03 – ES, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

PORTUGAL, Tomás Antônio de Vila Nova. *Capitania do Espírito Santo – Julho de 1816*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: lata 21, documento 22.

RUBIM, Francisco Alberto. *Memórias para servir à história: até o ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VASCONCELOS, Simão. *Descrição da Capitania do Espírito Santo*. Transcrição de Maria Clara de Medeiros Santos Neves. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 16, documento 9, n.º 1-2.

Traslado da Carta de Doação da Capitania do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho. Évora: 1º de junho de 1534. Do Desembargo do Paço – Cód. 44 – XIV – 06, fls. 61 a 77 v. Arquivo da Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

OBRAS RARAS

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. Vitória: Editora Flor e Cultura, 2006.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARQUES, Cezar de Augusto (org). *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*. Arquivo Público da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, caixa 72-itens gerais 67, 1876.

VIEIRA, Padre Antônio. *Ânua da missão da capitania do Espírito Santo do ano de 1621 e 1625, mandada à Roma pelo padre Antônio Vieira – Oferecido de Lisboa pelo sócio correspondente o senhor Varnhagen*. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1843, 3ª ed. 5: 362/364.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *A doação da ilha de Vitória*. Vitória: Série Memórias de Vitória do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002.

SANTOS NEVES, Luis Guilherme. *Prefácio*.__IN: BIARD, Auguste François. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Vitória: Cultural-ES, 2000.

LIVROS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo de 1850/1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BASTIDE, R., FERNANDES, F. *Relações sociais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, 1955.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa, séculos XVII e XVIII*. São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Esforços industriais na economia do café: O caso do Espírito Santo – 1889/1930*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DAUMART, Adeline. *Os burgueses e a burguesia na França*. Editora Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. Tese de Doutorado.

_____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*. Rio de Janeiro: 3ª Edição, Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 21ª ed., 1986.

FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: CIA das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1995. Tese de Doutoramento.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, M. Yedda. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1990.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *À sombra da escravidão: Negócios e famílias escravas (Vitória/ES, 1800-1830)*. Dissertação de Mestrado, Niterói: UFF, 2003.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. 2ª Ed. Vitória – ES: 2ª Edição, 1975.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Editora: Nova Fronteira, 1989.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SALETTTO, N. *Donatários, índios e jesuítas: O início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

SALVADOR, José Gonçalves. *A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700) – a presença de cristãos novos*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES/Departamento Estadual de Cultura, 1994.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império: Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

TEIXEIRA, Romeu do Nascimento (org.). *O vale do Rio Doce*. Vitória: Vale do Rio Doce, 2002.

VIEIRA, Padre Antônio. *Escritos Históricos e Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Sermões*. São Paulo: Editora Três, 1974.

CAPÍTULOS DE LIVROS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Pecuária e a Produção de Alimentos no Período Colonial*. __IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002. pp. 99/108.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão e Creolização: A capitania do Espírito Santo, 1790-1815*. __IN: FRAGOSO, João Luís & outros (orgs.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006. p. 574/607.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O Interior da Estrutura*. __IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: 2ª Edição, Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002. pp. 163/171.

LINHARES, Yedda Leite. *A Pecuária e a Produção de Alimentos na Colônia*. __IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: 2ª Edição, Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002. pp. 109/121.

MATTOSO, Katia, *A Oportunidade na Província da Bahia*. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Política e Natureza no Reformismo Ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho*. __IN: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como Vocação: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999. pp. 81/110.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Intelectuais Brasileiros nos Oitocentos: A constituição de uma "família" sob a proteção do poder imperial (1821-1838)*. __IN: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como Vocação: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999. pp. 09/32.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *O território do Espírito Santo no fim da era colonial*. __IN: BITTENCOURT, Gabriel. *Espírito Santo: um painel de nossa história*. Vitória: Edit, 2002. pp. 153/187.

ARTIGOS DE REVISTAS

ASSIS, Marcelo de. ENGEMENN, Carlos. FLORENTINO, Manolo. *Das possibilidades de uma fonte múltipla: sociabilidade e mortalidade escrava nos registros de óbitos da Freguesia de Itambi (RJ), 1720-1742*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Revista Dimensões, nº. 10, 2000. pp. 11/29.

FRAGOSO, João Luís. *A nobreza vive em bandos: A economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII – algumas notas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Tempo - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n.15, 2003. pp. 11/35.

_____. *Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos – Número 29, 2002.

_____. *Afogando em nomes: Temas e experiências em história econômica*. Rio de Janeiro: Revista de História Topoi, dezembro de 2002. pp. 41/69.

GRIMBERG, Keila. *Escravidão, Alforria e Direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre o princípio da liberdade na fronteira sul do Império Brasileiro*. Centro de estudos do Oitocentos, Seminário interno: São João Del Rei, 2005.

LEAL, Eurípedes Franklin. *Economia colonial capixaba*. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977.

LINHARES, M. Yedda. *Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)*. Revista Tempo, v. 1, nº. 2. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. pp. 135/150.

MALERBA, Jurandir. *The Independences of Brazil: theoretical reflections on historiographical perspectives*. Franca: História, v. 24, nº. 1, 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 26 de junho de 2007. Pré-publicação.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *África no Brasil: mapa de uma área em expansão*. Rio de Janeiro: *Topoi*, Editora PPGHIS/ UFRJ/ Sette letras, Jul-Dez de 2004. n. 9, v. 5. pp. 38/40.

MATTOS, Hebe M. *Trabalho familiar e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de inventários post-mortem*. Niterói: UFF, Cadernos do ICHF, nº. 23, 1990. pp. 37/47.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763)*. São Paulo: Revista de História nº. 114, USP, 1983. pp. 5/20.

NADALIN, Sérgio Odilon. *A população no passado colonial brasileiro: Mobilidade versus estabilidade*. Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 4, n. 7, Jul-Dez. 2003. pp. 222/275.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. *Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX: a gênese do pensamento político capixaba*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Revista de História, nº. 17, 2005.